Sumário

Número de notícias: 42 | Número de veículos: 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Declaração do IR começa na segunda 4

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita divulga regras do Imposto de Renda 2025 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fim do Perse - CURTAS 8

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

B3 obtém vitória no Carf - DENISE NEUMANN 9

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Atrasa a declaração pré-preenchida do IR 10

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara Superior do Carf julga dedução de furto de energia do cálculo do IRPJ 11

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Atenção ao excluir ICMS-ST do PIS/Cofins 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Com BC sob pressão para segurar inflação, Lula cria novo consignado privado 15

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Empréstimos no novo consignado privado começam no dia 21 17

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Inflação fecha o mês de fevereiro em 1,48% 19

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Imposto de Renda 2025: Quem precisa declarar? Quem é isento? Qual o prazo para entregar declaração? 20

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Novo salário mínimo de 2025: confira valor do piso nacional após o reajuste 22

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula faz elogio a Haddad e diz que economia não se faz 'com mágica' 23

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tebet chama Haddad de 'herói' e diz que acredita que Gleisi vai dar apoio às medidas econômicas necessárias 24

O GLOBO ONLINE - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tax Free torna turismo mais lucrativo 30

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad e Gleisi se reúnem nesta quinta para discutir prioridades da agenda econômica
..... 31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Preservem o setor produtivo e o diálogo - BRASÍLIA - DF 32

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Preços caem nos EUA em fevereiro, mas tarifaço pode reverter tendência 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Canadá e UE impõem sobretaxas aos EUA 35

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O risco Trump e as eleições de 2026 - MALU GASPAR 36

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

UE e Canadá anunciam retaliação 'dólar por dólar' 38

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Canadá e UE reagem a tarifas dos EUA e Trump promete nova resposta 39

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Declínio do império americano? (Artigo) 41

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Terapia de choque de Trump tensiona mercados dos EUA e do mundo 43

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Baixa confiança, dólar alto e crise global fazem empresas rever investimentos 45

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Corteva propõe redesenho do mercado de sementes de soja 47

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Diálogo político em favor do crescimento 49

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Economia em tempo de desafio 51

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Setor reivindica medidas de proteção 53

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Inflação recorde em fevereiro	55
O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE ECONOMIA	
Cursos ligados ao agro crescem mais de 1.000% no País	56
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Inflação chega a 1,31% e tem maior variação para fevereiro desde 2003	57
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Estímulo ao consumo não é remédio contra inflação	58
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
Inflação renitente reflete dificuldade do governo em reconhecer seus erros (Editorial)	59
O GLOBO - RJ - POLÍTICA ECONOMIA	
A crise de 2025 é mais difícil que a de 2005 para Lula	60
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Governo tira R\$ 7,7 bi do Bolsa Família no Orçamento	63
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Energia, escola e aumento de imposto puxam alta do IPCA	64
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Inflação e juros derrubam varejo em fevereiro	66
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Próximo presidente não governa com arcabouço, diz Tebet	67
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Brasil pode ter aumento de oferta e impacto no PIB	68
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS SEGURIDADE SOCIAL	
Consignado privado estreia ainda sem garantia	70
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Fundos hedge reduzem risco e alavancagem	73

Declaração do IR começa na segunda

Contribuintes de todo o Brasil podem entregar a declaração de Imposto de Renda (IR) de 2025 a partir do dia 17 de março, próxima segunda-feira. Neste ano, a **Receita Federal** divulgou algumas novidades relacionadas ao preenchimento da declaração, que pode ser feita de maneira totalmente on-line, por meio do aplicativo Meu Imposto de Renda (MIR), ou do Programa Gerador de Declaração (PGD) do IR.

As informações foram divulgadas ontem, em coletiva de imprensa.

O download do PGD estará disponível a partir de hoje e a transmissão começa na segunda.

O MIR, por sua vez, só começa a funcionar no próximo dia 1º de abril. Nesse mesmo dia, começam a ser aceitas as declarações pré-preenchidas, que em 2024 representaram 41,2% do total de entregues. A expectativa é que, neste ano, elas cheguem a 57% de toda essa parcela.

De acordo com a Instrução Normativa RFB nº 2.255, publicada na edição de hoje do Diário Oficial da União (DOU), devem apresentar a declaração de IR em 2025 as pessoas físicas residentes no Brasil, que receberam rendimentos tributáveis acima de R\$ 33.888 (anteriormente, era de R\$ 30.639,90), ou não-tributáveis - ou tributados exclusivamente na fonte - acima de R\$ 200.000.

Também vale para quem obteve, em qualquer mês, ganho de capital na alienação de bens ou direitos sujeito à incidência do IR, ou quem realizou operações de alienação em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, cuja soma foi superior a R\$ 40.000,00, ou com apuração de ganhos líquidos sujeitas à incidência do imposto. A instrução normativa também elevou o limite da receita bruta de obrigatoriedade para atividade rural, de R\$ 153.999,00 para R\$ 169.440,00.

Novidades Na declaração deste ano, o contribuinte não vai mais precisar informar o número do título de eleitor, nem informar o consulado ou embaixada, em caso de residência no exterior. Também há a exclusão do campo para declarar o número do recibo da declaração anterior quando o preenchimento for on-line.

Também foram aprovadas mudanças na ficha de bens e direitos. A partir deste ano, os bens que forem classificados como "outros bens" deverão ser

reclassificados. Como explicou o auditor-fiscal José Carlos da Fonseca, responsável pelo programa do Imposto de Renda 2025, a mudança foi necessária, pois muitos contribuintes indicavam bens que possuíam código específico como "outros". Seis novos códigos para bens passam a integrar a lista, entre eles, "garagem", "holding" e "leasing". Além disso, 13 bens tiveram seus nomes alterados, com o objetivo de facilitar a compreensão.

Para os que possuem rendimentos no exterior, estes passam a ser tributados de maneira definitiva na declaração anual, com uma alíquota de 15%. Também neste contexto, os bens que representam investimentos no exterior passam a permitir a informação do rendimento e do imposto pago. Dessa forma, os programas de preenchimento (PGD e MIR) fazem o cálculo e geram um demonstrativo detalhado da apuração do imposto.

Outra novidade será o aplicativo Meu Imposto de Renda, que entra em operação no dia 1º de abril. O acesso será feito por meio da página ou app da **Receita Federal**, além do portal e-CAC.

O sistema, no entanto, ainda não permitirá a declaração de renda variável, atividade rural ou GCAP, o programa de ganho de capital da Receita. Somente será possível realizar o preenchimento por esse aplicativo quem já tiver conta gov.br ouro ou prata.

restituição A estimativa da **Receita Federal** para 2025 é que sejam entregues 46,2 milhões de declarações até o dia 30 de maio, quando se encerra o prazo. Se confirmada, a estatística representaria um aumento de quase 3 milhões de declarações a mais na comparação com o ano anterior. Só no Distrito Federal, a Receita prevê que sejam entregues pouco mais de 1 milhão.

No cronograma do IRPF 2025, a restituição está prevista para ocorrer em cinco lotes. O primeiro, no dia 30 de maio, e os seguintes nos dias 30 de junho, 31 de julho, 29 de agosto e 30 de setembro. Para consultas sobre a restituição, é possível conferir pela página ou aplicativo da **Receita Federal**.

Devem receber primeiro a restituição do IRPF os contribuintes com 80 anos de idade, ou mais. Em seguida, os de 60 anos, ou mais, deficientes e portadores de Moléstia Grave. Posteriormente, os cidadãos cuja maior fonte de renda seja o magistério. Após os grupos prioritários iniciais, a ordem de

preferência segue com os contribuintes que declararam utilizando o formato pré-preenchido e optaram pela restituição via Pix, simultaneamente.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/03/13/all.pdf>

Receita divulga regras do Imposto de Renda 2025

A **Receita Federal** divulgou ontem as regras para declaração do Imposto de Renda (IR) de 2025, anoba-se 2024. A entrega da declaração começa na próxima segunda-feira, dia 17, e termina em 30 de maio. Está obrigado a declarar quem obteve rendimentos tributáveis acima de R\$ 33.888, o ue inclui salário, aposentadoria e pensão do **INSS** ou de órgãos públicos. No ano passado, era R\$ 30.639,90.

A previsão do governo é receber 46,2 milhões de declarações, contra 43,2 milhões em 2024.

A Receita informou que será possível preencher a declaração em diferentes dispositivos sem perder os dados. É possível, por exemplo, começar a declaração no celular e terminar no programa instalado no computador ou on-line.

Quando o programa estará disponível?

O programa para preencher a declaração será liberado no dia 17. A entrega deve ser feita até 30 de maio.

Quem deve declarar?

- Quem recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 33.888. Também precisa declarar quem recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusi-

vamente na fonte (como rendimento de poupança ou FGTS) cuja soma foi superior a R\$ 200 mil.

- Obteve, em qualquer mês, ganho de capital na alienação de bens ou direitos sujeito à incidência de IR.

- Vendeu ações em Bolsas cuja soma foi superior a R\$ 40 mil ou que tenha obtido ganho líquido sujeito a IR.

- Obteve receita bruta por atividade rural em valor superior a R\$ 169.440.

- Pretenda compensar, neste ano-calendário ou posteriores, prejuízos de anos-calendário anteriores ou de 2025.

- Quem passou a residir no Brasil em qualquer mês e estava nessa condição em 31 de dezembro, assim como cidadãos que moravam no exterior e voltaram ao

Brasil em 2024, mesmo que não tenham tido rendimentos.

- Optou pela isenção do IR incidente sobre o ganho de capital auferido na venda de imóveis residenciais.

- Optou por declarar bens, direitos e obrigações detidos por entidade controlada, direta ou indireta, no exterior como se fossem detidos diretamente pela pessoa física.

- Titular de trust e demais contratos regidos por lei estrangeira com características similares a este.

- Optou pela atualização a valor de mercado de bens e direitos no exterior.

Qual é o cronograma?

A primeira cota ou cota única vence em 30 de maio. As demais vencem no último dia útil de cada mês, até a oitava, em 30 de dezembro.

Mas quem quiser pagar a la cota ou cota única em débito automático terá de entregar a declaração até 9 de maio.

Quando sai a restituição?

O primeiro lote sai em 30 de maio; o segundo, em 30 de junho; o terceiro, em 31 de julho; o quarto, em 29 de agosto; e o quinto e último lote, em 30 de setembro.

Quem tem prioridade para receber?

Contribuintes com idade igual ou superior a 80 anos. Depois vêm aqueles com idade igual ou superior a 60 anos, deficientes e portadores de moléstia grave; contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério; aqueles que usaram a declaração pré-preenchi-da e optaram por receber a restituição por Pix, simultaneamente; em seguida, aqueles que usaram a pré-preenchida; e aqueles que escolheram receber por Pix; finalmente, os demais contribuintes.

Declaração pré-preenchida

A modalidade, em que as principais fichas já vêm preenchidas, ficará disponível a partir de 1º de abril. O atraso se deve à greve dos auditores da Receita.

O acesso ao documento pré-preenchido é feito no e-CAC - o que exige nível prata ou ouro no Gov.br -, pelo programa instalado no computador ou por celular ou tablet. É importante lembrar que a Receita desativou o aplicativo Meu Imposto de Renda. Agora, quem quiser preencher a declaração pelo celular tem de baixar o app **Receita Federal**, disponível para Android e iOS.

Quais são as deduções?

Despesas com dependentes, saúde, educação, previdência etc. Gastos com saúde não têm limite para dedução.

De que documentos preciso?

Documentos pessoais e dos dependentes: RG, CPF, comprovante de residência etc.; comprovantes de despesas médicas e de gastos com educação; recibos de doações.

Multa

Quem não fizer a declaração ou entregá-la fora do prazo está sujeito a multa de, no mínimo, R\$ 165,74.0 valor máximo é de 20% do imposto devido.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Fim do Perse - CURTAS

CURTAS

O secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, disse que o incentivo fiscal para o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) vai acabar neste mês de março, quando deve ser atingida a renúncia de R\$ 15 bilhões. "Os valores usufruídos de cada benefício por CNPJ nos mostra que esses R\$ 15 bilhões já foram gastos", disse em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento. Segundo a **Receita Federal**, 85,6% do teto de R\$ 15 bilhões, estabelecido pela lei que reformulou o programa, já foi atingido. O Perse permite às empresas beneficiadas não pagar quatro **tributos** federais: Cofins, Imposto de Renda CSLL e e PIS/Pasep. O Perse foi criado em 2021 para ajudar o setor de eventos durante a pandemia de covid-19.

Fundo Amazônia

O BNDES informou que a Irlanda anunciou a primeira contribuição ao Fundo Amazônia. O país se comprometeu com uma doação de 15 milhões (cerca de R\$ 91 milhões), que será desembolsada ao longo de três anos. O compromisso foi firmado durante encontro entre a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, e o ministro dos Transportes da Irlanda, Sean Canney, em São Paulo. O BNDES informou, em nota, que a adesão da Irlanda reforça a estratégia brasileira com a retomada do Fundo Amazônia pelo atual governo "em um ano considerado decisivo para as ações de combate às mudanças climáticas, com a realização da Conferência das Partes (COP) 30, em Belém, em novembro.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188138?page=1§ion=1>

B3 obtém vitória no Carf - DENISE NEUMANN

DENISE NEUMANN

A B3 informou que a Câmara Superior do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** proferiu, por unanimidade, decisão favorável à B3, cancelando definitivamente o auto de infração da **Receita Federal** que questionou a amortização, para fins fiscais, nos exercícios de 2014, 2015 e 2016, do ágio gerado na incorporação de ações da Bovespa Holding em maio de 2008. O valor atualizado do processo, em 31 de dezembro de 2024, era de R\$ 5,77 bilhões e, "dado que o risco de perda deste processo era possível, a decisão não impactará as demonstrações contábeis da companhia", informou a bolsa. (Adriana Cotias)

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188138?page=1
§ion=3](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188138?page=1§ion=3)**

Atrasa a declaração pré-preenchida do IR

A **Receita Federal** informou que o prazo de entrega da declaração do Imposto de Renda (IR) referente ao ano-calendário 2024 começará na próxima segunda-feira, dia 17, e acabará em 30 de maio. Contudo, a declaração pré-preenchida, que contém informações inseridas pelo Fisco, ficará disponível apenas em 1-de abril.

O subsecretário de Gestão Corporativa da Receita, Juliano Neves, reconheceu que o atraso na pré-preenchida não é a situação ideal, mas disse que houve "questões internas" que levaram a essa postergação, como a greve dos auditores-fiscais. A expectativa da Receita é receber 46,2 milhões de declarações neste ano, sendo 57% com uso das informações pré-preenchidas. No ano passado, foram transmitidas 43,2 milhões de declarações.

O auclitor-fiscal José Carlos da Fonseca, responsável pelo programa do Imposto de Renda 2025, alertou que o contribuinte que usar a declaração pré-preenchida precisa checar todas as informações antes da transmissão, incluindo informações faltantes e ajustando dados que estejam divergentes.

O valor anual de rendimentos tributáveis que obriga a entrega da declaração passou de R\$ 30.639,90 para R\$ 33.888,00. Esse valor é referente ao ano-base 2024. Já a receita bruta de obrigatoriedade para atividade rural passou de R\$ 153.999,50 para R\$ 169.440.

Quem atualizou bens imóveis pagando ganho de capital diferenciado, conforme previu a Lei no 14.973/2024, também estará obrigado a fazer a declaração, assim como quem teve rendimentos no exterior de aplicações financeiras e de lucros e dividendos. As demais regras sobre quem precisa entregar a declaração foram mantidas.

Uma novidade na declaração deste ano é que os contribuintes que declararam bens com o código 99, de "outros", terão de fazer a reclassificação. O objetivo é que o contribuinte possa declarar exatamente qual é o bem que possui. Para isso, foram criados 6 novos códigos para bens, como holding, garagem, leasing, e 13 tipos de bens tiveram o nome ajustado para facilitar a classificação.

Outra novidade é que, na declaração, bens que representem investimentos no exterior passam a permitir a informação do rendimento e do imposto pago no Brasil ou no exterior. Segundo Fonseca, os

programas de preenchimento da declaração farão o cálculo e gerarão um demonstrativo da apuração do imposto. O valor do imposto apurado reflete no resultado da declaração.

Assim como ocorre todo ano, serão cinco lotes de restituição. O primeiro, destinado a prioridades legais, será pago em 30 de maio. Os demais seguem no último dia útil de cada mês, com o último lote sendo pago em 30 de setembro.

Fonseca explicou que, neste ano, será dada maior prioridade na restituição para quem simultaneamente utilizou a declaração pré-preenchida e optou pelo recebimento da restituição via Pix. Antes, bastava ser um ou outro. Porém, esses casos seguem atrás das prioridades previstas em lei, como idosos, professores e portadores de doença grave.

Já quem tiver imposto a pagar, o vencimento da 1-quota ou da quota única será em 30 de maio. O imposto devido poderá ser parcelado em oito quotas.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188138?page=1§ion=3>

Câmara Superior do Carf julga dedução de furto de energia do cálculo do IRPJ

A 1ª Turma da Câmara Superior do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** começou a julgar ontem dois processos bilio-nários da Light sobre dedução de perdas não técnicas, como furtos de energia, no cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da CSLL. É a primeira vez que a mais alta instância do tribunal administrativo julga o mérito da questão.

O relator do caso, o conselheiro Jandir Dalle Lucca, representante dos contribuintes no **Carf**, deu voto favorável à Light. A distribuidora de energia contesta duas autuações Fiscais que somam aproximadamente R\$ 2 bilhões. Para Lucca, as perdas não técnicas, seja por se qualificarem como custos operacionais, seja como despesas necessárias à atividade, devem ser consideradas na apuração do lucro tributável e deduzidas na apuração do IRPJ e da CSLL.

Depois do voto do relator, o julgamento foi interrompido por pedido de vista da conselheira Edeli Pereira Bessa. O processo só deve retornar à pauta da Câmara Superior no mês de junho.

Até agora, o entendimento do **Carf** sobre o assunto não é unânime. A própria concessionária tem, pelo menos, outros três processos sobre o tema, sendo que em dois deles houve acórdão favorável à União, mantendo a cobrança tributária-mas ainda há recursos a serem julgados (processo nº 16682.721141/2018-13). No outro, não há decisão. Somados, os cinco casos da Light

"Considerar indedutível essas despesas é o mesmo que tributar duas vezes"

Gisele Bossa têm impacto de R\$ 10 bilhões, em valores históricos.

Em outra ação, da EDP Espírito Santo Distribuição de Energia, foi mantida a cobrança de IRPJ e CSLL, mas afastada a de PIS e Co-fins pela 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 1ª Seção de Julgamento. O contribuinte recorreu, mas a Câmara Superior, no fim do ano passado, não conheceu o recurso por não haver, na época, uma decisão favorável às distribuidoras de energia para servir de paradigma. Pendem de análise os embargos de declaração (processo nº 15586.720168/2018-14).

O ponto central da discussão é definir se as chamadas

perdas não técnicas - derivadas principalmente dos "gatos", os furtos decorrentes de ligações clandestinas na rede elétrica - são despesas operacionais da atividade econômica de uma distribuidora de energia. Para os contribuintes, essas perdas são custos inerentes à atividade.

Já a fiscalização entende que essas despesas não estão ligadas à atividade econômica das concessionárias e que há uma má gestão das companhias de energia em relação a essas perdas. Para o Fisco, a dedução só é possível se cada furto de energia estiver registrado de forma detalhada e individualizada em boletim de ocorrência policial, previsão que consta no parágrafo 3º do artigo 47 da Lei nº 4.506, de 1964.

Nos dois casos da Light, que começaram a ser julgados na tarde de ontem, a decisão anterior, da 4ª Turma Extraordinária da 1ª Seção de Julgamento, havia sido unânime a favor da companhia. Os processos foram analisados em maio de 2024.

Os conselheiros entenderam que as perdas não técnicas "são intrínsecas à atividade de distribuição de energia elétrica e impossíveis de serem evitadas na realidade atual do país, razão pela qual devem integrar o custo do serviço prestado". Eles se basearam no artigo 291 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR) de 1999 (atual artigo 303 do Decreto nº 9.580 - RIR/2018).

A Light, representada pelos escritórios BMA e Pinheiro Neto Advogados, afirma, nos autos do processo, que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autoriza, até certo limite, que as perdas com os "gatos" sejam repassadas para o preço da tarifa, de modo a reembolsar a empresa. Por isso, vedar a dedução desses valores no IRPJ e CSLL terminaria fazendo com que ela fosse

tributada duas vezes (processos nº 16682.720895/2020-62 e nº 16682.721089/2020-10).

O tema é um dos mais relevantes para o setor. Segundo relatório da Aneel, as perdas totais de energia na distribuição (técnicas e não técnicas) representaram aproximadamente 14% do mercado consumidor brasileiro em 2021. Significariam mais que o consumo total de energia elétrica das regiões Norte

e Centro-Oeste em 2018.

Maurício Faro, sócio do BMA, que atua pela Light em um dos casos, diz que o voto do relator dado ontem acatou todos os argumentos da defesa. "O dispêndio com a energia que é furtada é um custo na origem, porque a empresa tem um compromisso, por obrigação regulatória com a Aneel, de comprar 100% da energia, ainda que só consiga faturar 80%", afirma o tributarista. "Ainda que não seja custo, é uma despesa necessária", acrescenta.

Segundo Faro, a Light trocou, apenas neste ano, quase 1,2 mil transformadores de energia por conta dos gatos e tem R\$ 1,8 bilhão no orçamento deste ano para tentar coibir essa prática.

Ele indica ainda que há decisões em casos da Enel (processo nº 15746.721398/2021-16) e Energisa Paraíba (processo nº 10480.729848/2019-31) sobre o tema, em câmaras baixas.

João Rafael Gândara de Carvalho, sócio do Pinheiro Neto, que representa a Light no outro processo, diz que a maior parte das perdas de energia não técnicas da empresa são por furtos de energia. "Existem comunidades no Rio de Janeiro com várias ligações clandestinas que a empresa não consegue controlar, por mais que registre boletins de ocorrência. Estamos falando de áreas em que nem o Exército consegue entrar", explica.

Em 2017, ano do auto de infração, o valor das perdas não técnicas da Light foi de 38% sobre o total da energia gerada, diz ele. "É preciso deduzir, porque é inerente à atividade da empresa", ressalta Carvalho, acrescentando ainda que é um dos motivos pelos quais a concessionária pediu recuperação judicial em 2023. Ele atuou no caso em conjunto com os sócios Carlos Henrique Bechara e Luiz Paulo Romano.

A tributarista Gisele Barra Bossa, sócia do Demarest e ex-conselheira do **Carf**, entende que o julgamento começou bem com o voto do relator e que o pedido de vista é natural, dada a repercussão dos casos. Para ela, os valores devem ser deduzidos. "Considerar indedutíveis essas despesas não técnicas é o mesmo que tributar duas vezes na base de cálculo do IRPJ e CSLL", diz.

Isso porque, acrescenta Gisele, há a recomposição de parte das perdas não técnicas pela agência reguladora do setor. "Na medida que tenho a receita decorrente dessa utilização de energia plena e sobre essas perdas há recomposição perante a Aneel, quando a gente olha sob a perspectiva de despesa, é preciso desprezar esses custos inerentes."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188138?page=1§ion=3>

Atenção ao excluir ICMS-ST do PIS/Cofins

Arecente emissão do Parecer SEI nº 4.090/2024 pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) configura uma reviravolta significativa no entendimento sobre a exclusão do ICMS-ST (substituição tributária) da base de cálculo do PIS e da Cofins, conforme estabelecido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Essa mudança, embora tenha proporcionado maior clareza e segurança jurídica, levanta novas questões operacionais e interpretativas que exigem um olhar atento sobre o impacto prático nas empresas e nas administrações fiscais.

A jurisprudência do STJ, consolidada no julgamento do Tema 1.125 dos recursos repetitivos, estabeleceu que o ICMS, mesmo quando recolhido na modalidade de substituição tributária (ICMS-ST), não configura faturamento para fins de incidência do PIS e da Cofins. Essa decisão unânime, tomada em meados de 2024, se baseou na premissa de que o ICMS, embora transite pelo caixa das empresas, não representa um valor efetivamente agregado ao patrimônio da empresa, não devendo, portanto, ser incluído na base de cálculo das contribuições sociais.

Antes desse pronunciamento judicial, as soluções de consulta emitidas pela **Receita Federal**, em particular as de números 4.046, 4.047 e 4.048, estabeleciam uma interpretação distinta. Nessas interpretações, a Receita entendia que a exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS e da Cofins deveria ser aplicável exclusivamente ao substituto tributário, ou seja, à empresa responsável pelo recolhimento do imposto nas operações de substituição tributária. Para o substituído, o entendimento da Receita era de que não seria possível excluir o ICMS-ST da base de cálculo, uma interpretação que gerava significativa insegurança jurídica e divergência em relação ao entendimento do STJ.

O Parecer SEI nº 4.090/2024 da PGFN representou um avanço significativo para a unificação do entendimento sobre a matéria. Ao alinhar-se com a tese fixada pelo STJ, a PGFN reconheceu que a exclusão do ICMS-ST deve se estender também ao substituído, ou seja, à empresa que realiza a operação de venda, mas que sofre a retenção do ICMS-ST.

Essa mudança de posicionamento, ao resolver uma dissonância entre os entendimentos judicial e administrativo, trouxe maior previsibilidade para os contribuintes, que, com a clareza da tese fixada pelo STJ e o respaldo administrativo da PGFN, podem revisar seus procedimentos fiscais e adequar suas

operações ao novo entendimento. A decisão da PGFN foi pautada na aplicação do artigo 19, inciso VI, alínea "a", da Lei nº 10.522/2002, que estabelece que a administração tributária deve garantir que os atos administrativos se alinhem às teses jurídicas fixadas pelos tribunais superiores.

Além disso, o Parecer SEI nº 4.090/2024 indicou que o Fisco não deveria contestar ou recorrer das decisões judiciais que reconhecessem o direito à exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS e da Cofins, promovendo uma efetiva segurança jurídica aos contribuintes.

Apesar do avanço jurídico e administrativo, a implementação prática dessa mudança ainda enfrenta desafios. A exclusão do imposto não se resume apenas à simples alteração de parâmetros nos sistemas de cálculo tributário. Na prática, as empresas precisarão realizar uma série de ajustes operacionais que demandam um nível elevado de controle e detalhamento. Empresas de setores distintos, principalmente as varejistas, terão que adaptar seus processos de controle e apuração, o que pode envolver significativos investimentos em tecnologia e pessoal qualificado.

Primeiramente, a exclusão envolve um processo de revisão e apuração de todos os valores envolvidos nas operações sujeitas ao regime de substituição tributária. Não basta que o ICMS destacado nas notas fiscais de venda seja simplesmente excluído da base de cálculo. É necessário fazer uma análise detalhada das notas fiscais de entrada sujeitas ao ICMS-ST, levando em consideração as mercadorias efetivamente transacionadas e o ICMS recolhido na etapa anterior da cadeia de circulação. Além disso, o valor do ICMS-ST deve ser ajustado à luz da nova interpretação, considerando os impactos no cálculo das contribuições.

A composição do estoque, que desempenha papel central nesse processo, exige que as empresas revisitem a origem e o destino de cada produto, correlacionando as informações fiscais e operacionais para garantir que os créditos de ICMS-ST sejam corretamente ajustados. A ausência de diretrizes claras da **Receita Federal** sobre a apuração da base de cálculo e a restituição dos valores excluídos pode gerar lacunas interpretativas, o que aumenta o risco de fiscalização rigorosa e autuações.

A **Receita Federal** pode enfrentar dificuldades em

fiscalizar o cumprimento das novas regras, uma vez que a apuração de valores relacionados ao ICMS-ST exige um nível de detalhamento e rastreabilidade muito maior. A falta de orientações claras sobre o tratamento do estoque e a apuração dos créditos pode levar a interpretações divergentes, o que, por sua vez, poderá resultar em um aumento no número de processos administrativos e judiciais.

Portanto, embora a emissão do Parecer SEI nº 4.090/2024 tenha representado um avanço significativo, a implementação da exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS e da Cofins exige atenção redobrada. Ele representa uma vitória para os contribuintes, mas a verdadeira segurança jurídica será alcançada somente com a resolução das lacunas operacionais e com a definição de diretrizes claras por parte da **Receita Federal**.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188138?page=1
§ion=3](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188138?page=1§ion=3)**

Com BC sob pressão para segurar inflação, Lula cria novo consignado privado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem medida provisória que reformula o crédito consignado para trabalhadores do setor privado, como antecipou o Estadão/Broad-cast na semana passada. A expectativa era de que o anúncio fosse feito antes do carnaval, mas problemas técnicos adiaram a MP para esta semana.

O consignado privado é um tipo de empréstimo em que o pagamento das parcelas é feito diretamente no contracheque, com desconto em folha. Assim, todos os trabalhadores com uma fonte de pagamento formal estarão aptos ao novo consignado.

A liberação do novo modelo começa no próximo dia 21 e os pedidos serão feitos por meio da Carteira de Trabalho Digital. Quem já tem o consignado ativo pode fazer a migração para a nova linha a partir de 25 de abril. A portabilidade entre os bancos poderá ser realizada a partir de 6 de junho.

A medida mira públicos como o dos empregados domésticos e dos trabalhadores rurais com carteira assinada, além de MEIs. A estimativa do governo é de que mais de 80 instituições financeiras estejam habilitadas para oferecer o serviço.

O anúncio do programa, batizado de Crédito do Trabalhador, acontece num momento de alta da **inflação** - também ontem o IBGE divulgou que o IPCA de fevereiro bateu em 1,31%, maior variação para o mês desde 2003 - e, por tabela, de expectativa de que o Banco Central mantenha a atual trajetória de alta dos juros. Diante desse contexto, no mercado o governo tem sido criticado por lançar mão de novas políticas de crédito - com impacto sobre a atividade econômica e os preços - enquanto o BC tenta controlar a **inflação**.

Durante o evento que marcou a assinatura do texto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que mudanças na política econômica "levam tempo" para acontecer: "Economia não se faz com mágica, não inventa". Ele afirmou ainda que seu atual mandato é diferente dos anteriores por ele ser, hoje, "mais experiente". "Não pensem que tenho direito de fazer absurdo com o Brasil." Lula, que enfrenta o menor patamar de popularidade dos seus três mandatos, repetiu que seu governo não vai dar "cavalo de pau" e classificou suas políticas como "serenas".

'SEM PREOCUPAÇÃO'. O secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto, rechaçou a ideia de que o novo crédito consignado privado possa estimular a economia no momento em que o BC tenta controlar a **inflação** por meio de uma elevação da taxa Selic. Ele afirmou que o programa vai demorar algum tempo para alcançar um grande número de pessoas, porque o sistema bancário precisa se adaptar.

"Eu já anticipo perguntas de vocês: 'Mas vocês estão estimulando ainda mais a economia no momento em que o BC está perseguindo uma política monetária restritiva'. Já digo para vocês: isso vai ser paulatino. O produto não vai atingir uma massa gigante do dia para a noite, ele tem um tempo de maturação. Então, a gente não precisa ficar preocupado com isso", disse o secretário.

Pinto defendeu ainda que não se pode atrasar o andamento de reformas estruturais por causa do que chamou de "questões conjunturais". Já Lula voltou a defender a circulação do dinheiro e a distribuição de renda. Ele ponderou que as pessoas devem evitar usar o crédito para "gastar o que não têm". Ele garantiu que a política do governo não busca aumentar o endividamento da população. E completou: "Empréstimo não é feito para pagar outro empréstimo".

Para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é preciso ter "cautela" sobre a nova ferramenta porque o programa, "muito sofisticado", passará por um processo de desenvolvimento ao longo das próximas semanas e meses. "Os bancos vão saber avaliar a estabilidade do emprego, a estabilidade do setor e a estabilidade da empresa. Então, inicia-se, a partir de agora, uma curva de aprendizagem. Eles vão aprender a lidar com uma coisa nova. Mas quando nós domesticarmos esse bicho novo que está nascendo, eu tenho certeza que nós vamos olhar para trás em muito pouco tempo e falar 'que dia especial o dia do crédito do trabalhador'", disse.

BANCOS. A pedido dos bancos, não haverá um teto para os juros na nova linha, como existe no consignado para **servidores públicos** e pensionistas do **INSS**. Por isso, não será ampliado o uso do FGTS como garantia, que permanecerá em 10%, em caso de

demissão sem justa causa, como já acontece atualmente.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, disse que o governo não quer, mas pode recorrer a um teto de juros do novo consignado privado. Ele contou que, nas negociações para o programa, os bancos relataram que a instituição do teto poderia limitar a oferta desse crédito.

"O governo tem a caneta na mão, e o comitê gestor, se observar que o sistema financeiro está abusando, poderá estabelecer teto futuro. O desejo é que ele não tenha necessidade de recorrer a isso", disse.

Hoje, o consignado privado tem estoque de crédito concedido de R\$ 40 bilhões, com juros médios de 2,9% ao mês. O governo e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) entendem que é possível triplicar esse volume, para R\$ 120 bilhões, e trazer os juros para algo mais próximo - mas, ainda assim, maior - ao consignado do setor público e do **INSS**, teto de 1,8% ao mês. alvaro gribel,

AMANDA PUPO, CÍCERO COTRIM e SOFIA AGUIAR

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Empréstimos no novo consignado privado começam no dia 21

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou ontem o novo modelo do crédito consignado para trabalhadores do setor privado, com a assinatura da medida provisória (MP), em evento no Palácio do Planalto. O governo divulgou os detalhes (veja abaixo perguntas e respostas).

A linha de crédito é destinada a todos os empregados com carteira assinada, um universo de 47 milhões de pessoas, além de funcionários de microempreendedores individuais (MEI). O novo modelo entrará em operação a partir de 21 de março, mas só para novos contratos.

Em busca de uma nova marca para o terceiro mandato de Lula, a reformulação da modalidade foi batizada de Crédito do Trabalhador. O novo consignado privado é uma das apostas do governo para reverter o baque na popularidade do presidente. A expectativa é que o crédito pela modalidade triplique e atinja R\$ 120 bilhões no novo modelo, com benefício, sobretudo, para empregados de pequenas e médias empresas, trabalhadores domésticos e rurais, além de funcionários de MEIs.

A operação será realizada por etapas, com algumas limitações no início. No dia 21, só estarão disponíveis novos empréstimos pela modalidade. Para quem já tem consignado ativo, será possível fazer a migração para o novo modelo a partir de 25 de abril, dentro da mesma instituição financeira. Já a portabilidade entre os bancos ocorrerá a partir de 6 de junho.

Atualmente, o juro médio cobrado em empréstimos consignados do setor privado é de 40,8% ao ano. Já as linhas de crédito sem garantia têm juros muito mais altos. O crédito pessoal, por exemplo, é de 103,4% ao ano, em média.

PLATAFORMA DIGITAL

Com o novo modelo, há expectativa de redução adicional das taxas cobradas no consignado, com maior aproximação com o que é cobrado no consignado do setor público (23,8% ao ano, em média). Outra previsão é de aumento do prazo de empréstimo.

O crédito consignado permite o desconto das mensalidades diretamente na folha de pagamento, o

que reduz o risco de inadimplência para os bancos e possibilita uma taxa de juros menor. O problema, porém, é que, no modelo atual, poucos trabalhadores com carteira assinada têm acesso.

Isso porque o empréstimo depende de convênio bilateral entre bancos e empregadores, limitando-o aos funcionários de grandes empresas. Ainda assim, há pouco apetite das instituições financeiras pela linha devido aos riscos de não pagamento, como no momento de demissão.

Com a iniciativa do governo, o crédito poderá ser ofertado por uma plataforma dentro da Carteira de Trabalho Digital. Lá, o público-alvo poderá comparar as taxas dos bancos. As instituições, por sua vez, terão acesso a informações do eSocial, sistema do governo em que as empresas registram dados empregatícios, para analisar o risco das operações.

O limite da parcela do empréstimo será de 35% do salário (a margem consignável).

Em nota, o Ministério do Trabalho disse que o trabalhador terá de autorizar antes o acesso a dados como nome, CPF, margem do salário disponível para consignação e tempo de empresa, em respeito à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A partir daí, o trabalhador receberá ofertas em até 24 horas para analisar a melhor opção e fazer a contratação no canal do banco.

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, ressaltou que todos os trabalhadores assalariados de carteira assinada poderão recorrer ao crédito. E disse ainda que vai regulamentar a possibilidade de entrega de 10% do saldo do FGTS e 100% da multa rescisória no momento da demissão, como garantia. Isso já está previsto, mas nunca foi regulamentado.

-Vai ser muito seguro esse processo, para que os bancos possam ofertar a menor taxa -afirmou.

Marinho disse que, se o trabalhador mudar de emprego, o empréstimo passa a outra empresa, dando garantia ao banco:

-A nova modalidade vem para trazer mais garantia e segurança, permitindo crédito mais barato, inclusive em relação ao atual consignado privado.

Além de Lula e Marinho, estavam presentes na cerimônia o vice-presidente, Geraldo Alckmin, e os ministros da Fazenda, Fernando Haddad; da Casa Civil, Rui Costa; da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi

Hoffmann; e Comunicação Social, Sidônio Palmeira.

Os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alco-lumbre (União-AP), participaram do evento, assim como representantes das instituições financeiras, como os presidentes da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney; da Caixa, Carlos Vieira; e do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros.

DESCONTO EM FOLHA

Ainda estiveram presentes representantes de sindicatos, como a Força Sindical e Central Única de Trabalhadores (CUT), assim como de associações de classe dos trabalhadores rurais e domésticos.

Tarciana, presidente do Banco do Brasil, destacou que o novo consignado privado vai baratear o custo do empréstimo mensal aos trabalhadores. Segundo ela, a empregada doméstica terá redução de cerca de 52% em relação à taxa de crédito que pegava antes.

No evento, foi citado um caso de um trabalhador que paga prestação de R\$ 1.600 atualmente. Mantida a quantidade de parcelas, a prestação cairá para R\$ 830, com a redução dos juros incidentes sobre o crédito.

- Isso significa mais renda mensal. Quando dinheiro sobra no bolso, é percepção real de aumento de renda -disse Tarciana.

O desconto das parcelas será na folha de salários, mensalmente, pelo eSocial, o que permite que as taxas de juros sejam inferiores às praticadas atualmente no consignado por convênio. Após a contratação, o trabalhador acompanha mês a mês as atualizações do pagamento das parcelas.

No fim de 2024, o saldo de crédito do consignado privado era de R\$ 39,7 bilhões, muito abaixo do estoque do consignado do **INSS** (R\$ 270,8 bilhões) e da modalidade para os **servidores públicos** (R\$ 365,4 bilhões).

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Inflação fecha o mês de fevereiro em 1,48%

AGÊNCIA BRASIL

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), **inflação** que costuma reajustar anualmente salários, fechou fevereiro em 1,48%. Assim como a **inflação** oficial do País, apurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a conta de luz puxou o aumento. O resultado do INPC de fevereiro é o maior desde março de 2022 (1,71%). Em relação aos meses de fevereiro, é o mais alto desde 2003 (1,46%). Em 12 meses, o INPC soma 4,87%.

Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A alta de fevereiro é explicada em grande parte pelo Bônus Itaipu, que concedeu desconto na conta de luz dos brasileiros em janeiro. No primeiro mês do ano, o índice apresentou variação nula (0%).

Com o fim do desconto, o que já era previsto, a conta de energia elétrica subiu 16,96%, fazendo o grupo habitação - do qual faz parte a energia elétrica - subir 4,79%, impactando o INPC em 0,79 ponto percentual (p.p.). Em fevereiro, os produtos alimentícios subiram 0,75%, desaceleração em relação a janeiro (0,99%).

Reajuste

O INPC impacta diretamente na vida de muitos brasileiros pois o acumulado móvel de 12 meses costuma ser utilizado para cálculo do reajuste de salários de diversas categorias ao longo do ano. O salário mínimo, por exemplo, leva o dado de novembro no seu cálculo. O seguro-desemprego, o benefício e o teto do **INSS** são reajustados com base no resultado de dezembro.

Site: <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/>

Imposto de Renda 2025: Quem precisa declarar? Quem é isento? Qual o prazo para entregar declaração?

A **Receita Federal** divulgou o detalhamento da declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) de 2025, referente aos rendimentos de 2024. O período de entrega será de 17 de março a 30 de maio deste ano. A modalidade pré-preenchida estará disponível a partir do dia 1º de abril.

O Fisco também informou qual será o calendário de restituição do IR 2025. Se houver algum valor residual, não há como saber em que lote você será restituído. Mas, quanto antes entregar, maiores são as chances de o estorno ser realizado nas primeiras datas. Veja a seguir as novas regras deste ano e tire suas dúvidas:

Aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda 2025

O governo subiu o limite de quem é obrigado a declarar para R\$ 33.888,00, o que inclui salário, aposentadoria e pensão do **INSS** ou de órgãos públicos. No ano passado, o limite utilizado foi a partir de R\$ 30.639,90 (leia abaixo).

A Receita exigirá que envie os dados quem recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte (como rendimento de poupança ou FGTS) para acima de R\$ 200 mil. É o segundo ano com este piso. Em 2023, quem tinha acima de R\$ 40 mil era obrigado a declarar.

Quem deve declarar o Imposto de Renda 2025?

Quando o programa estará disponível?

A Receita informou que será possível preencher a declaração em diferentes dispositivos sem perder os dados. É possível, por exemplo, começar a declaração no celular e terminar no programa instalado no computador ou on-line.

Haverá declaração pré-preenchida para o Imposto de Renda 2024?

Calendário de restituição do Imposto de Renda 2025

Idosos, portadores de doença grave e deficientes

físicos ou mentais e contribuintes cuja principal fonte de renda é o magistério têm prioridade. A Receita também vai priorizar a restituição de quem usar a declaração pré-preenchida e optar por receber a restituição por Pix.

Novo portal da Receita

Acesso ao Gov.br

Para ter acesso aos serviços virtuais do e-CAC (Centro de Atendimento Virtual) é preciso ter o nível prata ou ouro no portal Gov.br. Isso vale para quem acessa o e-CAC com uma conta Gov.br. Quem entra no e-CAC por meio do código de acesso terá menos funcionalidades. Portanto, a recomendação da Receita é entrar via Gov.br.

Apenas com a conta Gov.br será possível acessar a declaração dos anos anteriores. Isso não estará mais possível com a senha de acesso tradicional ao e-CAC. Por outro lado, ainda estará disponível no acesso tradicional do e-CAC as informações sobre a malha final.

Quem tem direito à isenção do Imposto de Renda 2024?

Quais as deduções de IR a que tenho direito?

O valor que é retirado da base de aplicação do Imposto de Renda, ou seja, o valor dedutível, inclui despesas com dependentes, saúde, educação, previdência etc.

Quais os limites de deduções?

Despesas com saúde não têm limite para dedução, o que é alvo de críticas porque beneficia sobretudo pessoas com maior poder aquisitivo.

O contribuinte tem um desconto-padrão de 20% sobre a base de cálculo (limitado a R\$ 16.754,34) em substituição a todas as deduções legais. Essa é a chamada declaração simplificada.

O que são deduções incentivadas?

São valores que podem ser deduzidos com a comprovação de sua função social, como doações para fundos da criança e adolescente.

Como comprovar as despesas para obter as deduções?

Para embasar a veracidade da despesa informada, o contribuinte deve informar, por exemplo, recibos, notas fiscais e comprovante de pagamentos que contenham a identificação pessoal de quem recebeu o serviço ou quem prestou.

Que documentos preciso ter à mão para fazer a declaração?

Qual prazo de entrega da declaração de IR 2025?

O período de entrega das declarações do imposto de renda da pessoa física será de 17 de março a 30 de maio.

Multa

A multa para o contribuinte que não fizer a declaração ou entregá-la fora do prazo será de, no mínimo, R\$ 165,74. O valor máximo será correspondente a 20% do imposto devido.

Declaração em vários aparelhos

É possível ainda fazer a declaração totalmente pelo celular, por meio do aplicativo da **Receita Federal**, que acessa a plataforma Meu Imposto de Renda. A declaração pré-preenchida neste ano também vai contar com o registro de aeronaves da Anac.

Quem tem trust no exterior precisará detalhar as ações e ganhos. Os fundos fechados no Brasil também terão cobrança de **impostos** periódica, em maio e novembro, de acordo com a nova lei de tributação dos super-ricos.

Os leitores podem enviar suas dúvidas para o e-mail ir@oglobo.com.br. Dentro do possível, elas são esclarecidas nas matérias publicadas no ambiente especial sobre o Imposto de Renda (oglobo.globo.com/economia/imposto-de-renda). O sócio de **impostos** da EY, Antonio Gil, também vai tirar dúvidas em vídeos publicados na página do GLOBO no YouTube (youtube.com/jornaloglobo)

Site: <https://oglobo.globo.com/economia/imposto-de-renda/guia/imposto-de-renda-2025-quem-precisa-declarar-quem-e-isento-qual-o-prazo-para-entregar-declaracao.ghtml>

Novo salário mínimo de 2025: confira valor do piso nacional após o reajuste

Do UOL, em São Paulo

O novo salário mínimo nacional foi depositado na conta do trabalhador pela primeira vez em fevereiro, com o valor reajustado para R\$ 1.518,00.

A razão para o pagamento ocorrer apenas em fevereiro, apesar de o reajuste estar em vigor desde janeiro, é que os salários são recebidos no mês seguinte ao trabalhado. Assim, a atualização passa a constar no contracheque deste mês.

O salário mínimo é o valor mínimo mensal que o trabalhador pode receber enquanto exerce atividade remunerada. Ele é a base para o pagamento de benefícios previdenciários, assistenciais e trabalhistas do governo federal.

O valor de R\$ 1.518 representa uma elevação de R\$ 106. Isso significa 7,5% de reajuste, portanto, acima da **inflação** no período. Ainda assim, os valores são menores devido ao corte de gastos aprovado no fim de 2024.

Mudança de regra. A fórmula antiga de cálculo do salário mínimo previa a reposição da **inflação** calculada pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) -- que é mais vantajoso para o trabalhador que o índice oficial da **inflação**, o IPCA -- e mais a variação do **PIB** (Produto Interno Bruto). Pela regra anterior, o salário mínimo iria a R\$ 1.525 .

A fórmula nova acrescentou uma terceira regra na conta: um teto de aumento de despesas de 2,5%. Assim, mesmo que o **PIB** seja de 3,2%, será aplicado o valor máximo de 2,5%.

O salário mínimo impacta o valor das aposentadorias, principalmente do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), e em benefícios sociais. Por isso, há preocupação do governo em conter aumentos abruptos dele e reflexos negativos no orçamento em tempos de contenção de despesas.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/03/13/novo-salario-minimo-de-2025-confira-valor-do-piso-nacional-apos-o-reajuste.htm>

Lula faz elogio a Haddad e diz que economia não se faz 'com mágica'

Num momento em que a força do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é questionada no mercado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez ontem um afago e elogiou o chefe da equipe econômica, em evento no Palácio do Planalto. E assegurou que não há "cavalo de pau" na economia.

- Tenho a felicidade de ter o companheiro Haddad como ministro da Fazenda -afirmou Lula. -Fico pensando se as pessoas têm noção do que o companheiro Haddad já nos patrocinou como ministro da Fazenda em dois anos.

Há uma avaliação, entre integrantes do governo, de que Haddad enfrenta um período de desprestígio, que começou em novembro, com o anúncio das medidas do pacote fiscal junto com a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Além disso, uma ala do PT tem se manifestado contra as medidas de corte de gastos do governo.

NÃO TEM CAVALO DE PAU"

Lula, no entanto, citou as conquistas de Haddad ontem, como a PEC da Transição, no fim de 2022, e a aprovação da **Reforma Tributária**:

-Já tive muitos ministros, muitos companheiros na Fazenda, mas pode ter certeza, se vocês colaborarem, agente vai terminar o nosso governo com o Haddad passando para a História com o melhor ministro da Fazenda que este país já teve.

O presidente ressaltou que o mercado financeiro não deve duvidar da seriedade do governo:

- Não pensem que eu tenho direito de fazer algum absurdo nesse país. Economia não se faz com mágica, agente não inventa. A gente sabe que o foi fácil hoje, amanhã pode ser difícil -afirmou. -Aqui não tem cavalo de pau. Tem política serena, discutida.

Lula disse ainda que tem muita gente "fazendo sacanagem com o Brasil":

-Não sei se é gente que vive com a especulação do dólar. Não sei se é gente que quer ganhar na Bolsa. Mas tem tanta notícia cretina, tanta notícia falsa. A pessoa conhece a minha história. "Mas o Lula 1 é diferente do Lula 2, que é diferente do Lula 3."

Obviamente que eu estou diferente - afirmou. - Estou mais experiente. Tenho mais conhecimento. E eu quero fazer as coisas melhor.

RESPONSABILIDADE FISCAL

Apesar dos afagos de Lula em Haddad, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou ontem que o ministro da Fazenda precisa de mais apoio dentro do governo. Ele destacou que a agenda econômica de Haddad vem sendo apoiada pelo Congresso, mas enfrenta resistências do próprio PT. E disse que o governo Lula precisa focar na responsabilidade fiscal.

- A alta dos alimentos é consequência de uma política que tem tido uma reação do que tem sido feito na política econômica. A agenda do ministro Haddad foi integralmente apoiada por nós. Sempre dissemos que o ministro precisaria muito mais de apoio interno do que externo. Precisamos, nesse diálogo com o governo, pontuar que não dá mais pra se distanciar da responsabilidade fiscal - afirmou Motta em evento com empresários do grupo Lide.

Haddad deve se reunir ainda esta semana com a nova ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann. Com um histórico de atritos com o ministro, Gleisi fez acenos a Haddad após ser confirmada no cargo. Os tópicos incluirão as prioridades legislativas da Fazenda.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Tebet chama Haddad de 'herói' e diz que acredita que Gleisi vai dar apoio às medidas econômicas necessárias

A ministra Simone Tebet disse que a equipe econômica está incluindo no Orçamento programas como o Auxílio- Gás e o Pé-de-Meia, e que a meta de déficit zero será cumprida. "Se não agora, no tempo determinado pelo Tribunal de Contas". Ela disse que a equipe econômica, muitas vezes, é voz dissidente no governo ao dizer que não existe "almoço grátis" e não quer recriar fórmulas passadas que não deram certo. Para ela, o ministro Fernando Haddad é um verdadeiro herói nesse sentido, ao enfrentar uma resistência do seu próprio partido.

Ainda sobre o PT, Simone considera que Gleisi Hoffmann sabe do projeto em andamento no país e vai dar suporte para aprovar as medidas econômicas necessárias.

- Ela sabe vestir e desvestir a camisa de acordo com o cargo que tem, que é este o papel dela. Ela exercia o papel de presidente de um partido, que era um partido que tinha uma posição ideológica e econômica muito clara. Ela não podia fazer outra coisa enquanto presidente do partido - defende Tebet.

Abaixo a íntegra da entrevista:

Miriam: A equipe econômica entregou quase 7% de crescimento em dois anos. Apesar disso, tem sido criticada dentro e fora do governo. Como fazer para se manter mais firme no rumo traçado nesses dois ministérios, Economia e Planejamento?

Simone Tebet: Falar de economia hoje é falar de algo muito complexo e que precisa ser, dentro desse processo, inserido o cenário internacional. Eu diria que os números nunca estiveram tão bons. Dois anos consecutivos crescendo acima de 3%, quando que nós vimos isso? Isso reflete no que? Maior geração de emprego, maior renda per capita. Tudo isso está colocado.

Eu gostaria de acrescentar dois fatores que me tocam muito. Nunca tivemos tantos jovens empregados. E nunca tivemos tantas mulheres empregadas. Nunca tivemos tanta formalidade.

É muito difícil falar e fazer economia e fazer um país

dar certo num mundo tão conflitado. Vi uma matéria sua, que eu acrescentaria algumas coisas, na qual você falava de incerteza. A incerteza é a pior palavra quando se trata de economia. Mas a incerteza, ela é conjuntural, ela é temporária. Acho que nós estamos passando por algo ainda pior. Nós estamos passando por algo estrutural. A incerteza está virando insegurança na cabeça das pessoas. E a insegurança está levando ao medo. Nós falamos isso em todas as gerações. Nós nunca tivemos tantos conflitos armados no mundo, mais de 40. E aqui um parêntese que é importante, nenhum deles tem a cara de uma mulher. Não tem uma mulher à frente desses conflitos, instigando esses conflitos. Nós temos a insegurança climática atingindo imensamente a mente dos nossos jovens, que não querem nem ter filhos por medo do futuro. E nós temos, por conta da questão climática, a incerteza econômica, além dos conflitos que impactam a economia.

Diante desse cenário, que é um cenário difícil, há um elemento mais novo ainda, que nós estamos na era do mundo digital, onde as verdades são relativas, onde as pessoas se pautam pelas redes sociais e não sabem, afinal, em que mundo estão vivendo. Qual é o Brasil que você vive? É o mesmo que eu vivo? Eu não sei, eu não sei qual a realidade virtual você está tendo. Então, trabalhar economia, trabalhar política nesse universo não é coisa fácil. Qual é a alternativa a isso. Uma delas, eu não tenho dúvida: a comunicação. O governo está errando na comunicação. Começou a dar passos positivos no sentido certo na forma, mas nós também estamos errando no conteúdo.

Mas como é que deveria ser a comunicação do governo? Por que está errando na forma e no conteúdo? Explica melhor isso.

É ter o diagnóstico certo e usar ele a nosso favor. Linguagem simples. Eu não vou entrar no assunto do Sidônio (Palmeira, ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social do Brasil), a quem aposto todas as minhas fichas, o conheci na campanha quando eu apoiei o presidente Lula no segundo turno, sei da capacidade dele. Na forma é até mais fácil, no conteúdo é muito difícil, ele convencer 37 ministros de que agora tem que dialogar, fazer frases mais curtas,

mais simples para dialogar com a população.

Mas eu diria naquilo que é meu, que é do Planejamento, tenho um ministério que no presente lida com Orçamento, é o dia a dia, é o café da manhã, o almoço e o jantar. E eu tenho que trabalhar pensando no futuro. O presente não pode engolir o futuro. A gente tem que pensar no hoje e já projetar a média e longo prazo. Nós estamos fazendo quietinhos, vamos entregar para o Brasil, o governo do presidente Lula vai entregar pela primeira vez na história a estratégia do Brasil que nós queremos para os próximos 25 anos, já a partir de 2026, e como fazer para chegar lá, com indicadores e metas muito claras. Mas tem um ponto que eu acho que, por ser ministra do Planejamento, eu posso ousar. Temos que ter a coragem de enfrentar temas espinhosos, mas que dialogam com a sociedade, que precisam ser enfrentados.

E olha quem está falando aqui é uma ministra que tem uma visão um pouco mais liberal, seja lá o que for isso, porque eu não sou economista.

Mas falando de presente, o Orçamento não está pronto ainda. O Congresso ainda não aprovou. Como executar um Orçamento que não foi aprovado? Isso cria dificuldades, não é verdade?

Olhando pelo lado fiscal, o Orçamento não me faz falta neste momento. Eu preciso do Orçamento por segurança jurídica, porque a Constituição determina, porque nós precisamos realizar políticas públicas e entregar as obras, enfim, fazer a máquina andar e a economia também.

Mas trabalhar com 18 avos nos primeiros três meses não é um mau negócio a fim de estrutura fiscal, de responsabilidade fiscal e de meta. Nós temos que cumprir meta zero e nós vamos cumprir meta zero. Vamos fazer isso com toda responsabilidade. Estamos colocando para dentro do Orçamento aquilo que ficou para fora, seja porque o Tribunal de Contas assim o determinou, e é o certo, seja porque o próprio governo reconheceu, no Auxílio Gás ao Pé-de-Meia, passando por todas as políticas públicas, para garantir essa segurança de que nós vamos cumprir meta da forma correta.

Tudo isso estará dentro do Orçamento?

Tudo estará dentro do Orçamento. Se não agora, como colocamos agora o Auxílio-Gás, estamos colocando no ofício que encaminhamos para o Congresso Nacional, naquele tempo determinado pelo Tribunal de Contas em relação ao Pé-de-meia. Isso tudo estará dentro do Orçamento.

Sendo combativa, inclusive, como aquela voz, às vezes, dissidente a equipe econômica dizendo o seguinte: não tem almoço grátis, não vamos inventar subsídios, não vamos criar fórmulas passadas que não deram certo. Não vamos fazer isso. A equipe econômica tem consciência. O ministro Haddad é um verdadeiro herói nesse sentido, de enfrentar a resistência do próprio partido. E nós vamos conseguir entregar o Orçamento, uma vez aprovado, cumprindo as regras fiscais.

Você falou que ia dar um exemplo do presente.

Nós precisamos dialogar com os interesses da população brasileira e entender que quando nós falamos com esse governo que é mais social, mais esquerda, e fala que a grande missão do país é fazer justiça social e é. Um país tão rico não pode ter um povo tão pobre. Nós temos que ter como meta, e tanto a direita quanto a esquerda tem como meta, a justiça social, podemos ter divergência na forma. Não se faz social sem fiscal, sem controlar as contas públicas, sem gastar com eficiência e qualidade, sem excessos, sem fraudes, sem erros. A forma pode ser distinta, mas o objetivo principal, tanto a esquerda quanto a direita, tem a mesma finalidade.

Será mesmo?

Tem. Tanto a direita quanto a esquerda, não o extremo. Os extremos se encontram, tanto da direita quanto da esquerda, na violência, na privação de liberdades, na autocracia, isso é uma outra história. Obviamente, de alguém que é mais centro-direita na economia, mais centro-esquerda na parte de costumes e convive com os dois lados por ser uma pessoa de centro, quando eu converso com políticos de direita e de esquerda, eu vejo que eles têm o mesmo objetivo. A forma ou a fórmula é que eles podem divergir. Talvez a virtude esteja no meio, nem um fiscalismo desalmado, um fiscalismo que só pense no futuro matando o presente, e nem uma política social que não olha o futuro, gasta, cria subsídios e com isso empurra a conta lá para frente, gerando **inflação**, dívida pública e tudo mais.

Voltando ao exemplo, ousando, talvez em voz alta, algo que eu já tenho tratado com a minha equipe, quando a gente fala de social, a população já precificou isso como alguma coisa dela. Você fala de Bolsa Família, de vários programas, são programas que a população fala assim, entra governo, sai governo, isso é uma política de Estado. Ninguém vai tirar dinheiro. Agora tem coisas do dia a dia, uma mudança estrutural de mentalidade de gerações que precisa ser colocada na mesa. Nós não temos que ter medo de dialogar com a sociedade, com a academia, com o setor produtivo e nem com o sindicato e com os

trabalhadores a questão do fim da jornada de seis por um. A jornada de cinco por dois precisa ser colocada na mesa.

Você é a favor então?

Tebet: De cinco por dois com um período de transição, começando com as grandes empresas, protegendo as pequenas, dando incentivo para que elas possam se adequar, sem dúvida nenhuma. Não é só porque é desumano hoje, é porque isso gera economia, isso vai gerar produtividade, isso vai gerar qualidade no trabalho e o próprio empresário vai ganhar com isso, de forma organizada, com planejamento. Nós estamos trabalhando essa questão. Outra questão que precisa ser colocada é a igualdade salarial entre homens e mulheres, foi uma promessa do presidente Lula comigo e que precisa virar realidade. E se não for por amor, não for assim por amor às mulheres uma questão de igualdade, que seja pelo bolso.

A lei foi aprovada e ainda regulamentada...

Não foi regulamentada por pressão do setor privado, que não está enxergando que ele é o principal beneficiado. Não diria que é quase uma **Reforma Tributária**, mas ela mexe no **PIB** brasileiro positivamente ao colocar as mulheres com o melhor salário porque esse salário vai girar a economia.

Porque isso faz parte do Brasil que nós queremos para daqui dois ou três anos. Para que você esteja fazendo entrevista com uma ministra do Orçamento ou com o ministro da Economia ou da Fazenda tratando dos mesmos assuntos: **inflação**, desemprego, dívida pública e tudo mais. Então acho que é isso. É ter coragem de enfrentar questões com diálogo, com transparência, achando o caminho do meio. É possível avançar nessas questões e são questões que se você conversa com a população brasileira, se você conversa com o trabalhador, são questões que estão no dia a dia dele, que interessam a vida dele.

O Ministério do Planejamento tem colocado uma posição fiscal mais firme, a senhora mesmo já disse, que é preciso enfrentar gastos, cortar gastos, diminuir despesas, mas depois diminuiu um pouco, passou a falar menos sobre isso. Por que? Tem algum foco de corte de despesas possível hoje?

Essa resposta posso te dar de forma bem objetiva. Conheço a realidade da política brasileira, não faço política há pouco tempo e fui do Congresso Nacional nos últimos oito anos. Achávamos que teríamos um parceiro mais fiscalista no Congresso Nacional, não foi o que aconteceu. Não foi o que aconteceu, seja na PEC da transição - eu participei dela, fui responsável também por ela, não estou me eximindo de nenhuma

responsabilidade, seja em relação ao arcabouço - , que não foi aprovado do jeito que nós queríamos, seja em relação a esse novo ajuste.

Quer dizer, o Congresso aumenta a despesa, na verdade.

E diminui a contenção. Então não é o Congresso fiscalista que nós imaginávamos. Então não adianta dar murro em ponta de faca. Democracia é isso e não temos que fazer qualquer crítica em relação a isso. Faz parte do jogo democrático. Dentro disso, e com pragmatismo que a vida inteira me pautou, vejo na janela de 2026 a oportunidade que eu não estou vendo na janela de 2024 e 2025. Explico: a janela de novembro e dezembro de 2022 foi a janela da ganância. (Depois) Precisávamos recuperar políticas públicas, Farmácia Popular, Bolsa Família, ciência, tecnologia, educação, inovação, e gastamos. Injetamos R\$ 140 bi a mais por ano, que é acumulado ano a ano, de gastos públicos. Chegou o momento em que 2027, seja quem for o próximo presidente da República, não governa com esse arcabouço fiscal, com essas regras fiscais sem gerar **inflação**, dívida pública e detonar a economia. Então nós temos uma janela de oportunidade que não é agora, a véspera de uma possível eleição em 2026, não é por conta nossa. Converse com 54 senadores que vão para a reeleição, eles não querem tratar desse assunto, eu não tenho dúvida, conheço meus colegas e não os critico.

O que nós temos de janela de oportunidade, é o avesso do que foi feito em 2022, em 2026, em novembro, em dezembro, seja o presidente Lula candidato e reeleito, seja um outro candidato, um outro presidente eleito, é fazer o dever fiscal. Cortar gastos, cortar o supérfluo, fazer uma política num arcabouço mais rigoroso, que não mate o paciente, obviamente. A diferença do veneno e do remédio está na dose, mas que permita garantir sustentabilidade da vida pública, baixar juros, baixar a **inflação** e fazer a economia crescer. Essa janela de oportunidade nós não podemos perder.

A incerteza agora, nesse momento, tem nome e sobrenome, Donald Trump . Como enfrentar essa relação tão tumultuada? Como vai afetar a economia?

primeiro com diplomacia. Se a gente achar que deve apostar em dobrar aposta no Brasil, nós vamos perder.

Mas a gente vai vender mais para China ?

Acho que diplomacia, entendendo a importância do parceiro comercial como os Estados Unidos , está dando tempo do presidente americano perceber que ele chegou tarde na eleição dele para implementar o que ele queria, porque o mundo está diferente, mudou

nos últimos quatro anos. O maior parceiro comercial do Brasil é a China, sim, mirando mais os países asiáticos de um modo geral. Fui para a China, eu tenho conversado, dialogado com autoridades e empresários do mercado asiático, e colocando para funcionar efetivamente, depois de quase 40 anos de sonho, as rotas de integração sul-americana.

Enquanto a América do Norte comercializa entre si - por isso, o problema Canadá, México e Estados Unidos não é tão simples - 40% do comércio americano é regional, só depois compra um do mundo, na América do Sul é apenas 15%. Nós temos 200 milhões de sul-americanos que são possíveis consumidores nossos e nós precisamos aproveitar e vice-versa. Eles têm 200 milhões de brasileiros à disposição para consumir produtos deles.

Então, essa integração sul-americana está pronta para sair do papel, não é um projeto novo, a gente começou desde 1º de janeiro no nosso ministério. O PAC veio com as obras estruturantes sem aumentar um centavo de fiscal, não tem impacto fiscal, porque nós aproveitamos as obras estruturantes do PAC. A infraestrutura é apenas um meio para se conseguir o fim.

Você está falando de melhorar a logística para esses países?

Para melhorar nossa balança comercial, o fluxo comercial. Exemplo, a Bolívia tem o que o Brasil precisa para produzir um agronegócio que é o fertilizante, minerais nobres, lítio, etc. Nós temos a agro, indústria, o produto semi-elaborado, elaborado, o próprio automóvel e alimentos para abastecer a Bolívia. Estamos do lado, eemos um rio só que divide, uma ponte que nos une.

Paralelo a isso, a percepção correta e isso já está acontecendo, de que o caminho mais próximo para a China, para o Vietnã, para a Tailândia, para o Singapura, não é pelo Atlântico, não é só pelo Porto de Santos, é pelo Pacífico. Nós vamos diminuir em 10 mil quilômetros a distância, portanto, nós estamos falando de diminuir o custo dos nossos produtos quando essas rotas estiverem prontas. E elas começam a ficar prontas a partir do fim deste ano. É o encurtamento da distância entre a China e o Brasil pela costa do Pacífico.

Quería falar um pouco de política. Gleisi Hoffmann, no Ministério das Relações Institucionais. Ele sempre fez um discurso contra a política econômica. Como é que você está vendo isso?

Nós sempre estivemos em lados opostos, mas sempre tivemos uma gentileza no trato. Conheci Gleisi, talvez,

quando ninguém nos conhecia. Eu era deputada estadual em Mato Grosso do Sul, ela era secretária de gestão do primeiro governo eleito pelo PT estadual, que era o governo do Zeca do PT. Eu era líder da oposição, ela era secretária de gestão. Acho que a capacidade não só dela, não estou dizendo só como mulher, mas além de tudo da experiência dela, de vestir e desvestir a camisa de acordo com o cargo que tem, que é este o papel dela. Ela exercia o papel de presidente de um partido, que era um partido que tinha uma posição ideológica e econômica muito clara. Ela não podia fazer outra coisa enquanto presidente do partido.

Agora ela é uma ministra palaciana, fidelíssima ao presidente Lula, ela tem uma fidelidade que ninguém discute ao presidente Lula e sabe que o projeto de país que está em andamento na parte econômica é o projeto do governo. Acredito que ela agora vai cuidar das relações institucionais, da relação com outros Poderes, e vai dar o suporte necessário para aprovar as medidas econômicas, microeconômicas em especial, que a equipe econômica e que o ministro Haddad tem. Acho que a relação dos dois é de aproximação.

E seu futuro político, porque tem várias coisas que eu tenho ouvido. Primeiro, senadora pelo Mato Grosso do Sul. Segundo, governadora, porque já foi vice-governadora e tem perfil executivo também. Foi muito bem no parlamento como senadora, mas tem um perfil executivo. Ou vice na candidatura na chapa do presidente Lula...

Eu posso dizer que eu sou candidata a continuar servindo ao Brasil. Falei isso há quatro anos, quando eu fui candidata, sabendo que dificilmente ganharia para a presidente da República e que, portanto, eu estaria voltando para casa. Eu tive a oportunidade de estar com o governo passado quando eu era presidente da Comissão de Constituição e Justiça e me ofereceram tudo. Eu tive a oportunidade de estar do outro lado do palanque no segundo turno quando me ofereceram não um, mas dois ministérios com porteira fechada. Eu não fiz isso por uma questão muito clara na minha vida, isso eu devo ao berço que eu tenho, a minha mãe que é muito religiosa, ao meu pai que nasceu e morreu como ser político. É preferível perder do lado certo, do que ganhar do lado errado. O meu discurso nunca vai ferir o meu ser. Quando o meu discurso ferir o meu ser, eu paro de fazer política. Eu faço política porque eu devo isso ao Brasil. Com cargo ou sem cargo.

De forma objetiva, não sou candidata ao governo do Estado. Apoio a reeleição do governador Eduardo Riedel pelo excelente trabalho que está fazendo lá. Ainda se não fosse isso, mas aqui só como

parênteses, porque isso tudo é público, meu marido é chefe da Casa Civil do governo atual. E independente disso, porque temos vidas políticas também distintas. Segundo, todas as vezes em que eu mirei na política para um lado, a vida, Deus me encaminhou para o outro. Eu conto rapidamente isso num pequeno livro, que é um gesto que eu fiz para as jovens brasileiras, no qual falo que as vezes que eu mais ganhei na vida foi quando eu perdi, quando eu tive a coragem de defender teses nas quais acreditava.

Então, se o presidente falar assim: preciso que você continue no ministério até o final, eu vou continuar no ministério. Se houver um projeto da necessidade de um fortalecimento do Senado, de partidos de centro, centro-esquerda, centro-direita, direita, sem os extremos, e isso exigir de mim uma possível candidatura ao Senado Federal - hoje não é o que me move, não é o que o meu coração me pede - eu farei.

Agora, depois de 25 anos de vida pública, tendo sido prefeita, reeleita prefeita, deputada estadual, secretária estadual de governo, vice-governadora, senadora, enfim, hoje ministra do Planejamento e Orçamento, já tendo cumprido todas as missões, eu não posso ser fisiológica e escolher cargos.

Acho que o Brasil está passando por um momento, nós falamos das incertezas e inseguranças, que exige de todos nós uma parcela de contribuição. Sou muito feliz por estar trabalhando pelo Brasil e procurar estar fazendo algo que me move. Se é uma coisa que a política me deu ou me fez forjar, foi fazer uma menina do interior do Brasil extremamente tímida e, eu diria que até recatada, ser forjada na coragem. Eu aprendi a ser corajosa para defender aquilo que eu acredito, aquilo que eu amo. Então, isso me basta.

Você falou que se define como centro-direita e elogiou a direita também, dizendo que direita e esquerda têm o mesmo objetivo, mas separou os extremos. O problema é que o mundo está fortalecendo os extremos, principalmente a extrema-direita. Como fazer para proteger o Brasil de um novo governo desastroso como foi o governo de extrema direita. Seu trabalho na CPI da Covid ajudou a tornar claro qual era o principal erro daquele governo: ele ficou contra a vida.

Nós temos vários, mas isso tudo passa por partidos políticos fortes e pelo fortalecimento do centro. Quer dizer, quando o centro se desfacelou no Brasil, nós tínhamos na referência no MDB, por exemplo, a grande força que aglutinava, nós começamos a produzir candidatos autônomos, outsiders. E essa pergunta me permite dizer que a minha grande preocupação para 2026 é, num possível segundo turno, a figura de um outsider, de alguém de fora da

política. Porque, de novo, eu não tenho medo da direita ou da esquerda tradicional, eu tenho medo de um outsider que vem com ideias mirabolantes de um mundo totalmente distópico.

É preciso o fortalecimento dos partidos políticos, o fortalecimento do centro democrático, que voltemos a tratar de valores que realmente interessam à sociedade e que tenhamos, obviamente, no Congresso Nacional, um pouco mais de equilíbrio em relação às emendas parlamentares. Isso pode virar um caso de polícia, eu já vi essa história antes, eu já vi esse filme antes, eu não sou contra emendas parlamentares, acho que elas são saudáveis, mas nesse patamar eu sou contra. Nesse patamar (o Congresso) tem exatamente para investimento o que o Executivo tem para investimento, isso não existe em lugar nenhum do mundo.

As emendas geram uma distorção da democracia no sentido de comprar apoios políticos, evita a renovação, mas não é isso. O cansaço da população brasileira é silencioso. A população brasileira vai engolindo até o momento que ela vomita, e vomita corretamente. Foi assim com os centavos do transporte coletivo lá atrás, que não foi pelos 10 centavos, foi um cansaço. A população não queria. Então por isso que eu voltei a questão de termos coragem de discutir pautas que interessam à população. Ou nós entendemos isso, a política tradicional entende que tem que estar do lado do povo, ouvindo o povo e não tentando ensinar o povo, mas ouvindo os seus problemas para tentar achar soluções conjuntas ou a sensação da população que essa política não me serve, que essa política só visa o seu próprio interesse.

Então procurar alternativas e não são as alternativas ideais, não são as alternativas saudáveis, são as alternativas que não só flertam com a autocracia, mas com o que há de pior do ser humano. Passa por partidos políticos, passa por fortalecimento do centro e passa por uma modernização da pauta. Vamos dialogar com a população brasileira, vamos ouvir a população brasileira. É a tal da sabedoria popular que precisa voltar para o cenário da política brasileira.

Um pulo rápido na economia. Você conhece o agronegócio. Vamos ter alimentos mais baratos esse ano ou pelo menos não subindo tanto quanto no ano passado?

No geral, sim. Uma árvore de café leva 4, 5 anos para começar a produzir o primeiro café. Com a quebra da safra no mundo, pode fazer isenção de imposto que for, porque você não consegue abaixar o preço do café.

Mas o ovo, quem sabe?

Sem dúvida, é muito mais rápido. O pintinho para virar uma galinha leva 30 dias para colocar o ovo e tudo mais. A isenção de imposto vai beneficiar alguns produtos, do azeite ao óleo e tudo mais. Embora sejamos exportadores, no caso da própria carne, há um efeito moral. Pensam: "se está isento a importação de carne, ao invés de só exportar tanto, eu vou deixar um pouco mais para o mercado nacional, com isso baixo o preço, para evitar a concorrência de fora". Há um conjunto de fatores que vão mostrar que nos próximos 30 dias muitos produtos vão começar a baixar o preço.

O Brasil precisa redescobrir o Brasil. Os economistas, a classe política precisa redescobrir o Brasil. A economia está muito diversa. Não só diversa, não depende só de um setor ou indústria ou comércio ou agro. É que dentro do agro não depende só do boi e da soja mais. Ele tem o milho, ele tem a celulose, ele tem o papel, tem o etanol, tem o etanol de segunda geração, tem um combo nesse cesto. Então quando uma coisa está dando errada, a outra coisa está dando certa. Por isso que eu falo assim, eu não posso ser mais romântica pelo tempo que eu tenho de vida, mas eu sou uma otimista, realista, porque eu conheço a realidade do Brasil e sei que o Brasil tem tudo para dar certo.

(Edição Ana Carolina Diniz e Luciana Casemiro)

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2025/03/tebet-chama-haddad-de-heroi-e-diz-que-acredita-que-gleisi-vai-dar-apoio-as-medidas-economicas-necessarias.ghtml>

Tax Free torna turismo mais lucrativo

Artigos

Dezenas de países vêm adotando, há décadas, o programa Tax Free - política pública que oferece ao turista internacional o direito à restituição de parte do valor do imposto embutido na compra de um produto. O objetivo é estimular o viajante a comprar mais. A prática tem demonstrado que o destino ganha em competitividade e atratividade.

Estudos apontam que, em média, de 30% a 35% dos gastos numa viagem são destinados a compras. Com isso, recursos líquidos são injetados na economia local, aquecendo o comércio e gerando empregos - divisas que contribuem para a balança de pagamentos.

Na operação do sistema, evidentemente, há critérios, como a apresentação de documentos (passaporte, notas fiscais, prazo de saída do país e até bilhete aéreo). Tais procedimentos estão cada vez mais simplificados graças à tecnologia.

A boa notícia é que a proposta de implementação desse programa no Brasil avançou. Em 2023, o Conselho Nacional de Política Fazendária - que reúne os secretários de Fazenda dos entes da Federação - aprovou a prerrogativa de os estados adotarem o Tax Free. De imediato, Rio de Janeiro, Ceará, Rio Grande do Norte e Minas Gerais aderiram. Ao final de 2024, a Assembleia Legislativa do Rio aprovou um Projeto de Lei oficializando a ideia.

Hoje, o Rio de Janeiro, na vanguarda dessa inovação, regulamenta a matéria a fim de elaborar um edital licitatório para a escolha do operador. Paralelamente, o Congresso Nacional, em meio à epopeia da **reforma tributária**, reconheceu a conveniência de instituir o Tax Free.

Embora o projeto original do Executivo não contemplasse o Tax Free, ele foi incorporado no bojo das amplas e profundas discussões realizadas, pois foi acolhido pelo grupo de trabalho da Câmara dos Deputados. O Senado referendou, e o projeto que o inclui na **reforma tributária** foi sancionado pelo presidente da República. Está garantida, assim, a continuidade do programa. O ICMS será extinto em 2033, mas o Tax Free permanecerá.

Não obstante, é fundamental destacar que, para essas conquistas, foi decisivo o esforço da Fecomércio-RJ. Desde a realização de pesquisas com turistas

internacionais - comprovando o potencial de gastos adicionais caso houvesse Tax Free - até o intenso debate junto a parlamentares e ao Poder Executivo, esclarecendo a relevância da adoção dessa política no Brasil.

O programa contribuirá para reduzir o déficit na conta "viagens internacionais". Em 2024, ele foi de US\$ 7,5 bilhões - os brasileiros gastaram US\$ 14,8 bilhões no exterior, enquanto os estrangeiros gastaram apenas US\$ 7,3 bilhões no Brasil, segundo o Banco Central.

Há duas formas de enfrentar a questão: atrair mais turistas internacionais e incentivar visitantes a consumir mais, especialmente estimulando-os a gastar os valores da restituição Tax Free durante a estadia.

*Otavio Leite, doutor em turismo, é consultor da presidência da Fecomércio-RJ

Site:

<https://oglobo.globo.com/opiniao/artigos/coluna/2025/03/tax-free-torna-turismo-mais-lucrativo.ghtml>

Haddad e Gleisi se reúnem nesta quinta para discutir prioridades da agenda econômica

A nova ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann, se reúne nesta quinta-feira com o titular da Fazenda, Fernando Haddad. Com um histórico de atritos com Haddad, Gleisi fez acenos ao ministro após a sua confirmação no cargo no Palácio do Planalto, desde uma ligação de cortesia ao chefe da Fazenda no dia que foi anunciada por Lula até a menção pública de apoio à agenda da pasta em seu discurso de posse.

Um dos tópicos da conversa será as prioridades legislativas da Fazenda. Haddad entregou uma lista com 25 projetos de interesse da equipe econômica aos novos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e Davi Alcolumbre (União-AP).

Mas líderes do Congresso consideram que a agenda é difusa e precisa ser enxugada para que seja viável, ainda mais considerando que o tempo é curto, já que 2026 é ano eleitoral. O que é certo é que a prioridade número 1 do governo na pauta econômica é a aprovação da isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais, promessa de campanha de Lula.

Na lista da Fazenda também estavam presentes projetos pendentes do pacote de contenção de gastos, como a reforma da aposentadoria de militares e a limitação dos supersalários no serviço público. Aliados de Haddad afirmam que a agenda de consolidação fiscal é algo perene na Fazenda. Novas medidas estão sempre em avaliação, mas iniciativas que dependam da aprovação do Congresso dependerão do cenário.

Orçamento atrasado

Com o atraso na votação do Orçamento, só será possível ter um quadro mais claro da situação das contas públicas em maio, na publicação do 2º relatório bimestral de receitas e despesas. Em relação a grandes reformas, para além do IR, que é uma agenda de governo, a avaliação é de que a equipe econômica já fez suas entregas, com o novo arcabouço fiscal e a **reforma tributária** sobre o consumo.

A lista de projetos apresentada por Haddad ainda tem propostas da agenda microeconômica, a exemplo do consignado privado, e da agenda de transformação ecológica.

Em seu discurso de posse na SRI, Gleisi declarou apoio à pauta da Fazenda. A escolha de Lula pela agora ex-presidente do PT foi vista por aliados como uma guinada à esquerda do governo, em especial pelas críticas que ela fez a medidas econômicas tomadas ao longo destes dois anos de mandato.

- Tenho plena consciência do meu papel, que é da articulação política. Estarei aqui, ministro Fernando Haddad, para ajudar nas consolidações das pautas econômicas do governo. Pautas que você conduz e que estão colocando novamente o Brasil na rota do emprego, do crescimento e da renda - disse a nova ministra em seu discurso de posse.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/03/13/haddad-e-gleisi-se-reunem-nesta-quinta-para-discutir-prioridades-da-agenda-economica.ghtml>

Preservem o setor produtivo e o diálogo - BRASÍLIA - DF

DENISE ROTHENBURG

Todo o esforço dos presidentes da Câmara, Hugo Motta, e do Senado, Davi Alcolumbre, junto aos líderes será no sentido de preservar um espaço à margem da polarização para fazer caminhar a agenda econômica no Legislativo e garantir a estabilidade fiscal. A contar pela exposição do próprio Hugo Motta e do líder do PSD, deputado Antonio Brito, no evento Brasil Summit LideCorreio Braziliense, tudo será feito para assegurar uma melhor distribuição da carga tributária com a isenção de Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil, projeto que deve chegar ao Congresso já na próxima semana. Porém não será aceito nada que represente aumento da carga de impostos ou maior desequilíbrio fiscal.

Ela topa/ O IR será o grande teste da capacidade de articulação da ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann.

No jantar com os líderes de centro na última terça-feira, com a presença de Hugo Motta, Gleisi deixou claro que concorda com a avaliação dos líderes e demonstrou todo o interesse num trabalho conjunto em prol das medidas econômicas. E com a blindagem da agenda econômica contra a polarização. Pelo menos até o fim deste ano, a ordem é tentar deixar os anseios eleitorais de lado e jogar a energia para baixar o preço dos alimentos e afrouxar o aperto tributário sobre os mais pobres. Se o governo conseguir esses feitos, alguns ministros apostam que a popularidade será retomada em breve.

E a Previdência, hein?

Ex-presidente do Banco Central, ex-ministro da Fazenda e secretário da Fazenda de São Paulo no governo João Doria, Henrique Meirelles disse à coluna que, diante do aumento da expectativa de vida da população, chegou a hora de uma nova reforma da Previdência. Falta combinar com o Congresso, que está mais dedicado à tributária e começa a falar da administrativa.

Gestos desafios A presença de Hugo Motta na festa de aniversário de 79 anos de José Dirceu foi vista como mais um sinal de diálogo com o PT por parte do presidente da Câmara. Hugo saiu de lá direto para o jantar com Gleisi Hoffmann.

Ou seja, ele segue surfando entre o PT e o bolsonarismo. Até aqui, conseguiu se livrar dos icebergs. O grande teste será a definição da presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Não se enganem!

O fato de Hugo Motta e outros representantes do centro marcarem presença no aniversário de Dirceu não tirou o ímpeto do aniversariante em deixar muito claro que o governo está "sitiado" pela direita, que cresce no mundo, e que a esquerda é minoria no Parlamento brasileiro. O principal conselho dele, neste início de ano, para seus companheiros de governo é "para vencer, temos que governar agora" e não perder de vista a conjuntura internacional.

Por falar em governar...

A tônica política do Brasil Summit LideCorreio Braziliense foi dada logo na fala de boas-vindas do ex-governador de São Paulo João Doria, fundador do Lide. Foi incisivo ao defender o apoio ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que "leva tiro internamente", e ao destacar a necessidade de quem governa conversar com todos os setores. O governador Ibaneis Rocha concordou: "Divisão política atrapalha e muito".

CURTIDAS

Todos de volta/ Os eventos da semana na política marcaram o retorno de vários personagens do escândalo do petrolião ao cenário nacional. Na posse de Gleisi, compareceu, por exemplo, André Vargas (PT-PR). Na festa de Dirceu, o ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares contou à coluna que deseja concorrer a um mandato de deputado federal por Goiás, terra de um dos pré-candidatos à Presidência da República e um dos maiores opositores de Lula, o atual governador Ronaldo Caiado.

Enquanto isso, em Cannes.../ O Hotel Maricá, o complexo de resorts Samba, Futebol e Caipirinha, e o programa Mumbuca Verde - mercado de créditos ambientais que funciona com a comercialização de Unidades de Crédito de Sustentabilidade - são apostas de Maricá para atrair investidores internacionais. A

cidade de 200 mil habitantes, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, é a única do continente americano com stand no Mipim 2025, maior feira de investidores do ramo imobiliário do mundo, realizada em Cannes, na França.

... é hora de apresentar o Brasil/ O prefeito Washington Quaquá (PT) e o ministro do Turismo, Celso Sabino (União Brasil), receberam convidados e visitantes, destacando o potencial turístico da cidade.

"Quaquá quer transformar Maricá num destino turístico mundial e, com isso, trazer oportunidades e o pleno emprego às pessoas para ajudar a cidade a continuar no caminho do desenvolvimento", definiu o ministro.

"Viemos buscar investimentos e transformar Maricá numa indústria do turismo mundial, com as famílias empregadas e empreendendo", ressaltou Quaquá.

Vai ter fila para um café/ A posse da presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Rocha, foi de longe a mais concorrida do STM. Alguns deputados não conseguiram lugar para se sentar na Sala Martins Pena, com 480 cadeiras. E olha que foram colocados mais 200 lugares no foyer, quase uma centena no palco e ainda ficou muita gente de pé. Na saída, disseram à coluna que vão marcar uma visita de cortesia nos próximos dias.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/03/13/all.pdf>

Preços caem nos EUA em fevereiro, mas tarifaço pode reverter tendência

A **inflação** dos EUA desacelerou no mês passado pela primeira vez desde setembro e uma medida do núcleo de **inflação** (que exclui os itens mais voláteis) caiu para o nível mais baixo em quatro anos, apesar de as tarifas adicionais sobre aço e alumínio - que entraram em vigor ontem - sejam uma ameaça para os preços.

O índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) foi a 2,8% em fevereiro, em base anualizada, de acordo com o relatório do Departamento do Trabalho americano divulgado ontem. É uma queda em relação aos 3% registrados no mês anterior. Os preços básicos, que excluem as categorias voláteis de alimentos e energia, aumentaram 3,1% em relação ao ano anterior, abaixo dos 3,3% registrados em janeiro. O valor é o mais baixo desde abril de 2021.

As quedas foram maiores do que os economistas esperavam, de acordo com uma pesquisa do provedor de dados FactSet. No entanto, os preços permanecem mais altos do que a meta de 2% do Federal Reserve (Fed, o banco central americano). A **inflação** instável pode criar problemas para o presidente Donald Trump, que prometeu durante a campanha do ano passado "acabar com a **inflação**".

Na base mensal, a **inflação** também ficou muito abaixo do esperado. Os preços ao consumidor aumentaram 0,2% em fevereiro em relação ao mês anterior, abaixo do 0,5% registrado em janeiro. E os preços básicos subiram apenas 0,2%, abaixo do aumento de 0,4% em janeiro.

Os preços dos alimentos permaneceram inalterados no mês passado em relação a janeiro, o que trouxe algum alívio para os consumidores que enfrentam um aumento de 25% nos preços dos alimentos em relação a quatro anos atrás. O custo dos ovos, entretanto, aumentou 10,4% em fevereiro em relação ao mês anterior e o produto está quase 60% mais caro do que há um ano.

A gripe aviária forçou os agricultores a abater mais de 160 milhões de aves. O preço médio dos ovos atingiu US\$ 4,95 (R\$ 28,80) a dúzia em fevereiro, um recorde. O preço estava consistentemente abaixo de US\$ 2 (R\$ 11,60) por dúzia há décadas, antes da doença.

E com Trump impondo -ou ameaçando impor - uma ampla gama de tarifas sobre as importações de

Canadá, México, China, Europa e outros países, a maioria dos economistas prevê que o crescimento dos preços provavelmente permanecerá elevado este ano.

As tarifas agitaram os mercados financeiros e podem desacelerar drasticamente a economia, com alguns analistas elevando as apostas no risco de uma recessão. Muitos economistas esperam que a **inflação** caia este ano sem os **impostos** de importação, mas, com as tarifas, eles preveem que a **inflação** permanecerá elevada até o fim deste ano.

Trump prometeu impor tarifas recíprocas a todos os países que cobrarem **impostos** sobre as exportações dos EUA em 2 de abril. Os economistas do Yale Budget Lab calculam que essas tarifas, por si só, poderiam elevar a taxa tarifária média dos EUA ao seu nível mais alto desde 1937 e custar às famílias médias até US\$ 3,4 mil (R\$ 19,8 mil). ap

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Canadá e UE impõem sobretaxas aos EUA

impor a partir de hoje tarifa adicional de 25% sobre 29,8 bilhões de dólares canadenses (R\$ 120,5 bilhões) em produtos fabricados nos Estados Unidos, incluindo aço e alumínio, depois que o governo Trump avançou com taxas globais sobre as importações desses dois materiais.

A ministra de Assuntos Internacionais do Canadá, Méla-nie Joly, afirmou que a única causa aparente para as tarifas impostas pelos EUA seria a meta do presidente Donald Trump de anexar o Canadá como 51.º Estado americano. Ela destacou que a soberania do Canadá não é negociável.

Direcionando-se aos americanos, ela disse que não é o Canadá que está elevando os preços nos EUA, colocando seus empregos em risco. E acrescentou que irá trabalhar com a União Europeia para se defender das tarifas dos

EUA. Segundo ela, europeus, britânicos e o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, conversarão em Quebec, durante a reunião do G7. O encontro entre ministros de Relações Exteriores das sete economias mais desenvolvidas começou ontem e vai até amanhã, no Canadá.

O Ministério da Indústria do Canadá sinalizou ainda que lutará pelo setor automotivo.

De acordo com a Bloom-berg, as medidas retaliatórias do Canadá também se aplicarão a itens de consumo, como computadores e artigos esportivos. Os novos **impostos** correspondem às tarifas dos EUA "dólar por dólar", disse o ministro canadense das Finanças, Dominic LeBlanc.

Ao mesmo tempo, as autoridades canadenses afirmam que continuam em busca de uma saída para a guerra comercial. Le-Blanc deve se reunir com o secretário de Comércio dos EUA, Howard Lutnick, hoje, e terá a companhia do primeiro-ministro de Ontário, Doug Ford, e do ministro da Indústria canadense, François-Philippe Champag-ne, de acordo com a Bloomberg.

UNIÃO EUROPEIA. Também ontem, a União Europeia anunciou que irá taxar uma série de produtos dos EUA a partir de 1.º de abril. "Enquanto os EUA aplicam tarifas no valor de US\$ 28 bilhões (R\$ 163 bilhões), estamos respondendo com contra-medidas no valor de 26 bilhões (R\$ 165 bilhões)", disse a presidente da Comissão Euro-peia, Ursula von der Leyen, em

comunicado. "Nós sempre permaneceremos abertos à negociação. Acreditamos firmemente que, em um mundo repleto de incertezas geopolíticas e econômicas, não é do nosso interesse comum sobrecarregar nossas economias com tarifas."

A presidente da comissão também disse que, além de aço e alumínio, a medida abrange artigos têxteis, couro, eletrodomésticos, ferramentas, plásticos e madeira. Produtos agrícolas também serão impactados - incluindo aves, carne bovina, alguns frutos do mar, nozes, ovos, açúcar e vegetais. ap e dow jones newswires

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O risco Trump e as eleições de 2026 - MALU GASPAR

MALU GASPAR

Não adianta Trump ficar gritando de lá. Aprendi a não ter medo de cara feia. Fale manso comigo. Fale com respeito comigo que eu aprendi a respeitar as pessoas e quero ser respeitado", disse Lula na última terça-feira. Ele estava em Minas Gerais para inaugurar a ampliação de uma unidade da Gerdau, na véspera da entrada em vigor da taxaço do aço e do alumínio brasileiros pelos Estados Unidos. Enquanto o presidente falava, seus negociadores quebravam a cabeça em busca de uma estratégia para tentar derrubar as restrições sem partir para o conflito direto com o governo americano.

As idas e vindas nas negociações sobre tarifas com Canadá, México e Colômbia não apontam um caminho óbvio a seguir. Por ora, não há mesmo outra saída para a diplomacia brasileira a não ser optar pela cautela e pelo diálogo, e não retaliar de imediato. Primeiro, porque o Brasil não tem força para isso, mas também porque a forte reação das Bolsas americanas às políticas erráticas e inflacionárias de Donald Trump ainda pode acabar levando a um recuo. Até que isso aconteça, o país terá de lidar com os efeitos nocivos das taxas sobre um setor em que Lula apostava para impulsionar o renascimento da indústria nacional em seu terceiro mandato.

Essa é apenas uma das crises já contratadas que fazem de Trump um fator de risco adicional para Lula em 2026. E por isso que, apesar do tom autoconfiante do presidente no palanque, nos bastidores do governo o clima é de apreensão generalizada.

Já se vê integrante da equipe econômica dizendo que, em menos de 60 dias, será difícil prever exatamente o que ocorrerá com a **inflação** e os juros no Brasil. Espera-se que a supersafra prevista para os próximos meses derrube os preços de alguns produtos. Mas também se sabe que as políticas de Trump são inflacionárias - além do aumento das tarifas de importação, o combate à imigração ilegal e os cortes de **impostos** tendem a elevar custos -, o que deve segurar a queda dos juros nos Estados Unidos. Com juros mais altos por lá, os daqui também demoram mais a cair.

Para não piorar ainda mais o ambiente, o governo já orientou seus representantes no Brics - o bloco dos

países emergentes - a suspender toda iniciativa que possa criar ainda mais conflito com Trump, como o projeto de criar uma moeda alternativa ao dólar no comércio internacional. A ordem é evitar polêmicas. Mas isso não quer dizer que o próprio Trump, interessado em vitaminar o argentino Javier Milei, não vá buscá-las.

Outra crise à vista diz respeito à regulação das big techs, defendida por Lula e frontalmente contrária à agenda de Trump. Elon Musk -aquele a quem Janja mandou se f... outro dia mesmo - já pôs a máquina do governo e os republicanos para criar constrangimentos ao ministro Alexandre de Moraes nos Estados Unidos em razão de suas decisões contra o X e outras plataformas. Qualquer tentativa de regulá-las também deverá receber respostas duras dos americanos, que podem vir tanto em forma de retaliações como de reforço concreto ao bolsonarismo na política e nas redes.

A indicação de Eduardo Bolsonaro pelo PL para presidir a Comissão de Relações Exteriores da Câmara é outro complicador que não estava no radar. O filho Zero Três de Jair Bolsonaro é o político brasileiro mais bem articulado com o trumpismo e tem trabalhado com afinco para faturar politicamente com isso. O pedido do PT para apreender o passaporte dele não deve ter efeito prático além de ajudar a promover Eduardo junto a seu eleitorado. Pelo acordo entre todos os partidos por ocasião da eleição de Hugo Motta (Republicanos-PB) para a presidência da Câmara, o PL tem a prerrogativa de escolher os cabeças de cinco comissões e não abrirá mão dela.

A ação do PT, porém, não brotou do nada. Horas depois da fala de Lula em Minas, José Dirceu comemorou seu 79º aniversário num bar de Brasília expressando sem rodeios temores que ninguém no governo pode expor tão abertamente. Definindo a gestão Lula como "um governo sitiado pela conjuntura internacional", Dirceu defendeu que seja feita uma "aliança política com todos aqueles que defendem a democracia, a soberania e o Estado de Bem-Estar Social" para combater o avanço da extrema direita:

- Nossa democracia está ameaçada por brasileiros que, na aliança com o bolsonarismo, vão aos Estados Unidos pregar a traição nacional e a intervenção dos Estados Unidos e das big techs na nossa soberania.

-Para vencer as eleições de 2026 -disse Dirceu -,
temos que governar agora.

Disso não há dúvidas, mas, com Trump, o que já era
complicado ficou ainda mais difícil.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

UE e Canadá anunciam retaliação 'dólar por dólar'

A União Europeia (UE) anunciou tarifas retaliatórias sobre 26 bilhões (US\$ 28,3 bilhões) em importações dos Estados Unidos a partir de 19 de abril, em resposta à taxa global de 25% imposta pelo governo Trump sobre aço e alumínio importados. Em claro sinal de acirramento da guerra comercial iniciada pelo presidente americano, o Canadá também anunciou retaliação e cobrará tarifas de 25% sobre aproximadamente 30 bilhões de dólares canadenses (US\$ 20,8 bilhões) em produtos fabricados nos Estados Unidos.

Na segunda-feira já tinham entrado em vigor taxas retaliatórias chinesas depois que Trump aumentou tarifas sobre produtos do país pela segunda vez desde que assumiu o cargo, em 20 de janeiro.

- As contramedidas que tomamos hoje são fortes, mas proporcionais. Como os EUA estão aplicando tarifas no valor de US\$ 28 bilhões, estamos respondendo com contra medidas no valor de 26 bilhões. A UE deve agir para proteger seus consumidores e empresas - disse a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen.

Como parte da retaliação, a União Europeia adotou tarifas de até 50% sobre produtos como bourbon,

jeans e motocicletas Harley-Davidson, e iniciará taxações sobre outros 18 bilhões em cosméticos, roupas, madeira, soja, frango, carne bovina e outros produtos agrícolas.

As medidas, que podem ser ampliadas para abranger mais 3,5 bilhões em mercadorias, precisam de aprovação dos países da UE e entrarão em vigor em 13 de abril.

Ursula von der Leyen disse que a UE "lamenta profundamente" as medidas do presidente Trump, mas ainda acredita em negociação.

- Tarifas são **impostos**. São ruins para os negócios e ainda piores para os consumidores. Acreditamos firmemente que, em um mundo cheio de incertezas geo-políticas e econômicas, não é do interesse comum sobrecarregar nossas economias com tarifas. Estamos prontos para um diálogo significativo.

No Canadá, as medidas em resposta a Trump igualam

os **impostos** americanos "dólar por dólar" e atingem produtos de aço, alumínio, bens de consumo, computadores e artigos esportivos. Os novos encargos entrarão em vigor nesta quinta-feira.

LUTACONTRA BOBAGEM"

Mélanie Joly, ministra das Relações Exteriores do Canadá, afirmou que levará o assunto ao secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, na reunião de ministros das Relações Exteriores do G7, em Quebec, nos próximos dias.

- Precisamos lutar contra essa bobagem -disse Joly.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Canadá e UE reagem a tarifas dos EUA e Trump promete nova resposta

Aime Williams, Barbara Moens e Andy Bounds Financial Times, de Washington e Bruxelas (Com agências internacionais)

O presidente dos EUA, Donald Trump, disse ontem que responderá às contramedidas da União Europeia - além do Canadá - de retaliação às tarifas americanas de 25% sobre aço e alumínio, aumentando o risco de uma nova escalada em sua guerra comercial global.

As sobretaxas às importações dos produtos siderúrgicos passaram a vigorar ontem para todos os parceiros comerciais americanos.

"É claro que vou responder", afirmou Trump ao ser questionado por jornalistas na Casa Branca.

"O problema é que nosso país não respondia antes. Veja, a UE foi criada para tirar vantagem dos EUA", completou.

Os anúncios da retaliação da UE e do Canadá ampliaram a tensão das últimas semanas que está abalando os mercados financeiros, diante da ameaça de uma guerra comercial global.

A Comissão Europeia (CE), órgão executivo do bloco, disse que suas medidas afetarão até 26 bilhões (US\$ 28 bilhões) em produtos americanos - igualando as tarifas dos EUA sobre as exportações europeias - e entrarão em vigor em abril, deixando algum tempo para negociações com Washington.

A chefe da CE, Ursula von der Leyen, disse que a UE lamenta a decisão de Trump, afirmando que tarifas são "ruins para os negócios, e pior ainda para os consumidores".

"Essas tarifas estão perturbando as cadeias de abastecimento. Elas levam incerteza à economia. Empregos estão ameaçados. Os preços subirão", disse Von der Leyen.

O Canadá - que, como o Brasil, é um dos grandes exportadores de produtos siderúrgicos para os EUA - também reagiu rapidamente, com Ottawa anunciando tarifas sobre quase 30 bilhões de dólares canadenses (US\$ 21 bilhões) em produtos dos EUA. Dominic LeBlanc, o ministro das Finanças do país, qualificou as tarifas dos EUA como "completamente injustificadas e

irracionais".

A entrada em vigor das tarifas dos EUA sobre aço e alumínio seguiu-se a dias turbulentos nas bolsas americanas, com o espectro de uma guerra comercial cada vez mais intensa e a política errática do governo de Washington sobre as tarifas abalando os investidores.

Como parte de sua retaliação, Bruxelas restabeleceu medidas introduzidas durante o primeiro mandato de Trump sobre 4,5 bilhões em exportações dos EUA a partir de 1o de abril. Estas incluem taxas de até 50% sobre produtos como o uísque bourbon, jeans e as motocicletas Harley-Davidson.

A UE também elaborou tarifas sobre mais 18 bilhões em produtos dos EUA, que poderão incluir cosméticos, roupas, madeira, soja, carne bovina e de frango e outros produtos agrícolas. As medidas, que poderão ser ampliadas para incluir outros 3,5 bilhões em produtos, exigem a aprovação dos países da UE e entrariam em vigor em 13 de abril.

Uma autoridade de alto escalão da UE disse que a soja está na lista de alvos porque é cultivada na Louisiana, berço político do presidente da Câmara dos Deputados dos EUA, Mike Johnson. "Estamos felizes em comprar nossa soja do Brasil ou da Argentina", acrescentou.

"Queremos garantir que haja pressão dentro do sistema americano para eles suspenderem suas tarifas", disse outra autoridade, referindo-se aos esforços para atingir estados republicanos.

As tarifas de Trump são a ação mais recente de uma política comercial agressiva que segundo o presidente fortalecerá o setor industrial dos EUA e penalizará países que "exploram os EUA".

No mês passado, o presidente anunciou que importaria tarifas sobre os metais, anulando acordos firmados entre seu antecessor, Joe Biden, e parceiros comerciais dos EUA para permitir que certas quantidades de aço e alumínio entrassem no país sem **impostos**.

Autoridades americanas classificaram a medida como uma reação a "estrangeiros" que segundo eles são

responsáveis pelo "aumento das exportações" de metais para os EUA que estão prejudicando os produtores nacionais.

Trump também ampliou as tarifas sobre os metais para que incluam produtos que contenham aço e alumínio, como raquetes de tênis, bicicletas ergométricas e aparelhos de ar condicionado.

A China, maior produtora e exportadora de aço do mundo, alertou que tomará "todas as medidas necessárias para proteger seus direitos e interesses legítimos", mas não anunciou imediatamente tarifas retaliatórias.

Ted Murphy, sócio da firma de advocacia Sidley Austin, disse que as novas tarifas de Trump sobre os metais representam uma "grande mudança" em relação à postura de quando ele introduziu **impostos** similares em 2018 e permitiu a exclusão de alguns produtos.

"As exclusões de produtos foram avaliadas por um processo do governo dos EUA para confirmar que esses produtos não estavam disponíveis no país", disse Murphy.

"Portanto, removê-las significará que muitas pessoas terão de pagar a tarifa, pois não conseguirão esses produtos no mercado interno."

"Tarifas causam incerteza. Empregos estão ameaçados.

Os preços subirão" Ursula von der Leyen

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188138?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188138?page=1§ion=1)**

Declínio do império americano? (Artigo)

Por Marcello Averbug

Marcello Averbug é consultor econômico, autor do livro "Escritos Itinerantes: Economia e Política" e economista aposentado do BNDES

Tornou-se frequente a alusão ao declínio dos Estados Unidos como império. Essa alusão inclui tanto o aspecto político-militar quanto o econômico. Isto é, o país estaria vivenciando a retração do poder de interferir nos acontecimentos mundiais, ao mesmo tempo que sua supremacia econômica estaria encolhendo.

Este artigo não abordará o aspecto do poderio político-militar, mas propõe-se a examinar até que ponto a posição norte-americana de maior potência econômica do planeta encontra-se ameaçada.

Em primeiro lugar cabe frisar que, entre 1990 e 2023, o percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**) dos EUA em relação ao global manteve-se constante em 26%. Isto apesar da ascensão da China e da Coreia do Sul. Esse dado é suficiente para pôr em dúvida o mencionado declínio, pois demonstra estabilidade de posição relativa.

Em 2008, as economias dos EUA e da zona do euro eram quase iguais em tamanho, enquanto hoje a americana é o dobro desse grupo europeu. A chinesa, por outro lado, retrocedeu em relação à dos EUA.

No passado, o país era o maior importador de energia; hoje é o principal produtor de petróleo e gás natural, ultrapassando Rússia e Arábia Saudita. Os EUA mantêm liderança na área de inovação tecnológica e sua taxa de inauguração de novas empresas é quase 3 vezes maior do que as da França, Alemanha, Itália, Japão e Rússia, e uma vez e meia superior à chinesa.

Os dados acima foram obtidos em dois textos publicados no "Foreign Affairs" de fevereiro 2025. Um de autoria de Michael Beckley, professor na Tufts University e diretor do Foreign Policy Research Institute. O outro de autoria de Jude Blanchette, diretor do China Research Center, e de Ryan Hass, diretor do John L.

Thornton China Center e membro do Brookings Institution.

Mas como ninguém é perfeito, a nação norte-americana padece de carências e de condicionantes

desvantajosos que comprometem seu crescimento econômico.

Exemplo emblemático de carência localiza-se nos sistemas portuário e ferroviário, ambos manifestando envelhecimento cuja superação vem sendo relaxada.

O principal condicionante desfavorável encontra-se no índice de concentração social de renda, que desde final do século passado não vem sendo enfrentado de maneira adequada.

De acordo com o World Inequality Database, em 1980, o 1% mais rico da população detinha 10,7 % da renda nacional e os 50% mais pobres 20,1%. Em 2022, o top 1% passou a deter 18,9% e os 50% menos favorecidos 13,1%.

No caso dos 10% mais ricos, durante o citado período a participação na renda nacional subiu de 34,2 % para 45,6%. A única notícia alentadora é a redução do índice de pobreza de 26% para 10%, entre 1967 e 2023.

Embora não impeça o satisfatório desempenho que a economia vem exibindo, esse grau de desigualdade provoca taxas de expansão do **PIB** inferiores às que seriam obtidas se o cenário fosse menos concentrador. Isto porque as exportações totais representam apenas 7,7% do **PIB** e, portanto, o fator fundamental à prosperidade é o mercado interno. E o vigor do mercado ampliaria se o poder aquisitivo do segmento menos agraciado da população subisse em grau significativo.

Em face desse panorama, o objetivo básico da sociedade americana deveria ser o de amenizar o perfil de desigualdade social, mediante políticas que garantam a firmeza dos avanços obtidos.

Evidentemente, questões como **inflação**, nível de desemprego e dívida pública requerem cuidado constante, mas o tema da equidade atua como pano de fundo do cenário nacional.

Assim, torna-se oportuno acompanhar a atitude do presidente Donald Trump e do seu Partido Republicano, majoritário no Congresso, em relação a esse aspecto obscuro do todo poderoso EUA.

Na enxurrada de medidas anunciadas até este momento pela Casa Branca, não consta nenhuma direcionada a enfrentar a ascendente disparidade

social.

Pelo contrário, todas elas resultam em impacto prejudicial às camadas de menor renda.

Entre as medidas anunciadas incluem-se: a) cortes em programas de assistência social; b) demissões em massa de funcionários de organismos prestadores de serviços de saúde e humanitários em geral; c) desmantelamento de regulações protetoras do consumidor; d) aumento de tarifas sobre importações, o que vai gerar salto inflacionário nocivo mais intensamente aos baixos assalariados; e) perda pelos governos estaduais de recursos ao provimento de cuidado médico especificamente aos pobres. Por outro lado, é conhecida a intenção de diminuir **impostos** sobre os ricos e as grandes corporações.

O desprezo às necessidades dos pobres se estende ao nível internacional.

Por exemplo, a retirada dos EUA da Organização Mundial de Saúde e a paralisação das atividades da Usaid e outros mecanismos de ajuda externa humanitária inviabilizam projetos essenciais de saúde pública, alimentação, saneamento etc. executados em países carentes da África, América Latina e outros continentes.

Mesmo se for temporária, a interrupção na assistência humanitária custará vidas e causará irreparáveis danos a programas indispensáveis, tanto nos EUA quanto em outras localidades. Em certos países assistidos os únicos prestadores de serviços dessa natureza são os financiados pelos americanos, principalmente via Usaid.

Em termos de política internacional, o repentino cancelamento de programas humanitários abre espaços ao aumento de influência da China nos países não desenvolvidos.

E a retomada desses espaços será difícil, pois esses países perderam confiança na estabilidade do apoio dos EUA e, ademais, a China possui maior vocação para subsidiar seus programas no exterior.

Apesar de a economia americana, em seu conjunto, encontrar-se em melhor situação do que a de qualquer país da Europa, tendo superado com êxito a crise de 2008 e o trauma da pandemia, o citado artigo de M. Beckley indica um pessimismo popular ante o panorama nacional. Dois terços da população acreditam que o país está no caminho errado, e quase 70% classificam a economia como "não boa". A confiança no governo caiu de 40% em 2000 para 20% no final de 2024. Essa percepção negativa ainda não foi satisfatoriamente explicada.

Enfim, a história recente demonstra ser remota a probabilidade de os EUA perderem a posição de país mais rico do mundo, a não ser que algo megaextraordinário aconteça. Porém, sua trajetória social demanda correções propiciadoras de uma democracia plenamente verdadeira.

Grau de desigualdade provoca expansão do **PIB** inferior à que seria obtida se o cenário fosse menos concentrador.

Isto porque as exportações totais representam apenas 7,7% do **PIB** e, portanto, o fator fundamental à prosperidade é o mercado interno

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188138?page=1§ion=1>

Terapia de choque de Trump tensiona mercados dos EUA e do mundo

Claire Jones, Sam Fleming e James Politi *Financial Times, de Londres e Washington*

Donald Trump e sua equipe de assessores econômicos estão correndo em uma tentativa de reformular radicalmente a economia dos Estados Unidos. A ideia é fazer com que ela deixe de ser uma gigante do consumo com um déficit comercial enorme e se transforme em uma potência industrial.

A guinada econômica, centrada em tarifas agressivas e cortes significativos nos gastos públicos, vem abalando os mercados de ações americanos e gerando preocupações com uma possível desaceleração da maior economia mundial.

Mas Trump tem insistido nos últimos dias que seguirá adiante.

"Os mercados vão subir e descer, mas, você sabe, temos que reconstruir nosso país", disse o presidente na terça-feira. Mais tarde, ele acrescentou em um discurso a líderes das grandes empresas americanas que as tarifas contra os maiores parceiros comerciais dos EUA foram elaboradas para estimular a criação de empregos no país e a produção industrial: "A maior das vitórias será se as empresas mudarem para o nosso país e gerar empregos.

Essa é uma vitória maior do que as próprias tarifas", disse ele à Business Roundtable.

A secretária de Imprensa da Casa Branca, Karoline Leavitt, disse anteriormente na terça-feira que o governo Trump iniciou uma "transição econômica". "O presidente está inabalável em seu compromisso de restabelecer a manufatura americana e o domínio global", disse Leavitt, ao prometer que "a última era globalista dos Estados Unidos está acabando" e será substituída por uma "agenda econômica em que os EUA estão em primeiro lugar".

Trump escolheu um grupo de ex-líderes empresariais para direcionar seus esforços econômicos. Mas, comparado ao seu primeiro mandato, a nova equipe carece de figuras como o ex-diretor-operacional do Goldman Sachs Gary Cohn e o ex-secretário do Tesouro Steven Mnuchin para moderar os excessos de sua terapia de choque econômico.

Em vez disso, altos funcionários vêm apoiando a mensagem do presidente de que os Estados Unidos poderão precisar de um período de recessão, antes de colher o que eles afirmam serão benefícios substanciais da política econômica de Trump, a Trumponomics.

Hassett disse à CNBC no domingo que ainda "há muitos motivos para ser otimista com a economia daqui para frente" e que qualquer desaceleração no primeiro trimestre deste ano seria resultado de "falhas nos dados".

Declarações do secretário do Tesouro Scott Bessent - um ex-gestor de fundos hedge inicialmente bem-recebido por Wall Street como uma influência moderadora - de que a economia dos EUA precisará de um "período de desintoxicação" e que não há mais um "Trump put" (percepção de que Trump fará tudo para manter os mercados felizes) que impeça uma queda nos preços das ações, também provocaram preocupação entre os investidores.

"A abordagem deles é que não se pode fazer um omelete sem quebrar os ovos primeiro", diz Paul Mortimer- Lee, economista do National Institute of Economic and Social Research baseado nos EUA. "Trump sempre disse que haveria sofrimento antes de haver benefícios. Acho que em algum momento ele vai recuar.

Se os mercados acionários caírem 20%, haverá alguém para culpar, e alguém será demitido." Em novembro, Bessent também apoiou outra visão amplamente aceita pela equipe econômica de Trump: que Washington deveria pressionar os países com grandes superávits comerciais com os EUA a buscarem "realinhamentos de Bretton Woods" e atrelar suas moedas em um nível mais alto em relação ao dólar. Caso não o façam, deixarão de ser considerados aliados e enfrentarão tarifas e menos garantias de segurança.

Enquanto Cohn se posicionou publicamente contra as tarifas durante seu período à frente do Conselho Econômico Nacional, tendo renunciado em março de 2018 após perder uma batalha contra as tarifas sobre o aço e o alumínio, os atuais assessores de Trump têm preferido manter eventuais discordâncias sobre políticas comerciais em sigilo.

Diferenças na abordagem - como a posição mais moderada do secretário do Comércio, Howard Lutnick, e a ideia de Bessent de que qualquer tarifa deve ser implementada gradualmente - vêm permanecendo em grande parte nos bastidores, mesmo com os mercados caindo e os bancos de Wall Street reduzindo suas previsões de crescimento.

Isso vem dando mais poder aos leais a Trump, como Peter Navarro, um defensor ferrenho de uma política comercial agressiva que muitas vezes lutou para transformar suas opiniões em políticas durante o primeiro mandato de Trump.

A ascensão de figuras mais radicais no segundo mandato de Trump ajudou a transformar um salto inicial nos preços das ações - em meio a promessas de cortes de **impostos** e uma rápida desregulamentação - em uma queda generalizada, à medida que os investidores foram percebendo a determinação do governo em levar adiante sua agenda.

A incerteza alimentada pela possibilidade de tarifas mais punitivas sobre o México e o Canadá, dois dos maiores parceiros comerciais dos Estados Unidos, bem como tarifas sobre a União Europeia e outros aliados tradicionais, vem provocando uma acentuada liquidação nos mercados de ações.

"Com as empresas e os investidores começando a ver os efeitos se materializarem, eles perceberam que essas tarifas realmente são mortais", diz John Llewellyn, sócio da consultoria Independent Economics. "Elas trabalham na direção exatamente oposta de tudo que trouxe prosperidade em todo o período de 80 anos desde a Segunda Guerra Mundial".

O clima de incerteza em torno do novo governo também está levando os mercados a questionar o que vem a seguir, com investidores sinalizando riscos em potencial de várias políticas pouco ortodoxas que a equipe econômica apresentou.

Este mês, Lutnick disse que estava considerando tirar os gastos do governo do cálculo do Produto Interno Bruto (**PIB**) pelo Departamento do Comércio, para amenizar o impacto das tentativas de Elon Musk de conter os gastos federais sobre o crescimento dos EUA, por meio do chamado Departamento de Eficiência Governamental (Doge, na sigla em inglês).

"Vimos, especialmente com o colapso dos investimentos estrangeiros na China, o quanto a perda de confiança pode minar o ânimo dos investidores, inclusive no que diz respeito aos dados", diz Llewellyn.

"As pessoas passam a achar que as autoridades estão escondendo algo e, por consequência, a economia deve estar em uma situação pior do que aparenta." As especulações no mercado sobre o chamado "Acordo de Mar-a-Lago" - uma ideia concebida no fim do ano passado pelo futuro presidente do Conselho de Assesores Econômicos de Trump, Stephen Miran, para enfraquecer o dólar - também despertou preocupações sobre o entendimento do governo sobre as complexidades do mercado de títulos do Tesouro dos EUA, os chamados Treasuries.

Uma ideia que Miran apresentou em seu artigo de novembro - que os países entreguem suas posições atuais em Treasuries em troca de títulos de 100 anos e garantias de segurança - "poderia ser vista pelas agências de classificação de risco como um calote técnico", diz Mahmood Pradhan, chefe global macro da Amundi Asset Management.

Alguns acham que a ideia de um acordo para enfraquecer o dólar - que da forma proposta por Miran e Bessent teria como objetivo espelhar um acordo anterior assinado no hotel Plaza em Nova York em 1985 - é uma ilusão em um ambiente em que o governo dos EUA está destruindo suas relações não só com os mercados, mas também com outros governos.

"No Acordo do Plaza tivemos James Baker e Ronald Reagan e eles eram mestres na arte de fazer amigos e influenciar pessoas. Então, eles trouxeram muitas pessoas a bordo", diz Steve Hanke, professor de economia aplicada na Universidade Johns Hopkins, que serviu sob o governo Reagan. "Não consigo pensar em nenhum país agora, exceto talvez a Argentina, que seja muito amigo dos EUA." Ele acrescenta: "A ideia de reunir a turma?"

Quer dizer, você consegue imaginar a China concordando com isso?"

"As tarifas trabalham na direção oposta de tudo que trouxe prosperidade em 80 anos" John Llewellyn

(Tradução Mario Zamarian)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188138?page=1§ion=1>

Baixa confiança, dólar alto e crise global fazem empresas rever investimentos

Adriana Mattos De São Paulo

Maior grau de incertezas e falta de visibilidade sobre o cenário econômico, além de endividamento sob pressão com alta nos juros, levam empresas a anunciar planos de investimento para 2025 em linha ou abaixo do verificado em 2024. O fim do ano passado já foi afetado pela necessidade de maior cautela nos desembolsos de caixa, de acordo com levantamento realizado pelo Valor nos balanços anuais de 40 empresas abertas publicados ao mercado nas últimas semanas. Logo, caso essa desaceleração se confirme ao longo de 2025, será recuo em cima de uma base de comparação já mais fraca, especialmente na segunda metade do ano. A finalização de ciclos de investimentos passados, e a decisão de certos grupos de esperar amadurecer os projetos concluídos nos últimos anos, também explicam esse movimento.

De acordo com os dados captados nos materiais de resultado de 2024, a relação entre o valor de "capex" (investimento), que se refere a gastos com ativos fixos das companhias, e a receita líquida atingiu 9,05% no ano passado, abaixo do verificado em 2023 (10,44%) e em 2022 (11,33%). Ocorre que os números até confirmam uma retomada nos negócios, com empresas melhorando os seus resultados, vendendo e lucrando mais nos últimos trimestres versus o ano anterior. Houve, de fato, um avanço num período de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) - de 3,4% em 2024 - e de geração maior de empregos e renda. Só que o ritmo de investimentos perdeu força, afetando, portanto, a relação entre os indicadores.

A receita líquida subiu de R\$ 844,4 bilhões em 2022, para R\$ 875,3 bilhões no ano seguinte e alcançou R\$ 962,9 bilhões em 2024 - alta nominal de 10%. Já os desembolsos com "capex" caíram de R\$ 91,4 bilhões para R\$ 87,2 bilhões de 2023 para 2024, recuo de 4,6% - eram R\$ 95,7 bilhões em 2022, para a mesma base de grupos. Ao se analisar os valores trimestrais do ano passado, a desaceleração se deu principalmente do terceiro para o quarto trimestre, em áreas específicas, quando a economia já dava sinais de desaquecimento. O **PIB** avançou 0,2% de outubro a dezembro, abaixo das projeções de mediana de 0,4% de 72 instituições coletadas pelo Valor.

Numa segmentação dos desembolsos por setores,

grupos da área de consumo e serviços, mais dependentes de demanda doméstica e de crédito a juros mais altos, desaceleraram e "puxaram" para baixo a base total. Grupos exportadores e de infraestrutura, como transportes, investiram mais frente a 2023. Mas alguns já anunciaram planos mais cautelosos em 2025.

"O "mood" mudou muito, e não apenas no mercado financeiro, mas entre os empresários de diferentes segmentos, especialmente após setembro e outubro", diz André Pimentel, sócio da consultoria Performa Partners, focada em médias e grandes companhias, com clientes nas áreas de serviços, consumo e agropecuária.

Segundo Pimentel, há dados ambíguos sobre a economia local, envolvendo, por exemplo, renda disponível, endividamento e inadimplência, o que atrapalha a tomada de decisão. "E agora, não é só um efeito sobre empresas que dependem de demanda local, mas também de grupos exportadores, por conta dessa confusão armada sobre as tarifas no governo Trump. Há muito ruído ao mesmo tempo, e o grau de visibilidade para curto prazo está bem baixo", diz ele.

Reservadamente, em contatos com investidores e bancos, empresários têm questionado a condução da política econômica, especialmente após a percepção, desde o fim de 2024, de que o governo adotou uma política fiscal mais frouxa. E ainda pelo receio de que sejam adotadas medidas mais heterodoxas para acelerar renda e consumo, apesar das negativas de ministros. Um desses líderes, inclusive de uma empresa de varejo que publicou previsão de investimento menor em 2025, afirma que falta estabilidade e previsibilidade. "Nessas horas, é difícil bater no peito e bancar determinados riscos. Projetos que seriam defendidos frente ao "board" [conselho de administração] em novembro, decidi colocar para debater no segundo semestre", diz ele.

Índices de confiança do empresariado em fevereiro estão no menor nível desde maio de 2024, informou dias atrás a FGV Ibre. Pelo segundo mês consecutivo, o recuo se dá em todos os setores analisados: indústria, serviços, comércio e construção. De acordo com Aloisio Campelo Jr., pesquisador do FGV Ibre, há uma perda acumulada no nível de otimismo frente à situação futura dos negócios, e isso é decisivo na

condução dos projetos. "Piorou o indicador que mostra a cabeça do empresariado para o negócio daqui a seis meses. Esse índice de expectativas era de 96,8 pontos em outubro, e em fevereiro foi para 93,5 pontos", diz ele, o menor em nove meses.

O Valor verificou dados de investimento de 40 empresas não financeiras que publicaram os balanços e projeções ao mercado, até a sexta-feira passada (7). Bancos, seguradoras, além de Petrobras e Vale ficaram fora da análise para não desvirtuar a amostra, focada em indústria, serviços e comércio. Não foram considerados desembolsos com aquisições de ativos.

Semanas atrás, o vice-presidente executivo de finanças da Gerdau, Rafael Japur, disse a analistas que em 2024 foram R\$ 6,2 bilhões investidos, e neste ano, estão projetados R\$ 6 bilhões, com gastos mais "flat" ao longo do ano - em 2023, foram R\$ 5,7 bilhões. Haverá, por exemplo, menos desembolsos com intervenções durante as paradas de manutenção neste ano. Os investimentos em siderurgia, o "core" do grupo, terão redução de R\$ 6,2 bilhões em 2024 para R\$ 5,5 bilhões neste ano, disse em teleconferência. Outros R\$ 400 milhões a R\$ 450 milhões irão para um parque solar em Goiás.

Ainda sobre esse tema, Japur afirmou que é necessário ter uma carteira forte nesse novo contexto de maior defesa comercial, com os países no mundo sendo mais "assertivos em defender seus interesses", afirmou. "Mas estamos chegando num momento em que seremos muito criteriosos em novos projetos e dependeremos fundamentalmente de que tipo de decisão de estado, de governo, nós teremos para [avançar com] esses investimentos", afirmou. "Se não houver uma mudança mais concreta, provavelmente teremos menos aprovações de investimento" em 2025, disse ele. A reação se deve ao que a direção tem chamado de "inundação" de aço chinês no país, pela competição com preço desleal, e tem cobrado uma postura do governo.

Procurada para comentar, a Gerdau não se manifestou. Em relação a 2025, entre as empresas verificadas, houve oito anúncios de investimentos para este ano. Grupos não são obrigados a publicar esse dado em balanço. Deste total, em cinco há um recuo em 2025 frente a 2024 - Suzano, Aura Minerals, Gerdau, Assaí, Carrefour. Na Klabin, se estima estabilidade no período, e Usiminas e Rumo projetam alta.

A depender do caso, as companhias citam a necessidade de aumentar geração de caixa, de reduzir despesas e diminuir relação entre dívida/Ebitda que está elevada ou acima do ideal. Klabin, Assaí e Carrefour destacam essa prioridade. O Ebitda mede

lucro antes de juros, **impostos**, amortização e depreciação.

A Klabin, produtora de papéis para embalagens, investiu R\$ 3,3 bilhões em 2024, e para este ano, a soma não deve subir. Em 2023, o montante foi maior, de R\$ 4,3 bilhões, por conta de projetos com desembolsos históricos recordes. A empresa tem venda forte de papel ao mercado interno. Daqui para frente, o foco em até dois anos será a geração de caixa para redução de endividamento. De 18 a 24 meses, todo o fluxo de caixa livre gerado pela companhia será utilizado para reduzir a alavancagem financeira, disse a direção em fevereiro.

A empresa sentiu o peso da alta da moeda americana, que subiu 14% no quarto trimestre, sobre a dívida e sobre operações com derivativos. O comando ainda fala em "monetizar terras excedentes", ou seja, vai vender áreas para gerar caixa. "Qualquer tipo de conversa sobre novos investimentos será a partir de 2027", disse ao Valor, em fevereiro, Cristiano Teixeira, diretor-geral da Klabin.

A relação entre dívida líquida/Ebitda, que mede endividamento, ficou em 3,9 vezes em 2024, acima dos 3,3 vezes de 2023. Sobre o tema dos investimentos, a Klabin informa que não há nada além a adicionar no momento.

Na Suzano, foi aprovado o orçamento com R\$ 12,4 bilhões em investimentos em 2025. Se fechar nisso, é menor, pelo menos, do que os três últimos, com média anual de R\$ 17,3 bilhões, quando os volumes em projetos aceleraram. De outubro a dezembro, essa soma caiu 43% sobre o terceiro trimestre do ano. Procurada, a Suzano afirma que a redução do "capex" para 2025, em relação a 2024, decorre, principalmente, do menor desembolso referente a uma nova fábrica de celulose no Mato Grosso do Sul e de menores gastos com os ativos terras e florestas, como informado em fato relevante de dezembro.

As companhias ouvidas, em seus comunicados públicos, não relacionam medidas tomadas sobre orçamento com desaquecimento econômico, embora seja componente das decisões de investimento para mercado interno. Entre as empresas voltadas para o consumo doméstico, o efeito de **inflação**, câmbio e juros pesa nas projeções orçamentárias. Além disso, reestruturações de negócios, e bases de comparação de anos anteriores em que houve aquisições - caso de Assaí e Carrefour -, levam a um recuo no valor dos projetos agora.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188138?page=1§ion=1>

Corteva propõe redesenho do mercado de sementes de soja

Patrick Cruz De Passo Fundo (RS)

A multinacional Corteva, que atua nos ramos de biotecnologia e defensivos agrícolas, quer se estabelecer como uma das líderes do bilionário mercado brasileiro de sementes de soja. A missão não é trivial. Na briga por espaço, a empresa vai necessariamente precisar desafiar o reinado da alemã Bayer, que domina o segmento no país há duas décadas - o marco desse domínio é o ano de 2005, quando saiu a lei que regulamenta o cultivo de transgênicos no Brasil.

O desafio pode não ser pequeno, mas a Corteva tem um caso de sucesso para atestar que a meta é factível: desafiar a concorrente em sementes de soja, e depois superá-la, foi exatamente o que a empresa fez nos últimos seis anos nos Estados Unidos, país que é o mais importante para os negócios da Corteva.

O Brasil é o segundo maior.

"Se pudermos agregar valor para o agricultor brasileiro, eu não vejo por que não podemos conquistar uma participação de mercado de pelo menos 30%", disse ao Valor Chuck Magro, o principal executivo global da empresa. "Isso vai dar escolha ao produtor".

O mercado brasileiro de sementes de soja movimentou R\$ 33,6 bilhões na safra 2022/23, segundo levantamento que a Blink Inteligência Aplicada apresentou à Associação Brasileira dos Produtores de Sementes de Soja (Abrass) no ano passado. Entraram na conta os royalties que os agricultores pagam pelo uso da biotecnologia e o tratamento da semente industrial.

A fatia de 30% não é um fim em si, e a Corteva não tem um prazo-limite para alcançar essa meta móvel.

Seja como for, ela serve como norte. "Eu diria que podemos chegar a essa participação até o início da próxima década", afirmou o executivo. "Mas talvez cheguemos lá um pouco antes disso". Ao falar dos planos, Magro não citou o nome de concorrente algum.

Nos EUA, a tecnologia Enlist foi a responsável por levar a Corteva à liderança. Hoje, afirma a empresa,

sua fatia de mercado é de 65%. A companhia atua no mercado brasileiro de sementes de soja desde 2021, mas sua participação no país é pequena. A Enlist é a tecnologia que a Corteva utilizará também no Brasil, sob a marca Cordius.

Um dos elementos centrais da estratégia da multinacional para ganhar espaço no mercado de sementes de soja geneticamente modificadas será o trabalho com as chamadas multiplicadoras. Essas empresas fecham acordos de licenciamento com as donas da tecnologia, multiplicam as sementes e as revendem aos agricultores.

Chuck Magro esteve nesta semana no Brasil, onde encontrou produtores e parceiros locais. Ele visitou a Expodireto Cootrijal, em Não-Me-Toque, uma das principais feiras agrícolas do Rio Grande do Sul, e, na véspera da entrevista ao Valor, participou de um jantar com multiplicadores de sementes que trabalharão com a empresa.

O Brasil é um mercado-chave para as ambições de expansão global da Corteva. Em novembro, em apresentação a investidores, a empresa informou que perseguirá a meta de adicionar US\$ 1 bilhão a seu lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) nos próximos três anos. Os pilares dessa estratégia são licenciamento de sementes - o passo que a empresa dará agora com a expansão na soja brasileira -, insumos biológicos e novos lançamentos em sua linha de proteção de cultivos. "Os agricultores brasileiros são líderes globais em biológicos", disse Magro. "O resto do mundo tem muito a aprender com os produtores brasileiros sobre como integrar soluções biológicas em suas práticas agrônomicas".

A busca por aumento de receita com sementes não se restringe à soja. Segundo o executivo, a companhia prevê lançar em 2027 seu primeiro híbrido de trigo, uma novidade que chegará primeiro aos EUA, mas que a Corteva pretende oferecer também no Brasil. A rede local de multiplicadores de sementes seria "perfeita" para a distribuição da tecnologia no país, disse Magro.

Nascida há seis anos, a partir da fusão entre Dow e Dupont, a Corteva já é uma das líderes globais na oferta de sementes de milho.

Nessa frente, atua com a Pioneer, marca que está prestes a completar 100 anos de existência.

R\$ 33 bi é o giro do mercado de sementes de soja

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188138?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188138?page=1§ion=1)**

Diálogo político em favor do crescimento

» VICTOR CORREIA » ISRAEL MEDEIROS » MAYARA SOUTO

O Brasil precisa ter mais maturidade política se quiser aproveitar ao máximo as oportunidades econômicas que se abrem em 2025 e reunir condições para enfrentar os desafios globais e as ameaças externas deste século. Essa é a avaliação central das autoridades, empresários e especialistas reunidos no Brasil Summit, evento realizado ontem pelo Lide - Grupo de Líderes Empresariais e pelo Correio Braziliense. Segundo os participantes, é preciso deixar de lado as intrigas e apoiar aqueles que buscam solucionar problemas graves, como taxa de juros altíssima, desajuste fiscal e **inflação** muito acima do teto.

O fundador do Lide e ex-governador de São Paulo João Doria saiu em defesa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Para o empresário, é preciso haver pacificação e diálogo na política.

"É incompreensível que tenhamos uma boa política econômica, conduzida pelo ministro Fernando Haddad, e muitas vezes pessoas do próprio governo acabam vilipendiando e atirando no próprio ministro", disse Doria.

Doria argumentou, ainda, que é preciso superar a polarização e promover o entendimento entre os atores políticos e entre a sociedade. "O país não pode continuar dividido entre os que são a favor e os que são contra o governo. Isso não é bom.

Não estamos em momento de campanha, a campanha acabou.

Estamos no momento de gestão.

O Brasil olhando o horizonte é melhor do que olhando o retrovisor", acrescentou.

Convidado para a abertura do evento, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), também salientou a importância da política econômica no Brasil contemporâneo, particularmente na questão fiscal. "Temos que ter um diálogo franco com o governo, colocar que não dá mais para afastar as decisões do governo da responsabilidade em relação às despesas, aos gastos públicos", disse Motta. "Não será possível promover uma política de evolução social com a taxa de juros descontrolada, subindo a cada reunião do Copom (Comitê de Política

Monetária), com o dólar batendo os valores que vem batendo, com o cenário econômico externo após a eleição do novo presidente americano (Donald Trump)", observou.

Motta defendeu ainda que é preciso modernizar a relação do poder público com os novos modelos de trabalho. "Eu penso que a agenda que o povo brasileiro quer não é mais uma agenda de radicalismos, de enfrentamentos vazios, quando na realidade o tempo está passando e nós temos que colocar o Brasil onde ele tem que estar, que é discutindo o que realmente importa", enfatizou.

Salto qualitativo Em sua participação, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, destacou a importância de aplicar uma visão empresarial na ação política. Essa conjunção tem ajudado, segundo o titular do Buriti, a melhorar a eficiência do GDF. "É exatamente com esse espírito que nós temos administrado o Distrito Federal e, graças a Deus, as coisas têm dado certo. A gente tem um espírito de união pelo trabalho, pelo desenvolvimento e isso gera um impacto muito grande exatamente em quem mais precisa, que é a população mais carente.

Então esse é o foco do nosso governo com a visão empresarial", disse o governador.

A união entre o setor público e o setor privado é essencial, segundo o presidente do Correio Braziliense, Guilherme Machado, para que Brasil alcance posição de destaque na economia global. "Para que o nosso país possa se firmar no clube de economias mais relevantes do mundo, é fundamental que o governo e a iniciativa privada trabalhem juntos. É preciso reunir condições necessárias para que o Brasil dê um salto de qualidade em seu desenvolvimento", afirmou.

Para o presidente do Correio, economia e transição energética "garantem nosso passaporte para o seleto grupo de países capazes de enfrentar problemas globais como crise climática e insegurança alimentar", concluiu.

O presidente do Lide Brasília, Paulo Octávio, manifestou opinião semelhante sobre as potencialidades e os desafios para o Brasil. "Nós temos o protagonismo no futuro. Falta a gente integrar mais, fortalecer a nossa visão política e a nossa força empresarial para construir o Brasil que nós queremos", resumiu. Para ele, o caminho passa por uma

"interlocução entre iniciativa privada, governo, Judiciário e a sociedade civil organizada".

Paulo Octávio considera fundamental o país adotar uma visão empresarial para superar os obstáculos frequentes na política. "O Brasil passou por vários políticos, militares, intelectuais, professores. Mas nunca teve um presidente empresário", disse.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/03/13/all.pdf>

Economia em tempo de desafio

» ROSANA HESSEL » FERNANDA STRICKLAND »
MAIARA MARINHO » VANILSON OLIVEIRA

O aumento da incerteza internacional, a deterioração das expectativas de **inflação** e a desaceleração da atividade econômica estão entre os principais desafios para o crescimento mais sustentável do Brasil neste ano. A avaliação é do presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney. Conforme salientou, o país não pode se isolar dessa realidade.

"O mundo que conhecíamos mudou de forma radical", advertiu, ontem, no primeiro painel do Brasil Summit 2025, evento realizado pelo Lide em parceria com o Correio Braziliense.

Sidney enfatizou a necessidade de uma nova perspectiva para enfrentar os desafios econômicos em um cenário de desaceleração do Produto Interno Bruto (**PIB**) e de uma guinada significativa da geopolítica, com os Estados Unidos novamente sob a presidência de Donald Trump. A maior economia do planeta tem se afastado da liderança compartilhada com os aliados ocidentais para um modelo protecionista e isolacionista.

"A palavra-chave sobre o que está acontecendo é, de fato, uma deterioração das incertezas, um cenário de muita insegurança", ressaltou, ao comentar o aumento das tensões no cenário externo.

Mas, mesmo com esse panorama preocupante, Sidney reconheceu que a economia brasileira, apesar das dificuldades, mantém uma posição relativamente estável.

"Não podemos abusar da sorte. O mar lá fora está revolto e precisamos fortalecer o casco da nossa embarcação", alertou.

O presidente da Febraban defendeu, ainda, que o país deve adotar medidas para proteger-se dos impactos externos e, ao mesmo tempo, buscar oportunidades na crise. Segundo Sidney, a instabilidade internacional impõe desafios, mas, também, abre espaço para estratégias que fortaleçam a economia nacional.

"Precisamos saber navegar nesses mares bravios", ressaltou.

Para o Brasil, o cenário é desafiador, ressaltou Sidney. O país, com um volume expressivo de exportações,

pode ser diretamente atingido pelas novas políticas comerciais dos EUA. Além disso, há riscos potenciais para o fluxo de investimentos estrangeiros. "Estamos em um período de grande volatilidade nos mercados e isso tende a se intensificar", observou.

Reformas Diante das incertezas no mercado internacional, da piora das perspectivas para a atividade econômica e da deterioração do quadro fiscal neste ano, o exministro da Fazenda e ex-presidente do Banco Central (BC) Henrique Meirelles foi taxativo sobre a necessidade de o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva retomar a agenda de reformas - sobretudo a administrativa. Na avaliação dele, mexer no setor público ajudará o governo a reduzir as despesas e, até mesmo, zerar o rombo das contas públicas.

Meirelles lembrou que, quando estava na Secretaria de Fazenda de São Paulo, a reforma administrativa coordenada por ele, em 2022, permitiu uma economia de R\$ 53 bilhões aos cofres do governo paulista (leia entrevista ao lado).

"Uma reforma no governo federal poderia ser maior e, sim, resolver, de maneira consistente e sustentável a situação fiscal", destacou Meirelles, que também é co-chairman do Lide. Com a bagagem de ex-ministro da Fazenda do governo Michel **Temer**, ele lembrou que o Brasil fez reformas nos últimos governos e ressaltou a trabalhista, que conduziu.

Ele evitou criticar o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que, conforme avalia, vem sofrendo bombardeio de integrantes do próprio governo na tentativa de equilibrar as contas públicas. Mas considerou um erro substituir o teto de gastos - proposto pela equipe de Meirelles e aprovado em 2016 - pelo arcabouço fiscal, criado pelo time de Haddad.

"A agenda dele é positiva, mas não está endereçada ao cerne da questão", alertou Meirelles, lembrando que o governo Lula mantém uma política fiscal expansionista, na contramão da agenda do BC - que é obrigado a aumentar os juros.

"Temos alguns desafios importantes pela frente, mas a estrutura da economia brasileira já teve um grande impulso com as reformas estruturais feitas.

Temos que prosseguir, principalmente, na reforma administrativa", disse.

Resistência Meirelles lembrou que o Brasil está mais resistente às crises externas devido ao colchão de reservas de moedas estrangeiras, implementado nos oito anos em que esteve à frente do BC, nos dois primeiros mandatos de Lula.

"Tivemos a maior saída de dólares do país em dezembro exatamente devido à preocupação com os problemas fiscais. Mas não tivemos crise, ao contrário do passado, porque temos mais de US\$ 350 bilhões de reservas", frisou.

Meirelles e Sidney reconheceram que o controle da **inflação** continua sendo um dos mais importantes desafios do país - em fevereiro, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou alta de 1,31%, maior patamar desde 2023, e a taxa acumulada em 12 meses segue acima do teto da meta, de 4,50%. Com isso, o BC deve manter o aperto na política monetária, mantendo elevada a taxa básica de juros.

O ex-presidente do BC apontam que a Selic (13,25% ao ano) está alta, mas não é suficiente para conter a **inflação**, em grande parte devido à falta de confiança do mercado no compromisso do governo em reequilibrar as contas. Meirelles ressaltou que há um descompasso entre a política fiscal e a monetária e, por isso, a autoridade monetária tem dificuldades para reduzir a **inflação** para o centro da meta, pois a política fiscal segue expansionista.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/03/13/all.pdf>

Setor reivindica medidas de proteção

Enquanto o Itamaraty e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio buscam saídas diplomáticas, o ministério da Fazenda reúne-se com o setor para calcular os impactos da sobretaxa do aço e alumínio no país. Ontem, após conversa com o presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo Lopes, Haddad concluiu que os EUA só têm a perder com as tarifas.

O ministro destacou que o comércio entre os dois países é considerado equilibrado, além de que, ao contrário do que o posicionamento do governo norte-americano dá a entender, o Brasil não revende o produto final, ou seja, o aço importado pelo Brasil não é o mesmo produto que é exportado para outros países.

Além disso, o Brasil não exporta o aço acabado, ao contrário dos Estados Unidos, que compra o produto semiacabado do país sul-americano. "Não faz menor sentido ser acusado de reexportar o que nós estamos importando. Não teria nem lógica esse argumento", comentou Haddad, segundo quem os empresários apresentaram sugestões de medidas de proteção da indústria nacional. "Nós vamos estudar, como sempre fazemos, e vamos sentar", completou, em entrevista a jornalistas.

Importações Ainda de acordo com o ministro, o setor pede providências tanto em relação às exportações quanto às importações. Nesse caso, a estratégia para as exportações envolve uma negociação bilateral, enquanto, com as importações, a pauta seria mais voltada para a defesa do comércio local "Tem propostas em relação à importação e à exportação do aço.

Eles trouxeram argumentos muito consistentes de que não é bom negócio sequer para os americanos.

Segundo o setor do aço, o diagnóstico do governo americano a respeito da exportação brasileira está equivocado", acrescentou.

Haddad destacou, ainda, que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva exigiu mais calma para tratar sobre as negociações e ressaltou que já houve outras condições mais desfavoráveis do que a imposta pelo governo Trump. "Vamos acompanhar como vai ser a reação deles a essa perspectiva. Certamente, eles não vão ficar parados em relação a isso", concluiu o ministro.

As tarifas de importação de 25% sobre o aço e o alumínio foram assinadas pelo governo norte-americano no último dia 10 de fevereiro, mas só entraram em vigor ontem. A medida vale para as importações de todos os países do mundo. No caso do Canadá, o presidente Donald Trump, ameaçou impor uma tarifa adicional de 25% sobre os mesmos produtos, elevando a taxa para 50% ao todo. Mas o norte-americano desistiu, após negociação com os canadenses.

Perdas O tarifaço sobre o aço afetará diretamente a área siderúrgica brasileira, segundo estimativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O setor poderá enfrentar uma perda de exportação de até US\$ 1,5 bilhão e uma queda produtiva de, aproximadamente, 700 mil toneladas.

O Instituto destaca que a tarifa aplicada poderá afetar negativamente a produção de metais ferrosos brasileiros em 2,19%, uma contração de 11,27% das exportações e 1,09% de redução das importações.

Fernando Ribeiro, coordenador de relações econômicas internacionais do Ipea, descreve o mercado estadunidense como "muito importante" para o aço brasileiro.

"Em 2024, último dado de ano fechado que nós temos, eles foram destino de mais da metade das exportações. Portanto, é um mercado crucial de aço para o Brasil e daí a importância de se lidar com essa questão", explicou Ribeiro.

O Ipea, porém, ressalta que, apesar do impacto no comércio siderúrgico, o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro será minimamente afetado. O estudo prevê uma queda do **PIB** de 0,01% e de 0,03% de todas as exportações, além de um saldo positivo na balança comercial - diferença entre o valor das exportações e o valor das importações de um país - de US\$ 390 milhões.

A siderurgia brasileira, segundo o coordenador de relações econômicas internacionais do órgão, é "bastante desenvolvida, bastante forte e que exporta", em especial os produtos semiacabados. "É importante que o país busque algum tipo de negociação para o governo americano para reverter essa medida e impedir que isso possa trazer prejuízos para o setor", argumenta.

Site:

<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense/2025/03/13/all.pdf>

Inflação recorde em fevereiro

A **inflação** de fevereiro, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou com alta de 1,31%, o maior resultado para o segundo mês do ano desde 2003. Os destaques negativos ficaram com os grupos de educação, habitação e alimentos. Em janeiro, o índice apresentou aumento de 0,16%.

No acumulado dos últimos 12 meses, quebrou a barreira dos 5% e atingiu 5,06%.

Em fevereiro, o grupo que mais impactou o IPCA foi habitação, que registrou avanço de 4,44% no mês, ante queda de 3,08% no mês anterior. O aumento da **inflação** nesse segmento se deve ao fim da incorporação do Bônus de Itaipu, que concedeu descontos em faturas de contas de luz em janeiro. Com isso, o subitem energia elétrica residencial passou de uma queda de 14,21% em janeiro para uma alta de 16,80% em fevereiro.

"Adicionalmente, a gasolina subiu 2,8%, devido ao aumento do ICMS autorizado em 1º de fevereiro. Esses dois itens lideraram a alta de 3,16% dos preços monitorados no mês de fevereiro. Analisando as medidas qualitativas do IPCA, verificamos também pressão dos serviços subjacentes e dos núcleos de **inflação**, que registraram altas de 0,7% e 0,6%, respectivamente", pontuou Flávio Serrano, economista-chefe do Banco BMG.

A maior variação nominal, no entanto, ficou por conta do grupo de educação, impactado, principalmente, pelos reajustes nas mensalidades escolares e de universidades. Com destaques para ensino fundamental (7,51%), ensino médio (7,27%) e pré-escola (7,02%), a **inflação** nesse grupo subiu 4,7% no mês e contribuiu em 0,28% no índice final.

Em relação ao grupo de alimentos e bebidas - que nos últimos meses apresentou taxas mais altas de **inflação** -, em fevereiro, avançou 0,7%, abaixo do 0,96% registrado no mês anterior. Mesmo com a desaceleração, alguns itens se destacaram pelo forte aumento nos preços médios, como o ovo de galinha (15,39%) e o café moído (10,77%).

Para o economista-chefe da Nova Futura Investimentos, Nicolas Borsoi, o IPCA elevado já era esperado, devido ao fim do Bônus de Itaipu e aos reajustes escolares, mas a qualidade do IPCA segue aquém do esperado. "Apesar da expectativa de moderação da **inflação**, conforme os efeitos de energia elétrica e educação saem do radar, as coletas

semanais seguem ruins, sugerindo que a **inflação** deve seguir elevada no curto prazo. Apesar disso, não vejo motivos para alterar o cenário de IPCA, em que esperamos alta de 5,91% no IPCA de 2025 e de 4,53% para 2026", avalia.

De acordo com a última edição do Boletim Focus, publicado pelo Banco Central na segunda-feira, o mercado espera uma **inflação** acumulada de 5,68% em 2025, portanto, bem acima do teto da meta perseguida pelo BC, de 4,5%. Para o ano seguinte, a expectativa entre os agentes é de um IPCA na casa dos 4,4%.

Na avaliação do sócio e economista-sênior da Tendências Consultoria, Silvio Campos Neto, o mercado deve ter uma visão mais clara sobre a **inflação** em março, com o fim dos efeitos pontuais sobre educação, habitação e alimentação.

"Mas, de forma geral, tirando esses fatores pontuais, fazendo uma análise um pouco mais detalhada do indicador, o que dá para ver é que há sinais de uma certa estabilização dos demais componentes, porém em níveis elevados", considera Campos Neto.

Já o professor de economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Benito Salomão considera que o resultado do IPCA em fevereiro reforça a desconfiança em cima dos bancos centrais do mundo inteiro.

"Hoje, em muitos países, dentro dos quais o Brasil, estamos conseguindo observar que os regimes de meta, apesar das taxas de juros elevadas, apesar de todos os esforços que vêm sendo empenhados no sentido de derrubar essa **inflação**, têm sido bastante ineficazes no tratamento da **inflação**", disse. "Esse fenômeno da **inflação** pós-pandemia, de certa forma, está nos colocando, a todos nós macroeconomistas, para pensar um pouco sobre os remédios conhecidos pela literatura e pela ciência para lidar com esse fenômeno."

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/03/13/all.pdf>

Cursos ligados ao agro crescem mais de 1.000% no País

Cursos de ensino superior ligados ao agro, ambiente e veterinária tiveram crescimento de mais de 1.000% em dez anos.

O aumento tanto da oferta quanto do número de matriculados foi mais expressivo na graduação a distância e em instituições particulares, mas também aparece entre cursos presenciais. Os dados são do Mapa do Ensino Superior no Brasil do Instituto Semesp.

O curso de Agronomia a distância, por exemplo, nem sequer existia em 2013 e, em 2023, último ano com dados disponíveis, tinha 45 mil alunos. Já os de Gestão de Agronegócio, também em EAD, cresceram 26 vezes em dez anos, passando de cerca de 200 alunos para 7,3 mil. Medicina Veterinária registra 3,5 mil estudantes atualmente e tinha apenas 314 em 2017, ano em que passaram a ser autorizados cursos na modalidade EAD. O crescimento entre graduações presenciais também se dá especialmente por causa da Veterinária, que aumentou 148%, a maioria em instituições particulares.

Outros cursos que tiveram o número de alunos bastante ampliado em educação a distância foram Gestão Ambiental, Engenharia Ambiental e Zootecnia. Essas graduações foram agrupadas no relatório com o nome de Agrossistema. Essa é a primeira vez que o Semesp, entidade que representa as instituições de ensino superior privado, dá destaque a esse grupo de cursos.

"É uma área pujante da economia, que muita gente acha que não precisa de ensino superior para atuar, mas que na verdade requer cada vez mais profissionais muito qualificados", diz o diretor executivo do Semesp, Rodrigo Capelato.

Segundo ele, apesar do crescimento, há espaço para aumento ainda mais expressivo porque os estudantes em cursos ligados ao setor representam só 4,5% do total no País.

A área se destaca mesmo em um cenário já de grande crescimento em EAD nos últimos anos. Enquanto, no mesmo período, a quantidade de cursos a distância das demais áreas aumentou 700%, os que fazem parte do Agrossistema cresceram 1.077%. Capelato acredita que o maior investimento em cursos a

distância se deu porque muitos dos jovens interessados nessas áreas estão fora dos centros urbanos.

REGULAÇÃO. Já as matrículas em cursos presenciais em outras áreas tiveram queda de 19% entre 2013 e 2023, enquanto as direcionadas ao setor cresceram 26%. O Ministério da Educação (MEC) tem prometido maior regulação para o setor de EAD. Esta semana, como mostrou o Estadão, foi prorrogada por mais um mês a proibição da criação de novos cursos e vagas em educação a distância no ensino superior privado. O governo federal prometia entregar um novo marco regulatório para a área, o que também ainda não saiu.

Há questionamentos sobre qualidade dos cursos que têm pouca ou nenhuma interação presencial. Por outro lado, eles são opção para estudantes mais velhos, mais vulneráveis e que moram longe dos grandes centros.

PERFIL UM POUCO DIFERENTE.

A estimativa da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda é de que o crescimento no **PIB** agropecuário em 2025 será de 6%, ante aumento de 2,5% do **PIB** geral. Com isso, o setor tende a ampliar sua participação no **PIB** nacional, historicamente entre 6,5% e 7%. O crescimento dos últimos anos chamou a atenção do ensino superior privado. Enquanto o número de instituições particulares com cursos nessas áreas foi de 436 para 625 em dez anos, a quantidade de universidades públicas foi de 173 para 178.

O relatório mostra que o perfil dos estudantes da área é um pouco diferente da média no País, assim como as mensalidades são mais altas. São mais homens, com renda maior e com menor parcela de pretos e pardos. Quase 60% deles têm até 24 anos de idade e não trabalham, quando, nos demais cursos, esses índices são de 43,7% e 33%, respectivamente. Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins têm a maior proporção de alunos do Agrossistema

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Inflação chega a 1,31% e tem maior variação para fevereiro desde 2003

A variação de preços das contas de luz e os reajustes sazonais de mensalidades escolares pressionaram a **inflação** em fevereiro, que bateu em 1,31%, ante 0,16% em janeiro. Foi o pior resultado para o mês desde 2003 (1,57%). Os alimentos também voltaram a subir, com destaque para o ovo e o café, que registraram altas de dois dígitos.

Pelos dados divulgados ontem pelo IBGE, a taxa acumulada em 12 meses passou de 4,56%, em janeiro, para 5,06% em fevereiro, a mais alta desde setembro de 2023. O resultado ficou ainda mais longe do centro da meta da **inflação** (de 3%) e se afasta também do seu teto (4,5%). "(O resultado) Reforça a sinalização de manutenção do ritmo de alta de 1 ponto por-centual (da taxa Selic) na reunião (do Comitê de Política Monetária do Banco Central) de março", disse o economista-chefe da corretora de investimentos Monte Bravo, Luciano Costa.

Os gastos das famílias brasileiras com Habitação tiveram elevação de 4,44% em fevereiro, uma contribuição de 0,65 ponto porcentual para a taxa do IPCA. Parte do grupo, a energia elétrica subiu 16,80%. A alta veio após a incorporação em janeiro de desconto resultante do saldo positivo da conta de comercialização da Itai-pu Binacional (o chamado "bônus Itaipu").

Já o grupo Educação teve um avanço de 4,70% em fevereiro, com impacto de 0,28 ponto para o índice geral. Neste caso, a maior contribuição veio do aumento de 5,69% nas mensalidades dos cursos regulares, por conta dos reajustes habitualmente praticados no início do ano letivo. As variações mais agudas ocorreram no ensino fundamental (7,51%), ensino médio (7,27%) e pré-escola (7,02%).

ALIMENTOS. Apontada como o principal motivo para a queda da popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a alta da **inflação** levou o governo a anunciar na semana passada a redução do Imposto de Importação para alimentos como açúcar, café e carne - medida vista como inócua no curto prazo por especialistas. Ele também aposta na nova safra agrícola deste ano para tentar conter os preços dos alimentos.

Mas não foi o que se viu em fevereiro. Os alimentos voltaram a subir no mês passado, pelo sexto mês

consecutivo, embora a alta tenha sido mais branda e menos espalhada, ficando concentrada em uma menor quantidade de itens, segundo Fernando Gonçalves, gerente do IPCA no IBGE. O grupo Alimentação e Bebidas saiu de uma elevação de preços de 0,96%, em janeiro, para uma variação de 0,70%. Em fevereiro, porém, o encarecimento dos alimentos foi "basicamente do café e do ovo", disse Gonçalves.

"O café vem sustentando alta (de preços) desde janeiro de 2024. No ano de 2024, a alta do café foi de 39,60%. Nos dois primeiros meses de 2025, o café já subiu 20,25%", citou o pesquisador. Só em fevereiro, o café moído subiu 10,77%.

Já o ovo de galinha aumentou 15,39%, maior variação mensal desde o início do Plano Real. Segundo Gonçalves, os Estados Unidos tiveram perdas do produto por causa de gripe aviária, levando a um aumento nas exportações brasileiras de ovos para o País. Além disso, houve maior demanda pelo item em função do início do ano, ao mesmo tempo que a ocorrência de um clima mais quente também prejudicou a produção de ovos.

Economista sênior do Banco ABC Brasil, Francisco Lima viu uma fotografia pior para a **inflação** doméstica, com sinais de alerta para os grupos de serviços e bens industriais. Ele descarta a perspectiva de melhora à frente nos aumentos de preços de serviços, devido ao mercado de trabalho ainda aquecido. Quanto ao encarecimento de produtos industriais, Lima nota influência da alta do dólar.

"É uma piora que reflete o repasse da desvalorização cambial do fim do ano passado. Geralmente, é um item que traz conforto para o IPCA, mas este ano deve contribuir negativamente para o índice", previu. Daniela

AMORIM, REGINA SILVA e GABRIELA JUCÁ

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Estímulo ao consumo não é remédio contra inflação

A **inflação** brasileira em fevereiro deu uma estilingada e foi a 1,31%, maior patamar para o mês desde 2003. Em 12 meses, chegou a 5,06%, bem acima do teto da meta perseguida pelo Banco Central (3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto, para mais ou para menos). É um problema extra para o BC, mas é um problema maior, claro, para a população, que vê o seu poder de compra ser corroído.

Em fevereiro, a **inflação** foi puxada pela energia elétrica (um aumento excepcional decorrente da recomposição das tarifas, após o pagamento de um bônus pela hidrelétrica de Itaipu em janeiro) e pela educação (esta, uma alta sazonal). Mas os alimentos voltaram a ter um aumento razoável (0,7%).

Na semana passada, o presidente Lula vociferou contra essa situação. "A gente não quer brigar com ninguém, a gente quer encontrar uma solução pacífica (para o preço dos alimentos). Mas, se a gente não encontrar, a gente vai ter de tomar atitude mais drástica, porque o que interessa é levar a comida barata para a mesa." As medidas anunciadas pelo governo para isso, porém -principalmente zerar o Imposto de Importação sobre vários produtos -, foram consideradas inócuas por analistas. O que seria "atitude mais drástica"? Controle de preços? Parece estar mais do que claro que isso nunca funcionou, e não iria funcionar agora.

A **inflação** alta é uma das principais pedras no sapato do presidente Lula, a ponta mais visível, para a população, dos problemas macroeconômicos do País. E a alta dos preços passa muito pelas atitudes do governo. O BC já alertou várias vezes: os gastos públicos desenfreados, o aumento do endividamento, as incertezas sobre os rumos do arcabouço fiscal tornam mais difícil o trabalho de controlar a escalada dos preços. Seriam necessários juros cada vez mais altos para isso, com efeitos complicados para a atividade econômica.

Mas Lula tem se preocupado bem pouco em economizar. Parece querer estimular ainda mais o consumo. Recentemente, o governo anunciou a liberação do **FGTS** para trabalhadores demitidos e que haviam optado pelo **saque-aniversário**. Ontem, publicou medida provisória que facilita o crédito consignado para trabalhadores formais do setor privado. São medidas que podem acabar se tornando

contraproducentes no que se refere à popularidade de Lula: se o consumo aumenta e a **inflação** não baixa, os juros têm de permanecer altos por mais tempo, deprimindo a economia. Isso não pode ser bom para quem sonha com a reeleição.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Inflação renitente reflete dificuldade do governo em reconhecer seus erros (Editorial)

Se a alta de preços - em especial dos alimentos - já azedava o humor dos brasileiros e fazia acender luzes de emergência no Palácio do Planalto, tudo ficou pior com a divulgação da **inflação** de fevereiro. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta de 1,3% - a maior para o mês desde 2003.

Não deu nem tempo de o governo comemorar a trégua de janeiro, quando subira apenas 0,16%, influenciado pelo pagamento de um bônus da hidrelétrica de Itaipu, que reduziu a conta de luz. Em fevereiro, o preço da energia saltou 16,80%, provocando o efeito contrário. O reajuste das mensalidades escolares também pesou no resultado (educação como um todo teve alta de 4,7%). Pelo menos, a alta dos alimentos desacelerou (eles subiram 0,7% ante 0,96% em janeiro). Mas alguns produtos registraram aumentos expressivos, como ovo (15,4%) e café (10,8%).

Não é apenas a **inflação** que preocupa, mas também a forma errática como o governo tem reagido. Inconformado com o preço dos alimentos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva culpou atravessadores e disse que poderá tomar "atitudes mais drásticas, porque o que interessa é levar comida barata para o prato do povo brasileiro". Não explicou quais seriam. O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, tentou minimizar a declaração, assegurando que não haverá pirotecnias ou intervenção nos preços. Mas, em janeiro, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, já assustara o mercado ao dizer que o governo buscava "intervenções" para baratear alimentos (depois negou que a palavra "intervenções" significasse intervenções). Os desacertos traduzem um fato singelo: o Planalto não sabe o que fazer.

No início do mês, depois de reuniões entre ministros e empresários, o governo tirou da cartola mais uma iniciativa para baixar os preços. Anunciou que zeraria o imposto de importação sobre carne, açúcar, café, massas, sardinha, milho, biscoito, óleo de girassol e azeite. Apesar de correta, a medida terá pouco impacto, uma vez que fatores como clima e alta do dólar são determinantes na formação dos preços.

A realidade é que, em 12 meses, a **inflação** está em 5,06%, bem acima do teto da meta (4,5%). Esse cenário não favorece a queda dos juros, hoje em 13,25%. Já está contratado pelo menos mais um aumento na próxima reunião do Copom. Esperava-se

que, depois, a situação arrefecesse. Mas o resultado de fevereiro não contribui em nada para dissipar as apreensões que continuam no ar. Ao contrário.

Lula se diz indignado com os preços, mas não ajuda. A forte expansão de gastos promovida pelo governo petista contribui não apenas para o aumento do endividamento público, mas também para a alta da **inflação**. Preocupado com a queda nos índices de popularidade, ele tem insistido em manter a economia artificialmente aquecida, estimulando a demanda e pressionando os preços. É verdade que o cenário internacional, convulsionado pelas decisões de Donald Trump, não é favorável. Mas, em vez de ficar caçando vilões imaginários, Lula deveria reconhecer seus próprios erros.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

A crise de 2025 é mais difícil que a de 2005 para Lula

THIAGO PRADO

João Santana/ marqueteiro

Na sexta entrevista da série da newsletter 'Jogo Político', o baiano vencedor de três eleições presidenciais (2006,2010 e 2014) analisa os 20 anos que separam as duas maiores derrocadas de popularidade de Lula

Há tempo para Lula reverter a crise de popularidade atual como fez com o senhor após o escândalo do mensalão?

Não acho que a situação dele seja terminal, mas vejo como bem profundas as diferenças entre os tempos, o que torna a missão de reverter a crise de popularidade muito mais difícil. Hoje temos a politização caótica e superficial das redes sociais; o crescimento dos evangélicos; a política judicializada; o Centrão como fiel da balança; a conjuntura mundial delicada. Nada disso existia em 2005.

No PT, muitos defendem que o governo faça uma guinada à esquerda enquanto entre analistas e na base aliada há cobrança por mais sinalizações para uma agenda de centro. Qual o melhor caminho para chegar competitivo em 2026?

Não tenho a menor dúvida que à esquerda. Tanto para vencer no ano que vem quanto para resgatar a biografia do Lula. Fiz a campanha do Fernando Haddad em 2012 para a prefeitura de São Paulo, acho ele uma figura extremamente cordata, mas houve uma acomodação muito grande dele com o setor financeiro e os defensores de políticas fiscalistas. O que é o Brasil de hoje? De um lado, uma esquerda moderada clientelista; de outro, uma direita selvagem e antidemocrática. O equilíbrio não é a busca por um centro amorfo, se for por aí Lula não tem condições de vencer em 2026. Isso não é papo de esquerda defasada, não. Em alguns momentos é, sim, necessário partir para alguns enfrentamentos. E já está ficando tarde para fazê-los.

A que tipo de enfrentamentos o senhor está se referindo?

Um exemplo. Há uma amnésia do governo com relação à escala 6x1. Devia estar na linha de frente das iniciativas do Planalto. Mas se você teme reações de corporações, não vai fazer. Aí voltamos ao Haddad. Faltam elementos de agilidade, de força carismática e coragem de tomar certas atitudes. Taxação de dividendos e grandes fortunas são outras idéias. No caso de lideranças já testadas, como o Lula, as crises se aprofundam quando reforçam uma sensação de déjà vu, junto com cargas de monotonia e de sentimento de beco sem saída. Este é o terrível labirinto das insatisfações coletivas. Quando se entra nele, um governo deixa de viver apenas uma crise e passa a viver uma tragédia de imagem. Acho que, se ele não melhorar a avaliação entre seis e oito meses, pode desistir, sim, de concorrer.

Então, resolver o problema da **inflação** e da comunicação governamental não será suficiente para Lula recuperar os índices de popularidade?

Falar só de economia e comunicação é uma rota de fuga perigosa e equivocada. As crises de imagem são profundas quando atacam, simultaneamente, os sentimentos de confiança, esperança, admiração e de expectativas. Ainda é cedo para saber se é isto que está ocorrendo com Lula, mas há indícios apontando nesta direção. Algumas pesquisas qualitativas já na campanha de 2022 mostravam certo cansaço dos próprios eleitores do Lula com ele. Era desconforto com o tom da voz, com a postura corporal. Pode estar havendo uma fadiga de material. Em 2005, a crise foi moral, e naquela época falávamos muito do efeito teflon no Lula, que nada pegava nele, do quanto era protegido. Pode ser também que isso esteja diminuindo. Naquele ano, ele era uma novidade. Tinha ímpeto. E, principalmente, tinha uma equipe ao redor.

Falando em equipe, o senhor acha que o entorno atual fala para ele o que verdadeiramente pensa dos assuntos ou são pessoas que só bajulam o presidente no dia a dia?

Sobre a equipe atual, não tenho muito o que dizer, só sei o que leio nos jornais. Mas, de fato, no meu tempo e nos momentos mais agudos ele trocava muito com Antonio Palocci, Luiz Dulci, Luiz Gushiken e Gilberto Carvalho.

E Lula por acaso é um líder que sabe ouvir verdades

dos subordinados?

Depende do momento. Sempre digo que um dos grandes desafios de qualquer marqueteiro é o de não se apaixonar pelo cliente. Vale para o entorno. A proximidade sempre tira o poder crítico. Em algumas situações, Lula é mais difícil e acaba agindo como uma figura mercurial. Mas, como qualquer ser humano, quando passa por dificuldades, ele estará mais propenso a ouvir mesmo quando o que escuta não agrada. E a situação de agora.

Muitos petistas afirmam que Lula passou a ser mais teimoso e a pensar menos no que fala por toda a mágoa gerada pelos 500 dias de prisão. O que acha?

A Lava-Jato pode, sim, ter gerado um choque pós-traumático que levou ao rancor. Agora, isso também poderia ter se manifestado de outra forma: em um governo mais audacioso e ousado. Desde o início do mandato, Lula preferiu um jogo de transferir culpas: escolheu os juro e o Roberto Campos Neto como alvos. Também ficou perturbado com o 8 de Janeiro demais. Fazendo uma brincadeira aqui, o 8 de Janeiro tinha que ter durado no máximo até 8 de março; acabou durando até 8 de dezembro nos discursos. Ficou monotemático falar disso e de Bolsonaro o tempo todo. Eu entendo que o Bolsonaro é muitas vezes um cabo eleitoral do Lula. Mas não precisa falar dele nessa intensidade. Houve overdose desse argumento. O país é muito maior do que isso, a ansiedade das pessoas está bem acima dessa polarização.

Houve um momento da crise do mensalão que Lula se recolheu e falou menos. Diante de tantas declarações que repercutem mal, não era o caso de dosar mais as aparições?

Ele é um grande ativo de comunicação, mas não pode ser o único. Achar que colocá-lo para falar mais é uma bala de prata pode ter efeito contrário. Lembro que no primeiro comício que Lula fez em 2006 conseguimos convencê-lo a usar teleprompter na comunidade Brasília Teimosa, em Recife. Já imaginou fazer o Lula não falar de improviso numa favela? Fizemos outras

vezes. Foi um acordo para controlar o ímpeto emocional e desvios do ponto de vista das expressões e do jogo metafórico que ele gosta de fazer.

A primeira-dama Janja atrapalha a imagem de Lula como pregam alguns aliados?

Se não atrapalha, também não ajuda. Entendo, no entanto, que esse tema é carregado de preconceito por causa da personalidade dela. Cada pessoa é de um jeito. Dona Marisa Letícia era mais discreta. Até

tentei convencê-la a ter uma ação mais política, mas ela optou pelo ostracismo.

Quem será o adversário de Lula na direita na sua opinião?

Depende do Bolsonaro. Ele é imprevisível, capaz de tudo. Não queria estar na pele do Tarcísio (de Freitas, governador de São Paulo). Tem tudo para ser candidato, mas pode receber um abraço de afogado do Bolsonaro. Ele tem ido bem até agora, mas o equilíbrio vai ficar mais precário. Muito provável que Bolsonaro seja preso. E aí, o que ele vai fazer? Continuará indo em manifestação e colocando boné? Agora, por incrível que pareça, acho que a Michelle Bolsonaro seria uma candidata mais forte que Tarcísio.

Porquê?

Governadores de São Paulo sempre tiveram dificuldades de se eleger, o Brasil é desconfiado do poder concentrado nos paulistas. A cadeira é uma âncora que puxa para baixo.

Michelle tem mais carisma e é muito religiosa. No entanto, dificilmente Bolsonaro deixará isso acontecer. É uma intuição, mas o machismo dele não a deixará se lançar.

Há mais nomes da direita no cardápio de opções...

Não acho. E só Tarcísio ou Michelle. (Romeu) Zema não aguenta um confronto. E um queixo de vidro em qualquer embate vigoroso. (Ronaldo) Caiado terá dificuldades de galvanizar segmentos da sociedade. Gustavo Lima não virá e Pablo Marçal tornou-se ineleável pela Justiça Eleitoral.

A direita vai explorar a segurança pública nos discursos. Por que a esquerda negligencia tanto o tema?

O governo só pensa em economia e acaba não dando uma resposta política ou apenas simbólica nessa área. O Bolsonaro fez algumas fanfarrônicas na segurança, mas nem isso o PT tentou. E isso sempre foi uma opção. Lula e Dilma nunca admitiram a atuação do governo federal nesse setor. Sempre usaram o escudo de que essa era uma responsabilidade dos estados. Havia uma espécie de consciência de que o problema da violência nunca seria resolvido, e que era melhor desviar o assunto para outras carências da população. Hoje há a iniciativa da PEC da Segurança, mas Lula continua sem falar do tema nos discursos. E mais um erro.

Em 2002, seu ex-sócio Duda Mendonça pregava que

candidato que bate, não ganha. Em tempos de polarização e embates duríssimos, essa receita ficou para trás?

Isso é um equívoco desde sempre. É evidente que fazer campanha positiva é muito melhor. Para os candidatos, para o ambiente social e para as coronárias do marqueteiro. Agora, muitas vezes, é preciso ir para o combate. A eleição do ano que vem será das mais disputadas da História.

O senhor sempre foi muito cobrado pela propaganda em que insinuava que a proposta de autonomia do Banco Central de Marina Silva, em 2014, poderia tirar a comida do prato dos brasileiros. Há diferença entre essa estratégia e as fake news utilizadas hoje nas redes?

Trabalhei na época com exagero de retórica, dramatização cinematográfica, mas aquilo não foi fake news. Havia um movimento de países pobres europeus na ocasião contra os juros do Banco Central do continente, alegando que aquele aumento nas taxas poderia gerar fome. Sabe qual a diferença disso para o que aconteceu agora na crise do Pix? Para rebater o Nikolas Ferreira, a Erika Hilton foi para o confronto e gravou um vídeo com milhões de visualizações para rebatê-lo. Marina preferiu se fazer de vítima ao invés de reagir. Na política, os dois lados mentem e falam a verdade, e há manipulação de parte a parte. É uma linha tênue sempre.

Este texto foi originalmente publicado na newsletter "Jogo Político". Assine no site do GLOBO: oglobo.globo.com/politica

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo tira R\$ 7,7 bi do Bolsa Família no Orçamento

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva mandou ao Congresso uma série de ajustes na proposta orçamentária de 2025, o que inclui corte de R\$ 7,7 bilhões no programa Bolsa Família, segundo ofício do Ministério do Planejamento. Na lista de ajustes nas despesas está ainda a inclusão de R\$ 3 bilhões no programa de vale-gás - no qual só havia reserva de R\$ 600 milhões. Houve um acréscimo em torno de R\$ 8 bilhões em despesas previdenciárias.

Os ajustes foram necessários para adequar o Orçamento à realidade macroeconômica, como novo salário mínimo e **inflação**. O projeto pode ser votado na semana que vem.

No caso do Bolsa Família, o relator da proposta orçamentária, senador Ângelo Coronel (PSD-BA), disse que a previsão ocorre após ajustes no programa contra fraudes. Inicialmente, o governo previa gastos de R\$ 166 bilhões.

-O governo está propondo o corte de (quase) R\$ 8 bilhões para iniciar o ajuste. Medida necessária para acabar com fraudes, como de mais de um membro da família que recebe o Bolsa Família, ou gente que está trabalhando e recebe -afirmou o relator.

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), disse que o corte se deve ao pente-fino:

-Foi o pente-fino do Bolsa Família, que foi feito ao longo do ano passado, e deu essa sobra de R\$7,6 bilhões. São pessoas que não tinham direito.

O governo, porém, não colocou no Orçamento, neste momento, recursos para o programa educacional Pé-de-Meia. Decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) deu ao Executivo até 120 dias, a contar do mês passado, para enviar ao Congresso a inclusão desse programa no Orçamento.

-No vale-gás, vamos adotar os R\$ 3 bilhões para fazer frente ao pagamento. Equacionamos a questão do Pé-de-Meia, já tem R\$ 1 bilhão no Orçamento, precisa de mais R\$ 11 bilhões. Mas o TCU deixou o governo inserir esse valor em 120 dias, então o governo enviará PLNs (projetos de lei) quando for necessário.

O governo pediu mais R\$ 680 milhões para o Benefício de Prestação Continuada (BPC), mesmo após pente-

fino e ajustes no ano passado.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Energia, escola e aumento de imposto puxam alta do IPCA

Lucianne Carneiro e Marcelo Osakabe De São Paulo

Uma combinação de reversão do bônus de Itaipu, reajuste anual das mensalidades escolares e o aumento do ICMS sobre combustíveis levou a **inflação** oficial brasileira a registrar a maior alta para um mês de fevereiro desde 2003.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acelerou de 0,16% em janeiro para 1,31% em fevereiro. É a maior leitura desde os 1,57% registrados no mesmo mês de 2003. Em 12 meses, o indicador passou de 4,56% para 5,06%, o maior patamar desde setembro de 2023, quando alcançou 5,19%. Com isso, a taxa se distancia ainda mais da meta de **inflação** perseguida pelo Banco Central para este ano (3%).

O forte avanço já era esperado e veio ligeiramente abaixo da mediana das projeções colhidas pelo Valor Data, de alta de 1,32%.

Cinco das nove classes de despesas puxaram para cima o IPCA: habitação (de -3,08% para 4,44%); educação (de 0,26% para 4,70%); artigos de residência (de -0,09% para 0,44%); comunicação (de -0,17% para 0,17%) e vestuário (-0,14% para estabilidade). Por outro lado, foram registradas taxas menores em alimentação e bebidas (de 0,96% para 0,70%); transportes (de 1,30% para 0,61%); saúde e cuidados pessoais (de 0,70% para 0,49%); e despesas pessoais (de 0,51% para 0,13%).

Boa parte desse salto vem de itens já conhecidos: a devolução do bônus de Itaipu, que puxou para baixo o dado de janeiro, fez a conta de luz subir 16,8% no mês passado e respondeu, sozinha, por 0,56 ponto do resultado de fevereiro.

Já os reajustes das mensalidades de educação contribuíram com 0,27 ponto. A alta do ICMS sobre combustíveis, sobretudo gasolina, acrescentou outro 0,14 ponto ao IPCA de fevereiro composição.

Excluindo esses itens, o IPCA teria subido 0,34% no mês passado.

Um dos principais focos de preocupação do governo Lula no momento, os alimentos tiveram a alta puxada principalmente por café (10,77%) e ovos (15,39%).

Gerente da pesquisa no IBGE, Fernando Gonçalves explicou em entrevista coletiva para comentar os números que o preço do café no mercado doméstico sofre com a quebra da safra no exterior, o que impulsionou o preço da commodity lá fora e estimulou exportações.

Sobre o ovo, pesa a conjunção de gripe aviária nos EUA, temperaturas mais altas e aumento da demanda no início do ovo.

"Nos EUA, houve perda por causa da gripe aviária e aí tem aumento de exportação. O clima mais quente também prejudica a produção de ovos, porque afeta o bem-estar das galinhas. E também tem a influência do início do ano, com volta de atividades escolares", comentou.

Outro ponto de atenção, a **inflação** de serviços mostrou sinais divergentes, o que abriu margem para interpretações diferentes. Isso porque, embora o grupo tenha acelerado de 0,78% para 0,82% na virada do mês, os chamados serviços subjacentes, mais sensíveis à demanda, mostraram recuo, de 0,86% para 0,69%. Já os intensivos em trabalho passaram de 0,74% para 0,62%.

"Portanto, a **inflação** de serviços estável reflete mais a recomposição dos itens administrados, que avançaram 3,16% no mês, do que alguma pressão no mercado de trabalho", avalia o economista do Banco Inter André Valério.

A média móvel de três meses dessazonalizada e anualizada, métrica bastante acompanhada pelos analistas que buscam entender o comportamento da **inflação** "na ponta", também mostrou algum alívio, tanto no caso dos subjacentes (de 7,6% para 7,5%) como nos intensivos em trabalho (7,4% para 7,1%), comenta Alexandre Maluf, economista da XP. "Todas as principais métricas estão bem acima da meta e da variação em 12 meses atual, o que sugere pressões inflacionárias à frente", ressalta.

Quem também viu piora na margem foi a chefe de pesquisa da Buysidebrazil, Mirella Hirakawa.

Ela cita a média dos seis núcleos de serviços, um indicador da casa, que avançou 5,2% para 5,4% no acumulado em doze meses.

"No geral, estamos falando de **inflação** cheia acima de 5%, muito acima do centro da banda do BC.

Serviços subjacentes estão rodando em 6,2% e média dos núcleos em 4,6%, todas as medidas acima do centro e do teto da meta", diz.

"Nesse sentido, o BC tem pouco alívio nas próximas reuniões e deverá entregar alta de um ponto na Selic na próxima reunião e desacelerar para 0,75 ponto em maio." Para Gonçalves, do IBGE, o aumento da ocupação e da massa salarial no país está por trás da alta da **inflação** de serviços.

Ele ponderou, por outro lado, que o resultado do mês foi influenciado pelos reajustes de educação. O preço de cursos regulares subiu 5,69% em fevereiro, enquanto o de cursos diversos aumentou 2,56%.

Alguns economistas argumentam que, embora os serviços permaneçam em patamares altos, as leituras não voltaram a piorar, como se temia. Ao mesmo tempo, acrescentam, outras aberturas começam a trazer sinais de alívio.

Vitor Martello, economista-chefe da Quantitas, chama atenção para as leituras mais moderadas que o esperado dos bens industriais, "Me parece que o efeito do câmbio está um pouco mais baixo que o esperado, o repasse tem se mostrado menos agressivo do que a alta do dólar poderia sugerir", nota.

Outra boa notícia foi a alta menor dos preços em restaurantes do que o inicialmente imaginado, o que acabou gerando uma leitura de serviços subjacentes mais benigna.

Em sua avaliação, esse movimento tem a ver com o fim dos altos repasses das carnes - em fevereiro, esse item subiu 0,08%.

"A alta dos preços das proteínas era algo esperado, porque vem do ciclo do gado, mas a velocidade com que aconteceu foi muito rápida. Isso significou pressão no fim do ano passado, quando a demanda já é maior por causa do período de festas. Mas pode significar também que boa parte da **inflação** desse grupo tenha ficado em 2024", pondera.

"Tudo considerado, nada salta aos olhos para pior. Os núcleos vieram estáveis e mesmo os serviços subjacentes, que subiram acima da nossa expectativa, o fizeram por um item bem específico, a devolução dos descontos da semana do cinema", afirma João Fernandes, economista da Quantitas.

Dito isso, ele ressalta que os fundamentos altistas

tanto para bens industriais quanto alimentos seguem no horizonte: repasse cambial para o primeiro, condições climáticas e situação externa adversa para o segundo. Por isso, ainda é cedo para comemorar.

"As próximas leituras de **inflação** vão ser importantes. Se elas mostrarem que o repasse dos IPAs para bens segue baixo, a visão de que as empresas estão absorvendo a maior parte do repasse cambial pode se consolidar.

Da mesma forma, o mercado está dividido sobre o que acontecerá com os alimentos, mas alguns preços no atacado começam a cair e as proteínas estão comportadas.

Mesmo quem acha que elas voltarão a subir em 2025 não acredita que isso acontecerá no primeiro semestre", diz

"Todas as principais métricas estão bem acima da meta" Alexandre Maluf

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188138?page=1§ion=1>

Inflação e juros derrubam varejo em fevereiro

Rafael Rosas Do Rio

O avanço da **inflação**, a alta dos juros e o endividamento ainda alto contribuíram para que o varejo voltasse a apresentar resultados negativos em fevereiro. O Índice do Varejo Stone (IVS) recuou 0,9% frente a janeiro e 1% na comparação com fevereiro do ano passado.

O resultado ocorre depois de uma alta de 2,8% em janeiro na comparação com dezembro.

Matheus Calvelli, pesquisador econômico e cientista de dados da Stone, ressaltou que o mercado de trabalho ainda está aquecido, mas os sinais de desaceleração ficaram ainda mais evidentes em fevereiro.

A taxa de desemprego subiu para 6,5% em janeiro (Pnad), e a criação de novos empregos formais perdeu força, segundo dados do Caged.

Além disso, pondera Calvelli, a alta no preço dos alimentos continua pesando no bolso das famílias, que já enfrentam um alto nível de endividamento. "Tudo isso tem um impacto direto no consumo.

Portanto, a queda registrada no varejo reflete um enfraquecimento mais amplo da economia brasileira", ressalta.

O especialista destaca que os dados do Produto Interno Bruto (**PIB**) divulgados na semana passada mostraram uma desaceleração "muito clara" no quarto trimestre.

"Para o varejista, [essa desaceleração] veio de forma clara em dezembro e ficou", diz Calvelli, afirmando que o resultado positivo do IVS em janeiro foi fruto da base baixa de comparação. "A desaceleração ainda não parou." Na análise mensal, apenas dois dos oito segmentos analisados registraram alta em fevereiro: Material de Construção (0,7%) e Móveis e Eletrodomésticos (0,2%). Outros cinco segmentos apresentaram queda: Livros, Jornais, Revistas e Papelaria (-5,9%), Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo (-2,6%), Combustíveis e Lubrificantes (-1,9%), Artigos Farmacêuticos (-1,5%) e Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico (-0,7%). Já o setor de Tecidos,

Vestuário e Calçados apresentou estabilidade, com variação de 0,0%.

No comparativo anual, o segmento de Combustíveis e Lubrificantes teve o melhor desempenho, com alta de 4,1%, seguido por Material de Construção, que cresceu 2,5%. Os demais setores registraram queda: Livros, Jornais, Revistas e Papelaria (-7,7%), Móveis e Eletrodomésticos (-6,4%), Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo (-3,9%), Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico (-2,8%), Artigos Farmacêuticos (-2,6%) e Tecidos, Vestuário e Calçados (-0,6%).

Calvelli ressalta que o ganho que o varejo apresentou no ano passado está sendo perdido "rapidamente".

Ele chama a atenção para a queda de 3,9% do segmento de Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo frente a fevereiro do ano passado e destaca que o resultado já é efeito da alta da **inflação** dos alimentos.

"A alimentação é a base de tudo.

Se a comida fica cara, todos os setores sofrem", diz Calvelli.

O Índice do Varejo Stone acompanha mensalmente a movimentação do varejo no país com o objetivo de mapear os dados de pequenos, médios e grandes varejistas e divulgar um retrato do setor nacional. O estudo tem como base a metodologia proposta pelo time de Consumer Finance do Federal Reserve Board (Fed), que idealizou um modelo de indicador econômico similar nos Estados Unidos. São consideradas as operações via cartões, voucher e Pix dentro do grupo StoneCo.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188138?page=1§ion=1>

Próximo presidente não governa com arcabouço, diz Tebet

Jéssica Sant"Ana De Brasília

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou nesta quarta-feira (12) que haverá uma "janela de oportunidade" em novembro e dezembro de 2026 para fazer um ajuste fiscal estrutural nas contas públicas.

Ela disse que o próximo presidente da República não conseguirá governar o país com o arcabouço fiscal que existe hoje.

"Chegou o momento em que em 2027, seja quem for o próximo presidente da República, não governa com esse arcabouço fiscal, com essas regras fiscais, sem gerar inflação, dívida e detonar a economia", disse Tebet em entrevista à GloboNews.

"Então, nós temos uma janela de oportunidade que não é agora, é em novembro e dezembro de 2026, seja o presidente Lula o candidato e reeleito, seja outro candidato eleito, de fazer o fiscal, cortar gastos, cortar o supérfluo, fazer uma política num arcabouço mais rigoroso, que não mate o paciente, obviamente", completou a ministra, que foi candidata a presidente em 2022.

Ela disse que será preciso ajustar a "dose" do ajuste fiscal, mas numa "dose" que permita garantir "sustentabilidade de dívida pública, baixar juros, baixar a inflação e fazer a economia crescer".

"Essa janela de oportunidade nós não podemos perder", acrescentou Tebet.

A ministra reconheceu que a PEC de Transição, aprovada no fim de 2022, foi da "gastança", para recomposição de gastos sociais.

E reforçou que o governo vai cumprir a meta fiscal deste ano, sem "inventar subsídios" e "resgatar fórmulas passadas que não deram certo". "Vamos conseguir entregar o Orçamento cumprindo as regras fiscais", frisou durante a entrevista.

Ela também reclamou do Congresso Nacional, que diz não estar sendo um parceiro na agenda fiscalista. "Achávamos que tínhamos um parceiro mais fiscalista no Congresso Nacional, e não foi.

Não é o Congresso fiscalista que nós imaginávamos, então não adianta dar murro em ponto de faca", lamentou Tebet.

Por outro lado, a ministra teceu elogios a Gleisi Hoffmann, recém-nomeada ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, pasta responsável pela articulação política do governo, apesar de reconhecer que sempre tiveram em lados opostos na visão sobre a economia.

"Ela tem uma fidelidade que ninguém discute ao presidente Lula e sabe que o projeto de país que está em andamento na parte econômica é o projeto do governo.

Então, eu acredito que ela agora vai dar o suporte necessário para aprovar as medidas econômicas e microeconômicas, em especial que o governo, a equipe econômica e o ministro Haddad vêm tocando", disse Tebet.

Ela defendeu que o governo tenha "a coragem de enfrentar temas espinhosos, mas que dialogam com a sociedade". Entre eles, ela citou a pauta sobre o fim da jornada 6 por 1. Tebet disse ser favorável à jornada 5 por 2, com um período de adaptação para as empresas e suporte aos pequenos negócios. "Isso [redução da jornada de trabalho] gera economia, gera produtividade, qualidade no trabalho. O próprio empresário vai ganhar com isso." Por fim, a ministra comentou que a isenção de imposto de importação de alguns alimentos deve começar a trazer resultados dentro dos próximos 30 dias, com redução dos preços desses produtos. Ela também disse que é uma medida que pode ter um "efeito moral" no mercado interno, fazendo com que os produtores passem a priorizar também o mercado nacional, e não somente as exportações.

A medida foi anunciada em meio aos esforços do governo para frear a queda de popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, também provocada pela alta dos preços dos alimentos.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188138?page=1§ion=1>

Brasil pode ter aumento de oferta e impacto no PIB

Kariny Leal, Rafael Rosas e Lucianne Carneiro Do Rio

Especialistas consultados pelo Valor dizem que ainda é cedo para se ter certeza sobre os efeitos completos do aumento tarifário sobre o aço brasileiro. Mas citam uma série de desdobramentos possíveis, a depender da eficácia do tarifaço aplicado pelo governo Donald Trump sobre as importações americanas.

Entre as possíveis consequências para o Brasil, estão o aumento da disponibilidade interna de aço, impacto sobre o Produto Interno Bruto (**PIB**) e sobre as exportações brasileiras. Ainda assim, o momento é de espera, uma vez que os países ainda devem negociar condições para tentar alterar as alíquotas impostas pelos EUA.

As tarifas de 25% sobre importações de aço e alumínio dos Estados Unidos iniciaram à meia-noite desta quarta-feira (12) a todos os parceiros comerciais, como Brasil, México, Canadá, Alemanha, Japão e Coreia do Sul.

A União Europeia anunciou que vai impor contra-medidas às novas taxas dos Estados Unidos, com planos de impor até 26 bilhões (US\$ 28 bilhões) sobre produtos americanos. Os europeus terão como alvo produtos politicamente sensíveis em Estados liderados pelos republicanos, como a soja da Louisiana, segundo um alto funcionário da União Europeia.

O vice-presidente do conselho do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e principal negociador comercial brasileiro entre 1998 e 2002, embaixador José Alfredo Graça Lima, disse que o aço e o alumínio são produtos que estão periodicamente sujeitos a medidas para sustentar preços nos EUA, uma vez que a indústria siderúrgica americana está em "crise permanente porque se tornou pouco competitiva em relação aos demais produtores, especialmente a China".

Ele ressalta que o Brasil exporta para os EUA principalmente placas e tarugos, semiacabados importantes na cadeia automotiva e nas obras públicas. "O comércio Brasil-Estados Unidos é de operações intrafirmas, exemplo de complementaridade que dá certo e é confortável para os americanos", diz Graça Lima, que pondera que, do ponto de vista operacional, o governo brasileiro deve manter

conversas para reverter aumentos tarifários. "Acredito que conversas estejam em curso", pondera o diplomata, acrescentando que a pauta de costumes fica mais visada e atende a determinados setores que não estão preocupados com a economia. "Mas é ela [a economia] que prevalece." Graça Lima diz que "difícilmente" o aço brasileiro que porventura deixar de ser exportado para os EUA encontrará outros mercados externos. Um efeito possível, diz, é o aumento da oferta de aço no Brasil, com efeito nos preços. "Pode ter redução do preço do aço internamente.

Têm leituras mistas.

Não é bom para a indústria, mas pode ser bom para a cadeia." Ele também considera "provável" que aumente a presença do aço chinês no Brasil, caso os EUA sejam Bem-Sucedidos em evitar a triangulação em outros países.

Para Larissa Wachholz, sócia da Vallya Participações e especialista de Ásia do Cebri, por ora, os países que mais exportam aço para os americanos estão em pé de igualdade de competição, com a mesma tarifa sobre todos eles. Na visão dela, os desdobramentos vão depender da capacidade de negociação entre esses países e os Estados Unidos: "Vemos que vários países têm repensado a forma como respondem à tarifação, o que tem feito os americanos mudarem de posição".

Em relação ao Brasil, Wachholz diz que os americanos devem estar abertos a negociar, uma vez que o aço brasileiro é importante para os EUA. "O produto brasileiro vai diretamente para a fabricação de bens importantes, como carros, ou para fomentar o mercado imobiliário.

São setores diretamente relacionados ao custo de vida das pessoas. Se as tarifas forem muito altas, elas não serão absorvidas pela indústria sem serem repassadas aos consumidores." O Instituto Aço Brasil disse, em nota, que têm expectativa de diálogo do governo brasileiro com o americano para restabelecer bases do sistema de importação do primeiro governo Trump, em 2018.

Na ocasião, importações de aço brasileiro mantiveram-se isentas de imposto, desde que respeitadas as cotas

de entrada de 3,5 milhões de toneladas de semiacabados e 687 mil toneladas de laminados por ano. "A negociação de 2018 atendeu não somente o interesse do Brasil em preservar o acesso a seu principal mercado externo do aço, mas também o da indústria de aço dos Estados Unidos." As tarifas de 25% sobre as importações de aço pelos EUA devem ter efeito "insignificante" na economia brasileira como um todo, mas levar a uma queda de 11,27% nas exportações brasileiras de metais ferrosos e a uma perda equivalente a US\$ 1,5 bilhão, conforme estimativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de autoria do pesquisador Fernando Ribeiro. A medida deve representar 0,01% a menos no **PIB** brasileiro, mesma influência prevista para ocorrer nas economias do Canadá e do México. As exportações brasileiras totais, por sua vez, podem cair 0,03%, enquanto o efeito nas importações seria mais intenso, de -0,26%, por causa da redução na atividade econômica. O estudo do Ipea também estima os efeitos das novas tarifas para a economia dos Estados Unidos. A projeção é de um efeito negativo de 0,02% no **PIB** americano; 0,49% nos investimentos; 0,39% nas exportações e 0,66% nas importações.

Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos, afirma que entre as poucas certezas por enquanto está o fato de que a imposição de tarifas a parceiros terá efeitos na **inflação**.

"Os Estados Unidos importam cerca de 25% do aço que consomem.

Existe um peso grande de se cortar essa importação toda, mas ainda é cedo para sabermos qual o peso disso. Trump poderia estar discutindo aspectos que traria benefícios para a economia americana."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188138?page=1§ion=1>

Consignado privado estreia ainda sem garantia

O governo lançou ontem, em um longo evento político, o novo consignado do setor privado. Com um público-alvo de 47 milhões de trabalhadores com carteira assinada, a medida é uma aposta do Palácio do Planalto em um momento de baixa popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A linha estreia no dia 21, mas ainda tem brechas que podem dificultar o desenvolvimento do produto. A principal delas diz respeito às garantias do crédito.

A previsão de usar 10% do saldo do cliente no FGTS e 100% da multa de demissão já existe desde que o consignado foi criado, em 2003, mas nunca funcionou porque a Caixa, gestora do fundo, nunca operacionalizou essa transação. Agora, o governo diz que deve fazer isso até julho. O que já existe, desde 2022, é o uso de 35% da verba rescisória (que inclui aviso prévio, férias proporcionais, 13-salário, entre outros) como garantia.

O uso do FGTS como garantia é justamente uma das apostas do governo para garantir que as ofertas dos bancos serão atrativas. A linha não terá teto para a taxa de juros - uma condição das instituições financeiras para embarcarem no projeto. Além disso, a plataforma apresentará informações sobre a saúde financeira tanto da empresa empregadora quanto do trabalhador, o que deve favorecer as condições. Hoje, o consignado para trabalhadores do setor privado tem taxa média de 2,89% ao mês, inferior à de outras linhas. Segundo o Ministério da Fazenda, essa modalidade já é responsável por reduzir em 18 pontos percentuais dos juros gerais no Brasil.

O teto era uma preocupação para os bancos porque, no consignado para beneficiários do **INSS**, esse limite foi imposto pelo governo e resultou na redução da oferta.

Conforme o anúncio feito pelo governo, caso o trabalhador que contratou o consignado seja demitido, ele levará a dívida para o próximo empregador quando ingressar em um novo trabalho privado. O mesmo vale para trocas voluntárias de emprego. Nada disso, porém, consta da MP.

Segundo o Valor apurou, os bancos devem colocar uma cláusula nos contratos autorizando essa migração do empréstimo original. De qualquer forma, não será algo obrigatório e dependerá de anuência do devedor.

No modelo antigo, isso era inviável porque o consignado privado dependia de acordos bilaterais do banco com as empresas. Ou seja, se o devedor mudasse para uma empresa que não tinha convênio com o banco, a migração se tomava impossível. Agora, que a averbação ficará centralizada, esse mecanismo ganha uma força muito maior.

Como o Valor antecipou ontem, os bancos preveem que a plataforma precisará de ajustes operacionais nos próximos meses, mas estão animados com a medida. O texto veio em linha com o esperado pelo setor. Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febrab) em até quatro anos, pode haver uma concessão de crédito de R\$ 120 bilhões na linha, que hoje gira em torno de R\$ 40 bilhões, segundo dados do Banco Central. A modalidade é muito pequena em relação ao consignado para o setor público (**INSS** e servidores), cujo estoque supera R\$ 600 bilhões.

O consignado privado é uma das principais apostas do governo para a busca da reeleição em 2026, somada à isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil ao mês. O programa será oferecido inicialmente por meio do aplicativo e-Social, no qual o trabalhador fará uma proposta de empréstimo e receberá ofertas pelas instituições financeiras - bancos tradicionais e fintechs.

"O novo crédito consignado do setor privado não é um convite para o povo gastar o que não tem", afirmou Lula no anúncio. "É para tentar resolver um problema de doença, não se pode achar que essa política é para vocês se endividarem. Se for assim, [o empréstimo] não vale a pena."

Nos primeiros 120 dias, o trabalhador que já possui um consignado privado ativo não poderá fazer novos contratos no modelo lançado ontem. Até o dia 25 de abril, ele deverá buscar seu banco diretamente para tentar a migração.

A MP obriga que, caso haja transferência de uma linha de crédito pessoal para o novo consignado, as taxas cobradas devem ser menores que as anteriores. Depois do dia 25 de abril, a migração estará no novo sistema do governo. Passado o período dos 120 dias, os bancos não poderão mais ofer-

"Novo crédito consignado do setor privado não é

convite para o povo gastar o que não tem"

Lula tar o consignado privado no modelo antigo - somente no novo.

Bancos e fintechs elogiaram a medida. A Associação Brasileira de Bancos disse que a centralização e a simplificação dos processos facilitarão o aumento da oferta de crédito, elevando a competitividade e reduzindo as taxas de juros. "A ABBC acredita que a medida será um avanço significativo no mercado, ajudando a diminuir o spread e a inadimplência."

Já a Zetta, que reúne fintechs como Nubank, Mercado Pago e Pic-Pay, afirmou que seguirá "contribuindo ativamente para a evolução do modelo e construção de soluções e ferramentas que garantam a plena competição, o amplo acesso, a escalabilidade operacional, a sustentabilidade econômica e a eficiência do novo produto".

"Esse é um crédito seguro, rentável, que respeita a política de crédito dos bancos", disse em discurso na cerimônia de lançamento a presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros. "Essa nova linha democratiza ainda mais o acesso ao crédito no País", afirmou em nota o presidente da Caixa, Carlos Vieira.

Também por meio de nota, o Itaú Unibanco disse que apoiou o governo no desenho do novo produto. "O consignado é um tipo de crédito seguro e acessível, por isso, o banco continuará a investir para oferecer a melhor experiência ao cliente". Já o Bradesco afirmou que vai oferecer a nova linha a partir do primeiro dia. "O Bradesco está preparado para atender as demandas por meio da Carteira de Trabalho Digital."

No banco Pan, o diretor comercial e de produtos, Alex San-der Gonçalves, afirmou que o produto será oferecido a partir do dia 21, mas ponderou que "não nasce pronto e acabado". "É um pontapé importante, mas alguns fluxos, processos, precisarão ser aprimorados", afirmou.

Segundo ele, empregados com carteira assinada têm R\$ 84 bilhões em crédito pessoal sem garantia que poderiam migrar para o consignado. "Vamos focar nossa oferta nessa possibilidade de trocar uma dívida mais cara por outra mais barata."

O crédito consignado nasceu de uma proposta apresentada pelos trabalhadores ao presidente em seu primeiro mandato (2003 -2007). Na sua origem, era voltado para o setor privado. No entanto, ao longo do tempo a modalidade beneficiou mais os beneficiários do **INSS** e os funcionários públicos. Isso porque era necessário que as empresas fizessem convênio com bancos para oferecer a linha. Além

disso, o emprego no setor privado é menos estável que no público.

Atualmente, o consignado do setor privado atinge só 3,8 milhões de trabalhadores nos cálculos do governo. A expectativa é que, com a medida, esses empregados possam migrar para a nova modalidade a juros mais baixos.

MP cria comitê gestor do consignado e mercado teme repetição do CNPS, que define teto do consignado **INSS**

De acordo com o governo, a taxa de juros cobrada dos trabalhadores que ainda não têm consignado privado pode cair em média 40% com a migração para a linha, mas os bancos dizem que a precificação será caso a caso. "É difícil prever uma taxa média, porque ela será definida operação a operação, considerando o risco da empresa, do cliente. Com o produto funcionando adequadamente, acho que a taxa pode apresentar uma redução no decorrer do tempo", afirma Gonçalves.

A medida é lançada também em um momento no qual o Banco Central impõe uma política monetária restritiva para combater a **inflação**. Isso, na visão dos especialistas, pode atrapalhar o poder de atuação da autoridade monetária.

O secretário de reformas econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto, rebateu essa ideia ao dizer que a oferta de crédito será paulatina. "O produto não vai atingir uma massa gigante do dia para a noite", disse na entrevista coletiva para detalhar programa, realizada no Palácio do Planalto. "Não podemos atrasar essa agenda por questões conjunturais", afirmou.

Na entrevista, o secretário também disse que "não há nenhum comando específico para bancos públicos atuarem na linha", mas disse que o novo produto "é uma oportunidade para todos os bancos", no sentido de estimular a competição no sistema financeiro.

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou que, apesar de não haver um teto de juros para a modalidade inicialmente, o governo pode usar de sua "caneta" e, caso observe que há abuso por parte dos bancos, impor restrições por meio do Conselho Curador do FGTS.

A MP cria um Comitê Gestor das Operações de Crédito Consignado que, entre outras atribuições, poderá estabelecer os parâmetros para os elementos, os termos e as condições do contrato e para a operacionalização e a execução das operações de crédito consignado. Ele será formado por

representantes da Casa Civil, Ministério do Trabalho e Ministério da Fazenda. O receio de alguns participantes da indústria é que aconteça o mesmo que no consignado **INSS**, onde o Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) - controlado pelo ministro Carlos Lupi - baixou o teto de juros dessa linha na marra, o que inviabilizou muitos perfis de clientes e derrubou as novas concessões.

Marcos Fantinato, sócio trabalhista do Machado Meyer Advogados, lembra que a MP precisa ser convertida em lei em até 60 dias e diz que a medida poderia até ser julgada inconstitucional, já que não há o caráter de "urgência" necessário para editar uma MP. De qualquer forma, ele aponta que as empresas terão de pensar em como operacionalizar o desconto do consignado com outros eventuais descontos no holerite do empregado. "O acidentado deixa de receber salário a partir do 15 dia de afastamento. Como redirecionar a consignação nesse caso? A MP não esclarece bem o ponto."

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188138?page=1
§ion=3](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188138?page=1§ion=3)**

Fundos hedge reduzem risco e alavancagem

Os fundos hedge reduziram de maneira drástica as apostas em ações e cortaram empréstimos nos bancos, conforme enfrentam dificuldades para lidar com a explosão de volatilidade desencadeada pela guerra comercial do presidente dos EUA, Donald Trump.

Nas últimas semanas, uma forte onda de vendas de ações, provocada pelas preocupações com as tarifas de Trump, atingiu o setor de forma especialmente dura. O índice Hedge Industry VIP do Goldman Sachs, que acompanha os fundos, como o grupo de anúncios AppLovin, a fabricante de chips Broadcom e o grupo de energia Vistra, despencou 12,5% desde 19 de fevereiro - quando o S P 500 atingiu uma máxima recorde -, em comparação com uma queda de 8,6% no índice blue-chip (das ações de primeira linha).

Por causa disso, as gestoras de fundos hedge reduziram agressivamente o tamanho das apostas alavancadas, já que tentam limitar perdas ao diminuir os valores que tomam emprestados de bancos para comprar ou apostar contra ações.

A redução em posições brutas - a combinação de apostas a favor e contra ações - dos fundos hedge na sexta-feira e na segunda-feira foi a maior em quatro anos, de acordo com o Goldman Sachs, e uma das maiores nos últimos 15 anos. "Há muito sofrimento lá fora", disse um executivo de um grande fundo. "A única maneira de se defender no ambiente de hoje é cortar sua alavancagem."

Um dos fundos que foram afetados durante a volatilidade é o Mil-lennium, de Izzy Englander, que administra US\$ 75 bilhões em ativos. O fundo perdeu 1,4% na semana passada até a quinta-feira, segundo uma fonte que teve acesso aos números, sendo que este ano já caíra 0,8% até o fim de fevereiro.

O fundo hedge Citadel, de Ken Griffin, que administra US\$ 66 bi-Gestoras de fundos buscam limitar tamanho de perdas potenciais com apostas em ações

lhões, teve queda de 0,3% este ano, até o fim de fevereiro. Já o fundo principal do Balyasny subiu 3,5%.

Millennium e Citadel não quiseram comentar o assunto.

A abordagem de vai e vem de Trump com relação às tarifas de parceiros comerciais dos EUA tem tumultuado os mercados, enquanto as medidas

repressivas contra a imigração e os cortes no setor público levam a temores de que a **inflação** dispare e o crescimento do **PIB** desacelere. O Vix, o chamado indicador do medo de Wall Street, que mede as expectativas sobre as flutuações nos preços das ações, avançou para seu nível mais alto desde agosto do ano passado.

Três fontes que trabalham em diferentes fundos multiestratégias disseram que a redução nas posições foi a maior que tinham visto

desde pelo menos o fim de 2018, quando os mercados passaram por uma forte onda de vendas.

No mês passado, o presidente do Banco da Inglaterra, Andrew Bailey, afirmou que reduções rápidas na alavancagem de fundos hedge por parte desses fundos podem levar o preço das ações a cair mais do que o que se poderia esperar de outra forma, "amplificando os movimentos do mercado".

Executivos de fundos hedge dizem que o ambiente atual levou a um mercado mais volátil, no qual é mais difícil avaliar que ações terão um bom ou um mau desempenho no curto prazo.

"[Houve uma] mudança de paradigma, o que significa que ações diferentes vão liderar, os prêmios de avaliação mudarão", explicou um executivo de fundo hedge multiestratégia.

As ações no índice do Goldman Sachs dos fundos hedge com posições vendidas líquidas mais populares começaram a ultrapassar as posições compradas mais populares, causando perdas para os gestores.

Os fundos de ações do tipo comprados e vendidos perderam, em média, quase 6% desde 18 de fevereiro, de acordo com dados do Goldman Sachs a que o "Financial Times" teve acesso. Em uma base contínua de 14 dias, isso marca a maior perda entre seu momento de pico e seu mínimo desde maio de 2022.

"Essas mudanças de política foram massivas e rápidas", disse um executivo. "É um ambiente diferente hoje. Nunca vimos isso antes", completou.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188138?page=1§ion=3>